

P I D D A R

2003

Plano e Programa de Investimentos

e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

**PLANO
E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
E DESPESAS DE
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA
2003**

PIDDAR 2003

Novembro de 2002



ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
I. INTRODUÇÃO	5
II. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO PARA 2003	9
1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária.....	11
2. Pesca	29
3. Indústria	35
4. Energia	41
5. Turismo.....	43
6. Transportes e Comunicações	47
7. Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	55
8. Educação.....	61
9. Emprego e Formação Profissional.....	67
10. Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	75
11. Cultura	79
12. Saúde	85
13. Segurança Social	91
14. Habitação e Urbanismo	93
15. Defesa e Protecção do Ambiente.....	99
16. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico.....	111
17. Informação Científica e Técnica	113
18. Administração Pública Regional	117
19. Apoios ao Sector Empresarial.....	119
20. Apoios ao Desenvolvimento Local.....	123
III. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	125
IV. QUADROS GLOBAIS E GRÁFICOS	131
V. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	141
Vice-Presidência	143
Secretaria Regional dos Recursos Humanos.....	147
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	153



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

4

Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes.....	159
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.....	171
Secretaria Regional da Educação.....	175
Secretaria Regional do Plano e Finanças	183
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.....	187



I. INTRODUÇÃO



I. INTRODUÇÃO

O Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR) para o ano de 2003 enquadra-se no Programa do Governo 2001 – 2004 e no Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2000–2006, e vem dar expressão às medidas de política insertas nesses documentos estratégicos.

Neste último documento foram definidas prioridades, linhas de acção e acções estruturantes, as quais encontram-se, na sua maioria, enquadradas em intervenções operacionais do Quadro Comunitário de Apoio para o período 2000–2006 (QCA III) e procuram responder às complexas transformações necessárias à melhoria do nível de vida e da competitividade da economia regional.

Actualmente, a evolução da conjuntura internacional, caracterizada pelo avanço do conceito de globalização, exige a definição, por parte do Governo Regional, de uma estratégia de desenvolvimento integrado da Região assente em três vertentes – actividades económicas tradicionais, diversificação das actividades económicas e cooperação interregional.

Em consequência, o próximo ano ficará marcado pelo reavivar de negociações com a Comissão Europeia e com as autoridades nacionais no sentido de fazer progredir uma nova política comunitária para a ultraperiferia, que tenha em conta, nomeadamente, as especificidades regionais em domínios estratégicos, como os auxílios estatais, a fiscalidade e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da Comunidade.

Pese embora a conjuntura económica nacional e internacional não ser a mais favorável, ainda assim, o Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional para 2003 foi elaborado visando concretizar na íntegra a política económica e social definida pelo Governo Regional, bem como todos os projectos calendarizados para o próximo ano.

O PIDDAR 2003 está também orientado no sentido de promover a absorção dos fundos estruturais associados à execução do QCA III.



PIDDAR 2003

A estrutura da proposta do Plano e Programa de Investimentos para 2003 compreende a definição dos objectivos e linhas de acção a prosseguir, a descrição da política de investimentos e a apresentação da programação financeira dos investimentos e acções de desenvolvimento.



II. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO PARA 2003



1. AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA

AGRICULTURA

A Madeira deverá prosseguir uma estratégia de diferenciação positiva num mundo global, e de exploração adequada das especificidade regionais em que, num cenário de dificuldades, estas deverão ser convertidas em vantagens competitivas ligadas à qualidade e segurança alimentar.

Além disso, o sector agrícola assume na Região um papel multifuncional, pelo que se pretende promover a ligação deste, enquanto actividade produtiva, ao desenvolvimento dos meios rurais, nas suas múltiplas vertentes, de modo a melhorar as condições de vida das populações rurais, evitar o abandono do espaço rural e aumentar a sua contribuição para o objectivo de promoção da qualidade de vida que é determinante para o desenvolvimento da Região.

A Região tem ao seu dispor, durante o período de 2000-2006, um conjunto de medidas co-financiadas pela União Europeia, que se traduzem em apoios ao investimento, no âmbito do Programa de Apoio Rural (PAR), em ajudas ao rendimento previstas no Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu-Madeira) e em ajudas à produção e comercialização, consignadas no POSEIMA.

O Governo Regional promoverá uma adequada e rigorosa utilização dos fundos comunitários disponíveis para obter alterações estruturais na actividade agrícola assegurando simultaneamente um aumento do rendimento e da situação sócio-económica da população ligada à agricultura.

Atendendo às características do sector agrícola na Região (nomeadamente a existência de condicionantes associadas à orografia e a declives acentuados e à muito pequena dimensão das explorações, o grande peso de uma agricultura a tempo parcial, a função que desempenha na manutenção da paisagem e enquanto factor de equilíbrio ecológico e social) foi possível negociar medidas no âmbito da Política Agrícola Comum e no quadro do Programa POSEIMA, as quais contemplam um particular tratamento a problemas específicos da Região. Este último programa prevê um importante conjunto



de ajudas ao rendimento de algumas produções regionais (vinha, cana-de-açúcar, vime e batata) e ajudas à comercialização (vinho, flores, produtos hortícolas, etc.), entre outras.

Em 2002 a Comissão Europeia apresentou uma proposta de revisão intercalar da Política Agrícola Comum, a qual preconiza uma mudança radical dos apoios atribuídos aos sectores tradicionais da agricultura europeia e uma reorientação no sentido do reforço do pilar do desenvolvimento rural e da promoção de práticas agrícolas mais amigas do ambiente, sendo que a Região acompanha e intervém no processo em curso tendo em vista a defesa intransigente dos seus interesses.

O ano agrícola de 2002 tem decorrido com normalidade, havendo perspectivas de algumas melhorias em sectores fundamentais.

No que respeita ao sector da banana, a reestruturação operada e o reforço de uma política de promoção de qualidade têm permitido fazer face a exigências de um mercado cada vez mais concorrencial, pelo que se perspectiva um aumento da quantidade expedida para fora da Região. Com efeito, invertendo-se a tendência dos últimos anos, em 2002, e reportando-nos ao período entre Janeiro e Setembro, registou-se um aumento de produção, relativamente a período homólogo de 2001, de cerca de 1.000 toneladas, o que se traduz num acréscimo de 6,9%. Esta evolução correspondeu, também, a aumentos de preços ao produtor, em 2001, de 2,5 cêntimos de euro, e, em 2002, de 3, 2 e 1 cêntimos de euro, respectivamente, para as categorias de banana extra, de primeira e de segunda classe, o que constitui forte incentivo à manutenção da cultura. Em consequência das diversas políticas adoptadas, que conduziram a aumentos de quantidade, qualidade e preço, o sector beneficiou de um aumento de rendimento, de 2001 para 2002, de cerca 12.6%, o que constitui uma excelente recuperação por parte dos produtores agrícolas que se afigura ainda mais importante num cenário de reconhecida dificuldade económica. Além disso, no sentido de criar mais uma alternativa ao escoamento da produção, desenvolvem-se já iniciativas conducentes ao aproveitamento da banana pela indústria agro-alimentar e, conseqüentemente, a uma gestão, mais eficaz, de picos de produção que coincidam com quebras na procura. Por outro lado, as condições criadas no Centro de Bananicultura permitirão, num futuro



próximo, um desenvolvimento mais efectivo desta cultura em modo de produção biológico.

No sector vitivinícola a produção de mosto rondou os 5 milhões de litros em 2001, sendo 595,7 milhares de litros provenientes de castas nobres e cerca de 4.422 milhares de litros constituídos por outras castas, essencialmente “tinta negra mole”.

A maior parcela da produção destina-se à indústria de vinho Madeira. No entanto, no ano de 2001 obteve-se já um volume de produção significativo destinado a vinho de mesa com denominação de origem “Madeirense” (cerca de 90 000 litros). Para 2002, as empresas estão a vinificar um total estimado em cerca de 160.000 litros.

Perspectiva-se um aumento da produção de mostos provenientes das castas “*vitis vinifera*”, já que existe um conjunto de instrumentos, no âmbito da política vitivinícola, que visam o desenvolvimento da cultura da vinha orientada para a produção de vinhos de qualidade. Este aumento permitirá sustentar a política de qualidade do produto final que tem vindo a ser prosseguida, quer no que respeita a vinho generoso Madeira, quer relativamente à produção de vinho de mesa, que tem tido boa aceitação no mercado.

Assim, após a obtenção de uma derrogação no âmbito do POSEIMA, que permitiu incluir as vinhas de híbridos produtores directos no campo de aplicação das medidas de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas estabelecidas pela Organização Comum de Mercado do sector vitivinícola, foi elaborado o Plano de Reestruturação e Reconversão da Vinha na RAM (PRRV-M), para o período 2001-2005. Os apoios previstos neste Plano foram regulamentados através da Portaria n.º 185/2001, de 31 de Dezembro, e traduzem-se na concessão de uma comparticipação no financiamento dos investimentos realizados (num valor correspondente a 75% do investimento elegível) e numa compensação pela perda de receita inerente às operações de reconversão e reestruturação. Paralelamente, é concedida, no âmbito do POSEIMA, uma ajuda à manutenção da cultura das vinhas, orientada para produção de vinho VQPRD em zonas de produção tradicional. Esta ajuda será paga pelo Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA).

Tendo em vista a valorização dos vinhos exportados e a melhoria da imagem de qualidade e autenticidade do vinho Madeira foi interdita, a partir de Janeiro de 2002, a



exportação, a granel, de vinho Madeira (salvaguardando-se os casos em que esse produto se destina à indústria). Em articulação com esta medida encontra-se em aplicação, no âmbito do POSEIMA, uma ajuda específica à expedição e comercialização de vinho Madeira nos mercados da Comunidade, no valor de 0,2€ por litro. Esta estratégia de comercialização permitirá dar consistência aos esforços que estão a ser desenvolvidos ao nível da produção.

Desta forma, a produção vitivinícola constitui uma aposta decisiva no desenvolvimento agrícola da Região, havendo grande capacidade de expansão, em quantidade e qualidade, no que respeita aos vinhos Madeira e Madeirense, razão pela qual tem tido, e continuará a ter, um conjunto de apoios públicos.

Nesta perspectiva, está em vias de ser integrada toda a fileira do vinho e da vinha no Instituto do Vinho da Madeira, tendo em vista, fundamentalmente, transformar este organismo numa estrutura muito mais operacional e capaz de gerir o sector como um todo (desde a plantação e aspectos legais associados à promoção do vinho, passando pelo controlo de qualidade dos vinhos e pela fiscalização do cumprimento da legislação sobre a vinha e o vinho).

A fruticultura é um sector que regista importantes melhorias na qualidade da produção. Perspectiva-se um aumento da procura externa na anona e oportunidades de mercado para a pitanga e para o limão.

Quanto à floricultura, verifica-se uma diversificação das espécies em cultura, fruto do trabalho experimental dos serviços do Governo Regional, o que tem permitido um melhor ajustamento da produção à procura, quer regional, quer externa. Existem novos projectos em agenda, nomeadamente no domínio da cultura de proteas, que constituem garantia de expansão do sector.

Na horticultura, em coberto e ao ar livre, tem-se verificado uma maior diversificação de produtos no mercado. Esta evolução reflecte a dinâmica de jovens empresários agrícolas e também os efeitos positivos da criação de estruturas de conservação e armazenagem de produtos hortícolas e frutícolas, bem como do apoio das equipas de assistência técnica que prestam serviços na área de influência dessas mesmas estruturas,



nomeadamente orientando os produtores na adopção de novas técnicas culturais, de que é exemplo a hidroponia, e a utilização de variedades mais adequadas.

Releve-se ainda o facto de se dar especial atenção a métodos de produção alternativos ao método tradicional, incrementando-se o apoio técnico aos agricultores que utilizam como modo de produção a "produção integrada" e a "agricultura biológica". No intuito de impulsionar este modo de produção agrícola foi criada a Missão para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica, na qual foi preparado um corpo técnico especializado para apoiar o desenvolvimento desta actividade. Os resultados obtidos são já visíveis, tendo-se registado um crescimento de 239% em termos de área reconvertida no domínio da horticultura e, ainda, a criação de um circuito comercial específico para estes produtos.

Na prossecução da estratégia de valorização dos produtos genuinamente regionais, têm vindo a ser desenvolvidas acções específicas de apoio aos agrupamentos de produtores na caracterização de produtos e na definição das regras de produção e comercialização com vista ao seu registo como "denominações de origem", "indicação geográfica" ou "produtos de qualidade" que podem beneficiar do símbolo gráfico "POSEIMA" no sentido de melhorar o conhecimento e aumentar a respectivo consumo.

A anona, a banana, o mel de abelhas, o mel de cana, o rum agrícola, a cebola e o bolo de mel são produtos que beneficiam ou beneficiarão, no curto prazo, destes regimes de diferenciação e promoção da qualidade.

Um dos instrumentos de dinamização do sector agrícola é o programa, já lançado, de criação de parques agrícolas com vista ao desenvolvimento de explorações de dimensão adequada, com condições de viabilidade técnica e económica, susceptíveis de assegurar a produção de produtos de excelência, respeitando as regras ambientais e a segurança alimentar. Neste programa será disponibilizada terra a jovens agricultores que pretendam instalar-se como agricultores a título principal.

O primeiro parque será criado no Caniçal e estará vocacionado para a produção de vinho de mesa de qualidade. Está prevista a instalação de um segundo parque no Porto Santo, direccionado para a produção de uvas de mesa e de produtos hortícolas de qualidade, perspectivando-se ainda a criação de outros, especialmente de iniciativa privada.



Releve-se ainda, como investimento estruturante do desenvolvimento do sector, a implementação de sistemas inovadores de irrigação que passam pela identificação de perímetros de rega em que os agricultores terão um acesso directo e fácil a uma rede de distribuição que permitirá uma utilização mais eficiente do recurso “água”.

A estratégia definida para o sector, tendo em conta o carácter multifuncional que a agricultura assume na Região, continua a assentar nos seguintes **objectivos**:

- Reforçar a competitividade económica das produções regionais, quer ao nível do mercado local, quer ao nível do mercado externo, nomeadamente através do desenvolvimento de produções que beneficiam de sistemas de apoio, comunitários e nacionais, de valorização e protecção de produtos, bem como através da promoção da qualidade e da inovação na produção agro-rural, de forma a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores, em matéria de qualidade e segurança alimentar;
- Garantir a sustentação de explorações de pequena dimensão, que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem, através de uma melhoria das condições de formação do rendimento dos produtores e famílias que sustentam as explorações agrícolas, privilegiando acções ligadas à multifuncionalidade da agricultura, ao artesanato, ao turismo em espaço rural e à protecção e valorização do património rural e natural;
- Preservar uma paisagem natural humanizada, através da valorização das características tradicionais de gestão e manutenção das explorações agrícolas e da correcção gradual das pressões sobre os recursos naturais;
- Promover modos de produção compatíveis com o ambiente, com defesa da qualidade e segurança alimentar, através do incremento de boas práticas agrícolas, como sejam a “produção integrada” e a “agricultura biológica”, as quais desempenham uma importante função na melhoria do rendimento dos agricultores;
- Promover a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais, quer através de uma participação activa no seu desenvolvimento económico e



social, quer através da melhoria das infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas, nomeadamente ao nível das acessibilidades, electrificação e regadios, quer através do apoio à organização, associação e iniciativas dos agricultores, nas vertentes sócio-económica e sócio-profissional.

Relativamente às **medidas** de política a concretizar em 2003, as actuações prioritárias para prossecução dos objectivos atrás referidos são, por áreas de intervenção, as seguintes:

Infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas

- Apoio ou construção/melhoramento de infra-estruturas, sobretudo no domínio das acessibilidades às explorações e das infra-estruturas de irrigação, em que assume particular relevância a implementação de sistemas de rega sob pressão em determinados perímetros de rega, nomeadamente, em Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol e Porto Moniz e outros locais já em preparação;
- Criação de parques agrícolas, de iniciativa pública e privada, dotados de infra-estruturas e serviços adequados à viabilização de explorações agrícolas vocacionadas para produções de qualidade.

Apoio às explorações agro-pecuárias e a unidades agro-industriais

- Concessão de apoios, no âmbito do POPRAM III e da medida relativa ao PAR, nomeadamente, ajudas ao investimento nas explorações agrícolas e à instalação de jovens agricultores (Portaria n.º 48/2001, de 22 de Maio, e Portaria n.º 167/2001, de 3 de Dezembro), ao desenvolvimento de produtos de qualidade (Portaria n.º 133/2001, de 5 de Outubro) e aos investimentos que visem a melhoria e racionalização da transformação e comercialização de produtos agrícolas (Portaria n.º 98/2002, de 29 de Julho);
- Prestação de assistência técnica e material aos agricultores, nomeadamente através do fornecimento, a preços simbólicos, de plantas de interesse regional;
- Comparticipação nas ajudas ao rendimento co-financiadas pelo FEOGA-Garantia no âmbito do PDRu-Madeira, designadamente as associadas a indemnizações



compensatórias, a ajudas agro-ambientais, à florestação de terras agrícolas e à reforma antecipada;

- Apoio técnico aos viticultores em operações de reconversão e de reestruturação da vinha e na elaboração do vinho Madeirense;
- Apoio técnico e financeiro aos agricultores em acções de fertilização e correcção de solos, bem como na identificação e tratamento das doenças e pragas das culturas e na implementação de métodos alternativos aos utilizados que sejam respeitadores do ambiente;
- Concessão de apoio financeiro para aquisição de desinfestantes do solo (ao abrigo da Portaria n.º 51/2002, de 22 de Março) e realização de acções visando o controlo de murinos na RAM, de modo a evitar a destruição de culturas e as doenças provocadas pelos ratos.

Estruturas e acções de apoio à transformação e comercialização

- Realização de investimentos no âmbito da estruturação da rede de Centros de Abastecimento Agrícola da Madeira - CA, vocacionados para a preparação, para venda, da oferta horto-frutícola das suas áreas de influência, com destaque para a adaptação do antigo matadouro da Ponta do Sol e para a aquisição de diversos equipamentos destinados a melhorar as condições de prestação de serviços dos centros já existentes e as tecnologias utilizadas;
- Lançamento do concurso para a instalação, no sul da ilha da Madeira, do Centro de Abastecimento Horto-Frutícola do Sul (CASUL);
- Criação de uma unidade logística polivalente nos Canhas, de apoio ao comércio agrícola, dotada de condições para concentrar a oferta local e lançá-la nos canais de distribuição convencionais, bem como para servir de local de venda a retalho ao consumidor final;
- Desenvolvimento de estudos e projectos sobre as condições de apoio ao desenvolvimento dos mercados agro-pecuários regionais, no sentido de promover a sua melhor estruturação, eficiência e eficácia;



- Realização de investimentos visando a melhoria das condições de estacionamento no Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas do Funchal-CAPA e a manutenção e conservação, quer de edificações, quer de equipamentos;
- Desenvolvimento de acções de promoção e marketing dos principais produtos agrícolas, frescos e transformados, de que se destacam as seguintes:
 - Realização de acções de promoção do vinho Madeira nos mercados externos e nacional, nomeadamente através de participação em feiras da especialidade, missões comerciais, mostras, seminários e outros eventos, bem como da produção de material informativo e de apoio às acções de divulgação;
 - Concertação de acções promocionais, com o ICEP e com os agentes económicos ligados à exportação, a realizar nos mercados de maior interesse, e aplicação e controlo das ajudas do POSEIMA à exportação de vinho Madeira engarrafado;
 - Promoção e apoio à utilização do logotipo "POSEIMA" destinado a melhorar o conhecimento e o consumo de produtos agrícolas de qualidade;
 - Apoio a acções de iniciativa privada, dirigidas à promoção em mercados externos de produtos frescos e transformados (em complemento das ajudas à comercialização no mercado regional atribuídas no âmbito do POSEIMA a frutas, produtos hortícolas, flores, plantas vivas e mel);
 - Participação em feiras e certames nacionais e internacionais e em alguns eventos regionais e realização de campanhas publicitárias de produtos agrícolas com regime de protecção comunitária (como sejam a Banana da Madeira e a Anona da Madeira).
- Criação de estruturas de apoio à valorização agro-industrial de produtos regionais, de que é exemplo a criação de uma unidade de transformação de banana para fabrico de sobremesas não lácteas.



Promoção e dinamização do meio rural

- Concessão de apoios, através de contratos-programa, a estruturas locais de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural destinados à concretização dos seus planos de actividade e prestação de apoio técnico às actividades sócio-culturais das Casas do Povo.

Formação e informação

- Realização de obras de remodelação e conservação nos Centros de Formação Agrária das Preces, de S. Vicente e de Santa Cruz;
- Desenvolvimento e manutenção do pólo informativo dirigido às necessidades do empresário agrícola;
- Continuação da identificação das parcelas agrícolas como base de validação das ajudas comunitárias que incidem sobre as superfícies agrícolas cultivadas;
- Realização, através do IVM, das operações ligadas ao cadastro vitivinícola comunitário.

Investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração, fitossanidade e promoção da qualidade

- Criação/melhoria de estruturas de apoio ao desenvolvimento de actividades de experimentação e demonstração no domínio da horticultura, da fruticultura (temperada e subtropical), da floricultura (temperada e subtropical), da viticultura e da bananicultura, visando o apoio aos agricultores, através da produção e fornecimento de plantas seleccionadas, nomeadamente de variedades regionais que interessa incentivar, como sejam o Centro de Horticultura das Preces, o Centro de Experimentação e Demonstração Hortícola do Porto Moniz, o Laboratório de Propagação *in vitro*, o Centro Desenvolvimento de Fruticultura Temperada, o Centro de Fruticultura Subtropical e as estruturas ligadas ao desenvolvimento da floricultura (subtropical e temperada);
- Desenvolvimento de projectos de experimentação e demonstração, alguns deles em cooperação, com incidência em plantas de interesse regional, incluindo novas



culturas com aceitação no mercado e novas técnicas culturais e de propagação do material vegetativo;

- Criação de um laboratório de toxicologia e análise de resíduos das produções agrícolas e agro-industriais, de forma a garantir a qualidade e a segurança alimentar na defesa dos interesses dos consumidores;
- Desenvolvimento de sistemas de gestão do meio ambiental e da qualidade;
- Apetrechamento dos serviços vocacionados para o controlo das pragas e doenças nas diferentes espécies de interesse agrícola da RAM e para a inspeção fitossanitária dos produtos vegetais e de origem vegetal entrados na Região;
- Desenvolvimento, através do IVM, de acções de controlo de qualidade e certificações do vinho Madeira e outros produtos víquicos, bem como preparação de legislação e regulamentação com vista a salvaguardar, cada vez mais, a qualidade dos produtos e a protecção das denominações de origem "Madeira" e "Madeirense".

SILVICULTURA

Na Região Autónoma da Madeira a área florestal é constituída por floresta natural e floresta introduzida. A floresta natural do arquipélago da Madeira, "zambujal", "laurissilva do barbusano", "laurissilva do til" e "urzal de altitude", encontra-se distribuída por diferentes andares bioclimáticos, desde a beira-mar até às zonas de maior altitude. De entre estes tipos de floresta indígena, destacam-se as laurissilvas, que ocupam cerca de 22% da superfície da ilha da Madeira, concentrando-se, sobretudo, na vertente norte.

A floresta natural desempenha, no seu conjunto, um papel fundamental no equilíbrio hídrico, na retenção e formação de solos e enquanto património natural de inegável valor, sendo a Floresta Laurissilva o único valor classificado como Património Natural Mundial pela UNESCO de que Portugal usufrui e do qual advém uma importante mais valia ambiental e económica para a RAM.



A estratégia que tem sido prosseguida visa conservar e incrementar a biodiversidade, protegendo e ampliando as áreas de espécies indígenas e ou naturalizadas, bem como a instalação de espécies exóticas devidamente adaptadas à estação florestal, tendo presentes as funções de produção, protecção e de melhoria da paisagem.

Nos últimos anos o sector florestal tem beneficiado de diversas acções que se inserem nos seguintes domínios de intervenção:

- Arborização e/ou beneficiação, quer no âmbito de acções co-financiadas pela União Europeia, quer através de plantações (retanchas) executadas pela Direcção Regional das Florestas, obedecendo a propósitos que visam, fundamentalmente, a diversidade biológica, a conservação e recuperação de habitats e a produção sustentável;
- Detecção, prevenção e combate a incêndios florestais, de modo a proteger as áreas florestais existentes;
- Racionalização do regime silvo-pastoril, através da redução da carga animal em zonas de aptidão florestal, do melhoramento do habitat e instalação de pastos melhorados em zonas de pastoreio ordenado, do melhoramento de estruturas de apoio (estábulos, cercas, parques de maneio e de tratamento hígio-sanitário), do melhoramento animal e de uma forte intervenção na sensibilização e apoio logístico aos produtores;
- Criação de condições para o usufruto dos espaços florestais pela população local e pela população turística;
- Repovoamento piscícola das águas interiores, visando o desenvolvimento da pesca desportiva, e acções de fomento cinegético e de ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos;
- Valorização de espaços verdes sob gestão da Direcção Regional das Florestas.

Numa perspectiva futura, o desenvolvimento florestal deverá permitir conciliar as funções de produção com as de protecção ambiental e de usufruto lúdico, constituindo também um importante recurso económico, enquanto elemento integrante da paisagem



que é de importância fundamental para a sustentação da principal actividade económica da Região – o Turismo.

Apesar das limitações existentes, o sistema florestal detém potencialidades que, se bem exploradas, permitirão uma evolução positiva do sector.

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, serão prosseguidos, em 2003, os seguintes **objectivos prioritários**:

- Potenciar o aproveitamento dos múltiplos recursos associados à floresta na promoção e desenvolvimento do ecoturismo;
- Racionalizar o regime silvo-pastoril;
- Promover a expansão do património florestal;
- Criar instrumentos de apoio ao ordenamento e gestão florestal;
- Proteger e conservar os diversos ecossistemas florestais;
- Promover o ordenamento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores.

Em 2003 serão implementadas, prioritariamente, acções que se inserem nas seguintes **medidas**:

- Implementar o “parque ambiental” do Paúl da Serra, criando centros de recepção, percursos pedonais e infra-estruturas de apoio;
- Assegurar a execução da “operação verde” por via da arborização e ajardinamento dos espaços públicos;
- Promover a redução da carga animal em zonas de aptidão florestal, bem como o ordenamento da actividade silvo-pastoril em zonas afectas a esse fim;
- Promover a aplicação de técnicas no âmbito da silvicultura preventiva, como sejam, a abertura e limpeza de aceiros, manutenção dos caminhos florestais, limpeza de povoamentos florestais e redução de materiais combustíveis, bem



como o reforço das infra-estruturas de prevenção e detecção de focos de incêndio;

- Prosseguir a realização de acções de arborização e beneficiação florestal;
- Realizar acções de correcção torrencial, nas Ilhas da Madeira e do Porto Santo, no que se refere à manutenção e construção de barragens nas zonas florestais e na arborização dos taludes que lhes estão associadas;
- Promover a concretização de infra-estruturas de uso múltiplo em áreas de especial vocação para o lazer e descanso das populações;
- Realizar acções de informação e sensibilização junto de entidades públicas e, principalmente, de entidades privadas, com vista a incrementar o nível de adesão aos apoios ao investimento previstos no POPRAM III;
- Promover a adequação da legislação relativa à conservação, protecção e gestão do património florestal, nomeadamente no que respeita à prevenção de riscos de erosão e à gestão dos espaços florestais;
- Promover a celebração de protocolos com entidades singulares e colectivas, nomeadamente com associações de regantes, tendo em vista melhorar e expandir o património florestal e natural;
- Elaborar inventários florestais, com vista à realização do Plano Regional de Ordenamento Florestal;
- Efectuar inventários florísticos, em ordem à caracterização da flora e vegetação da RAM;
- Dar continuidade aos "planos globais de prevenção", prevendo-se concluir a rede de vigilância, com a construção dos postos da Serra do Marujo e do Pico do Silva.



PECUÁRIA

A pecuária madeirense tem um papel importante a desempenhar no abastecimento regional, sendo fundamental para a criação de riqueza, satisfação de necessidades básicas de consumo e garantia de qualidade e segurança alimentar dos produtos. No entanto, esse papel deverá ser compatibilizado com a necessidade de prevenir os impactes ambientais da actividade, promovendo a reconversão e modernização das explorações, já em curso e a incentivar pelo Governo Regional, recorrendo, nomeadamente, ao aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis.

A pecuária tradicional, além da sua função económica, desempenha um importante papel na composição e manutenção do espaço rural madeirense, pelo que importa continuar a apoiar o seu desenvolvimento.

A Madeira tem actualmente cerca de 4000 cabeças de gado bovino, de que resulta uma média de 1,3 vacas por exploração. Tem-se verificado na últimas décadas uma redução da entrega de leite para a indústria. No entanto a quantidade de leite entregue nas pequenas fábricas que produzem requeijão vem registando significativos aumentos.

A maior valorização atribuída pelo mercado ao requeijão, associada à sua qualidade, permite que seja praticado um preço mais elevado ao leite destinado a esta produção, o que justifica a evolução atrás apontada.

No que respeita aos ovinos, tem-se registado uma diminuição do número de cabeças, para o que tem contribuído a política de racionalização do regime silvo-pastoril. No entanto, o Centro de Ovinicultura da Madeira regista um aumento de pedidos para aquisição de animais reprodutores destinados às pequenas explorações, o que reflecte um aumento de interesse por este tipo de produção em consonância com a política seguida pelo Governo Regional.

Por último, há que ter em consideração as novas exigências dos consumidores, que manifestam interesse em conhecer a origem e o modo de produção dos bens que compram, atribuindo importância acrescida a aspectos como a qualidade, as denominações de origem e os modos particulares de produção.



A estratégia em que deverá assentar o desenvolvimento do sector pecuário apoia-se, essencialmente, no desenvolvimento da produção, de forma inovadora e adequada à exploração sustentada dos recursos naturais, na qualidade – exigência obrigatória para valorizar e dar credibilidade aos produtos e na investigação, experimentação e formação, para interligar os dois vectores anteriores.

Tendo por base esta apreciação sumária, promover-se-á a dinamização do sector pecuário através da conjugação das diversas estruturas que tem à sua disposição para a experimentação e divulgação e enquanto garante da qualidade, dos diversos instrumentos de apoio regionais e comunitários e do apoio científico e técnico, assegurado, nomeadamente, pela colaboração com as universidades.

Na perspectiva de contribuir, de forma sustentada, para o equilíbrio do meio rural, prosseguir-se-ão os seguintes **objectivos**:

- Diversificar e acrescentar valor aos produtos locais;
- Melhorar a qualidade dos produtos;
- Promover a integração de recursos alimentares, nomeadamente através do aproveitamento de sub-produtos da agro-indústria.

A concretização destes objectivos depende da execução das seguintes **medidas**:

- Continuar os investimentos em estruturas que permitam o controlo externo de produtos de origem animal proveniente de países terceiros, tais como o Posto Interfronteiriço do Funchal, já em curso no porto do Funchal e no Aeroporto da Madeira, para garantir a qualidade e segurança alimentar e dar cumprimento às imposições comunitárias na matéria;
- Continuar a desenvolver novos conceitos de produção, como seja a pecuária biológica, como forma de contribuir para a produção regional e para a imagem global da Região como território de excelência ambiental;
- Promover a integração de valores ambientais nos modelos de produção, nomeadamente através do projecto que tem sido desenvolvido na área da



compostagem para aproveitamento de resíduos vegetais e animais e de estudos para a utilização de subprodutos da agricultura na alimentação animal;

- Continuar as acções e desenvolver as estruturas necessárias à detecção das doenças que afectam os animais, nomeadamente o rastreio da BSE;
- Continuar a promover a pecuária regional de qualidade, através do fornecimento de reprodutores seleccionados, do melhoramento das estruturas de apoio à produção e do apoio à utilização da inseminação artificial em bovinos, e, paralelamente, delinear um programa de melhoramento genético para apoio à produção de leite;
- Implementar o programa global de apoio à pecuária tradicional madeirense, a realizar até 2006 no âmbito do POSEIMA, incluindo medidas de apoio à produção local de bovinos de leite, bovinos de carne e de ovinos;
- Prosseguir o programa de rastreio e controlo de zoonoses na Madeira e Porto Santo;
- Continuar as actividades de investigação aplicada à tipificação e certificação de produtos regionais de qualidade, nomeadamente, prosseguindo o estudo sobre o processo tecnológico do fabrico do requeijão madeirense com vista à sua certificação;
- Prosseguir as acções de reestruturação da rede pública de abate de gado, com a centralização de todas as operações públicas de abate numa única estrutura a remodelar e ampliar no Santo da Serra.



2. PESCA

O sector das Pescas contava, no final de 2001, com cerca de 906 activos directos, sendo a sua maioria residentes em apenas dois concelhos – Machico e Câmara de Lobos. A concentração desta actividade, basicamente em dois concelhos e num conjunto restrito de espécies, origina uma situação de vulnerabilidade à evolução das capturas e ao desempenho dos operadores do sector.

Ainda assim, após um período de redução de capturas destas espécies, com maior acuidade entre 1998 e 2000, já é notória alguma recuperação, o que nos dá razões para encararmos o futuro com optimismo.

Com efeito, registaram-se variações positivas em 2001, sendo 128% em quantidade e 89% em valor. Até Setembro de 2002, os acréscimos registados, comparativamente com período homólogo do ano anterior, foram de 65% e 88%, respectivamente em quantidade e valor.

Paralelamente, tem-se assistido a um aumento das capturas de peixe espada-preto, fruto de melhores padrões de exploração e da modernização da frota, bem como do preço médio praticado.

Releva-se ainda o facto de ter sido obtido um tratamento favorável à Região no quadro da política comunitária de pescas, já que, ao contrário do resto do país, se conseguiu evitar o estabelecimento de quotas para o peixe-espada-preto.

No sentido de promover um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do sector será prosseguida uma política em que se procura conjugar os recursos haliêuticos disponíveis com a capacidade dos operadores do sector e com as infra-estruturas públicas e privadas existentes.

Nesta matéria, é de sublinhar o esforço desenvolvido pelo Governo Regional no último decénio em matéria de modernização de infra-estruturas, das quais se destacam a modernização do Entrepasto Frigorífico do Funchal, o Porto de Pesca do Caniçal, a nova Lota do Caniçal e o Centro de Maricultura da Calheta. Em matéria de frota, o esforço



mais significativo realizado nos últimos anos tem a ver com a renovação do segmento de frota que se dedica ao peixe-espada-preto.

Assim, impõe-se que seja dada continuidade ao esforço dirigido à prospecção de novas espécies, à experimentação de novas artes de pesca e à procura de outras áreas de pesca, articulando a investigação científica com a pesca experimental, tendo em vista a diversificação das capturas. Paralelamente, continuará a ser promovido o desenvolvimento da aquicultura marinha, como actividade alternativa ou complementar da pesca que poderá vir a assumir um papel fundamental no desenvolvimento económico e social do sector e no abastecimento de pescado às populações.

Relativamente à frota, os apoios que têm sido proporcionados para a sua renovação e modernização vêm permitindo que as embarcações alarguem as áreas de operação e mantenham um nível de capturas que permita o abastecimento das indústrias e do mercado de consumo. Esta orientação deverá ser prosseguida por mais alguns anos, para que todos os armadores interessados possam beneficiar dos apoios existentes no âmbito do QCA III (2000/2006) e deles tirem o benefício adequado, contribuindo também para a diversificação desejada.

Quanto aos equipamentos dos portos de pesca da Região, é fundamental continuar a proceder à sua conservação e modernização, como forma de mantê-los com o nível de operacionalidade adequado. Com este objectivo foram recentemente executadas obras no Entrepasto Frigorífico do Funchal. Porém, é necessário aumentar a capacidade de frio em algumas zonas, cuja actividade local justifica melhores infra-estruturas de apoio.

O sector industrial tem apresentado situações diversas, consoante as espécies com que trabalha. As que laboram o peixe-espada-preto, têm mantido bons níveis de produção ao longo do ano e têm contribuído para o equilíbrio deste sub-sector. Por outro lado, as conserveiras de atum têm apresentado dificuldades, fruto da escassez de matéria-prima (tunídeos) nos mares da Região. Para fazer face a estas dificuldades, têm sido concedidos apoios, desde 1998, no âmbito do POSEIMA, nas situações em que houve necessidade de recorrer a importações de atum (de origem comunitária). Paralelamente, o Governo Regional tem-se associado a este apoio financeiro, destinado a compensar os industriais pelos custos adicionais resultantes do recurso à importação, para suprir a



falta temporária de matéria-prima, concedendo actualmente um apoio de 10 cêntimos de euro por Kg. Em consequência, já em 2002, assistiu-se à reabertura de uma empresa que havia fechado, responsável pela ocupação de cerca de 70 trabalhadores e pela laboração de cerca de 2.500.000 toneladas, e estão em curso esforços que deverão levar à abertura de outras.

No domínio da investigação aplicada às pescas e aquacultura tem sido dada continuidade ao trabalho de aprofundamento do conhecimento das diversas espécies, bem como à avaliação das potencialidades, quer dos recursos existentes, quer das experiências em cativeiro.

No âmbito da maricultura, está em pleno funcionamento (em 3ª fase de produção) uma iniciativa que constitui um projecto-piloto, localizado no Caniçal, que consta da instalação de estruturas de cultura, flutuantes, em mar aberto, destinadas à produção de peixe-fino (dourada). No Centro de Maricultura da Calheta estão a ser objecto de experimentação "novas" espécies e desenvolvida a produção de peixes juvenis, da espécie "dourada", para fornecimento às pisciculturas de engorda.

A formação dos recursos humanos continua a ser um vector fundamental para o desenvolvimento do sector, pelo que, sempre que necessário, serão tomadas as iniciativas consideradas necessárias no domínio da qualificação profissional. Assim, está prevista a realização do curso de Pescador C, na Região, tendo em vista captar jovens que, tendo concluído a escolaridade obrigatória, pretendam obter a cédula marítima e enveredar pela profissão.

A Região deverá inserir-se no "Sistema Integrado de Informação das Pescas", que permitirá satisfazer as necessidades analíticas e estatísticas que caracterizam a actividade do sector a nível nacional, mediante o cruzamento de dados, nomeadamente sobre embarcações, capturas e descargas, reduzindo o esforço de administração dos mesmos, bem como cumprir as nossas obrigações a nível internacional e comunitário. Neste âmbito, será desenvolvido o "Programa de Recolha de Dados da Pesca", a executar no quadro nacional, o qual integrará a base informativa de suporte à nova política comum de pescas.



A política a desenvolver em 2003 continuará a prosseguir os seguintes **objectivos**:

- Melhoria na exploração do potencial haliêutico;
- Reforço da competitividade das estruturas de exploração;
- Melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo;
- Melhoria do aprovisionamento;
- Valorização dos produtos;
- Valorização dos recursos humanos;
- Melhoria do abastecimento do mercado.

Para atingir os objectivos gerais mencionados será desenvolvido um conjunto coerente de **medidas e acções** que se apresentam seguidamente, por áreas de intervenção:

Investigação experimental e demonstração

- Prosseguir acções, visando a avaliação dos stocks dos recursos haliêuticos mais significativos para a economia do sector, bem como daqueles que apresentam potencialidades de exploração, de que se destaca a implementação de um projecto de cooperação, no âmbito do INTERREG III-B, que se destina à prospecção e desenvolvimento das bases para a gestão de recursos marinhos de águas profundas;
- Dar continuidade ao levantamento oceanográfico da Z.E.E. e respectiva caracterização ambiental, com vista a um melhor conhecimento dos *habitats* das populações marinhas e do seu comportamento, e desenvolver um projecto em cooperação com as regiões das Canárias e dos Açores, no quadro do INTERREG III-B, com o objectivo de melhorar o conhecimento da circulação oceânica da RAM e os seus impactes sobre a pesca pelágica;
- Promover a obtenção de exemplares para identificação taxonómica e genética de espécies pesqueiras e para integração de colecções biológicas;



- Apoiar as acções de organização das zonas marinhas protegidas e a criação de condições favoráveis ao repovoamento e concentração dos recursos;
- Desenvolver o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras regiões;
- Iniciar o processo de aquisição de uma embarcação, dotada de características adequadas ao trabalho de investigação.

Frota pesqueira

- Promover a atribuição de apoios, e o acompanhamento da sua aplicação, destinados, quer à modernização, quer à construção de embarcações, fazendo com que as unidades deste segmento da frota sejam dotadas de melhores condições de operacionalidade, segurança e conservação do pescado a bordo e possibilitando uma maior qualidade das capturas e uma maior rentabilidade das embarcações;
- Proceder à aplicação dos apoios no âmbito do ajustamento do esforço de pesca, com o objectivo de adequar o esforço de pesca aos recursos disponíveis, mediante a retirada selectiva de embarcações em função dos objectivos fixados no Programa de Orientação Plurianual da Pesca e conforme definido no POPRAM III-MARRAM.

Equipamento dos portos de Pesca

- Melhorar as condições de descarga nos portos de pesca e, conseqüentemente, a qualidade dos produtos, equipando adequadamente os portos de pesca, de modo a cumprir e a fazer cumprir as normas hígio-sanitárias em vigor, de que se relevam os investimentos na Lota do Caniçal e na Lota do Funchal;
- Promover o melhoramento da rede de frio de apoio ao sector industrial, através, nomeadamente, do início do processo de construção do Entrepasto Frigorífico do Caniçal, com capacidade para congelação e conservação de congelados, complementando os investimentos já realizados na Lota, do início da modernização da Lota/Entrepasto Frigorífico do Porto Santo, o qual dotará a Ilha de infra-estruturas de frio mais adequadas às necessidades da frota que



descarrega no respectivo porto de pesca e colocá-lo-á em conformidade com as novas exigências em matéria hígio-sanitária, e do reequipamento dos Entrepósitos Frigoríficos do Funchal e do Porto Novo.

Aquicultura

- Dar continuidade à exploração experimental de aquicultura em *off-shore*, visando a obtenção de resultados práticos que possibilitem futuramente uma actividade comercial deste tipo de produção;
- Promover a recuperação de habitats costeiros e o aumento do potencial de pesca com o uso de recifes artificiais;
- Explorar cientificamente a possibilidade de produção de diversas espécies em cativeiro, bem como o fornecimento de "juvenis" às explorações de iniciativa privada;
- Aprofundar os conhecimentos técnicos, através da participação em projectos conjuntos com outras regiões (cooperação entre centros de investigação das regiões ultraperiféricas);
- Promover o incremento da aquicultura, apoiando os novos projectos de iniciativa privada neste domínio.

Formação profissional

- Disponibilizar os incentivos e meios de formação aos activos da pesca que frequentam acções de formação profissional na Região ou no exterior, valorizando os recursos humanos do sector e optimizando a utilização dos meios técnicos disponíveis.



3. INDÚSTRIA

A indústria regional caracteriza-se por uma estrutura débil, apresentando fraca participação na estrutura do PIB da Região e pouca diversidade de actividades.

Engloba essencialmente os sectores da construção civil, as indústrias agro-alimentares (moagens e produtos de panificação e pastelaria, massas alimentícias, lacticínios, vinhos, cervejas e refrigerantes), os tabacos e o mobiliário, mas também abrange actividades industriais de base artesanal e tradicional, mais viradas para a exportação (bordados, tapeçarias e vimes). Estas últimas actividades assentam numa estrutura de mão de obra intensiva e orientam-se para um número muito restrito de mercados, confrontando-se com a inexistência de reinvestimento e grandes dificuldades de comercialização dos seus produtos.

Constituem condicionantes do crescimento e desenvolvimento industrial: limitação do mercado regional, escassez de matérias primas, predominância de pequenas empresas mal dimensionadas e tecnologicamente mal apetrechadas, a carência de mão de obra qualificada, baixos níveis de produção e de produtividade, custo acrescido dos factores de produção, a inadequação dos processos de gestão, insuficiências no conhecimento e acesso aos mercados, inadequação da resposta às exigências em matéria de qualidade, inadequação das estruturas financeiras, e, conseqüentemente, baixa competitividade.

Pelos motivos atrás referidos, a estratégia de desenvolvimento da indústria regional deverá ser orientada no sentido de proporcionar as necessárias transformações para melhorar substancialmente a competitividade da produção e a dinamização de actividades orientadas para um aproveitamento integral das potencialidades endógenas.

Actualmente, na sequência do contributo financeiro disponibilizado através dos Quadros Comunitários de Apoio 1989-93 e 1994-99, assiste-se a uma alteração positiva no sector, no que se refere, quer à modernização, quer ao nível tecnológico das empresas.

A qualidade terá de fazer parte da rotina das empresas, constituindo um elemento chave da sua estratégia competitiva.



Por outro lado, verifica-se ser também indispensável a criação de infra—estruturas de apoio e suporte à indústria, nomeadamente parques empresariais, bem como outras infra-estruturas de base tecnológicas.

Em 2002 verificou-se um acréscimo de pedidos de licenciamento industrial e de licenciamento de pedreiras, derivados, em grande parte, dos sistemas de incentivos existentes e da maior sensibilização dos empresários.

No que respeita à indústria extractiva, e com vista a minimizar os impactes visuais negativos, a Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia tem contado com a colaboração do Instituto Geológico e Mineiro para o levantamento geológico da Região, no sentido de serem definidos os locais adequados para a exploração de pedreiras para a produção de inertes.

No domínio do **artesanato** tem sido dada continuidade à realização de um conjunto de acções em prol da afirmação e da promoção do bordado da Madeira e do restante artesanato, procurando que a inovação seja uma realidade, apoiando a elaboração de material gráfico de qualidade, promovendo a criação de novas embalagens e efectuando acções de sensibilização junto das escolas.

O Núcleo Museológico do IBTAM foi dinamizado, constituindo um excelente veículo de promoção do artesanato regional.

Dadas as dificuldades que o sector atravessa, é importante concretizar o conjunto das directrizes evidenciadas num estudo realizado, designadamente: modernizar os postos de venda, conferir maior valor e dignidade aos produtos, por forma a dotá-los de elevados padrões de qualidade, e proceder à modernização das infra-estruturas industriais.

A aposta nos mercados internacionais por parte das empresas do sector é também um factor decisivo para o seu desenvolvimento.

Relativamente ao sector dos vimes, é possível minimizar algumas dificuldades existentes a nível de mercado, apostando na área da inovação do *design* dos produtos, na



incorporação de novos materiais, na especialização das unidades produtivas e no reforço da sua imagem e notoriedade.

Deste modo, constituem **objectivos prioritários** para 2003:

- Proceder à criação de zonas empresariais com maximização dos benefícios das infra-estruturas e serviços de apoio de utilidade comum, objectivo que presidiu à criação, através do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2001/M, da "Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A.";
- Aumentar a eficácia do licenciamento dos estabelecimentos industriais e promover o estudo das condições técnicas de instalação e de laboração dos estabelecimentos industriais;
- Incentivar a apresentação dos pedidos de exploração de pedreiras, bem como a continuidade das acções necessárias à inventariação, valorização e aproveitamento dos recursos geológicos da Região;
- Reforçar a concepção de novos produtos, imprimir uma crescente agressividade das acções de marketing e estimular o ingresso dos jovens no trabalho artesanal, realçando a sua importância sócio-cultural, o reforço das suas potencialidades económicas e a valorização pessoal.

Para 2003, prevê-se a concretização das seguintes **medidas e acções**:

- Continuação do levantamento dos recursos geológicos da Região, no âmbito da parceria com o Instituto Geológico e Mineiro, com vista à caracterização, valorização e preservação dos recursos geológicos. Este estudo integra-se nos trabalhos do grupo consultivo criado pela Resolução n.º 446/2001 com o objectivo de promover a análise e a definição dos locais adequados ao desenvolvimento da actividade de exploração de pedreiras;
- Desencadeamento de um conjunto de medidas de reestruturação do artesanato regional, no âmbito das propostas contidas no estudo atrás referido;



- Prosseguimento de uma política de afirmação do bordado Madeira e do artesanato regional em geral, quer na Região, quer no exterior;
- Celebração de protocolos com o ICEP, no sentido de serem definidas acções de promoção externa, em mercados e feiras sectoriais;
- Estabelecimento de uma parceria com o ICEP a fim de se associar o "bordado madeira" a outros produtos de qualidade e prestígio;
- Desenvolvimento de sistemas e processos de certificação de qualidade adaptados à especificidade e às características próprias das produções artesanais;
- Apoio ao "Centro de Moda e Design da Madeira", estrutura fundamental para a inovação e modernização do bordado da Madeira, quer na área do vestuário, quer no âmbito das áreas mais tradicionais, cuja dinâmica deverá ser também aproveitada para contribuir para a modernização de outras actividades, como o vime, a cerâmica, a tecelagem e a tapeçaria;
- Promoção, em colaboração com o "Centro de Moda e Design", e, quando possível, em parceria com instituições universitárias e de investigação, da reflexão e debate sobre matérias consideradas importantes e de relevo para a promoção das artes e ofícios tradicionais, designadamente através da realização de encontros dirigidos a grupos específicos;
- Prosseguimento da implementação do projecto "Centro de Vimes da Camacha", já com espaço definido no Parque Industrial da Camacha, e apoio à reestruturação sócio-económica do artesanato da obra de vimes;
- Continuação dos estudos tendentes à reorganização do sistema de actividade das bordadeiras de casa, visando a criação futura de núcleos de produção de bordados, acompanhados de formação profissional, e ao lançamento de outros projectos e experiências piloto;
- Apoio ao artesanato indiferenciado, promovendo cursos destinados a evitar que este património cultural se desvaneça, procurando abrir perspectivas



interessantes de emprego e proporcionando a realização pessoal e profissional dos artesãos;

- Promoção da realização de acções de formação profissional nas áreas dos bordados, tapeçarias e embutidos;
- Sensibilização dos jovens para as actividades artesanais, pela via da revalorização sócio-profissional destas actividades;
- Modernização e revitalização do comércio do artesanato ao nível regional, potenciando a ligação ao turismo e introduzindo factores incentivadores de uma imagem global de qualidade, autenticidade e genuinidade.



4. ENERGIA

Continua a existir uma forte dependência energética do exterior, centrada nos derivados de petróleo, uma vez que a Região não dispõe de recursos energéticos fósseis. Por outro lado, as tradicionais alternativas para a substituição dos produtos petrolíferos, como o carvão, o gás natural ou a energia nuclear, não são viáveis para a Região, em virtude da pequena dimensão do seu sistema energético.

Os recursos energéticos regionais com maior expressão para o balanço energético regional são a hidroelectricidade e a biomassa florestal, que é utilizada essencialmente para a produção de calor nos sectores residencial e industrial.

De igual modo, a energia eólica e solar, apesar de apresentarem ainda pouca expressão, são recursos de considerável importância entre as fontes energéticas renováveis disponíveis na Madeira.

Deste modo, é objectivo da política energética regional desenvolver estudos e projectos com vista à redução da dependência energética do exterior através da valorização dos recursos energéticos locais e da utilização racional da energia, bem como à melhoria do ambiente e qualidade de vida, através de soluções inovadoras de produção e utilização energéticas.

A cooperação com outras regiões da União Europeia, alicerçada em programas comunitários que co-financiam estudos e projectos enquadráveis na perspectiva atrás exposta, tem sido um dos instrumentos mais adequados ao desenvolvimento de uma dinâmica regional assinalável no domínio energético e suas interfaces com o ambiente e a qualidade de vida.

Consideram-se como **objectivos prioritários** para 2003:

- Incentivar a utilização racional de energia e a utilização de energias renováveis, como forma de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e os custos de importação dos combustíveis, assim como de melhorar a qualidade do ambiente e os padrões de vida regionais;



- Promover o reordenamento do centro logístico de combustíveis, por forma a reduzir os impactes ambientais da actividade de armazenamento de combustíveis, em locais com grande potencial de desenvolvimento urbano e turístico. Esta medida aguarda a conclusão das obras de criação e de instalação daquele centro;
- Promover o desenvolvimento de um estudo de viabilidade da introdução do gás natural na Madeira, que será financiado pelo Programa Operacional da Economia.

Para 2003, prevê-se a concretização das seguintes **medidas e acções**:

- Análise, com o apoio técnico da Direcção-Geral de Energia, dos requisitos técnicos para a entrada em funcionamento da estrutura do Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal, após conclusão das respectivas obras;
- Conclusão do apoio instituído pelo Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, adaptado à Região pela Resolução n.º 1063/88, aplicado aos parques eólicos da Região;
- Prossecução da implementação de um sistema de incentivos para a utilização de painéis solares no sector residencial, para aquecimento de águas sanitárias (SIEST), criado em 2001 com a finalidade de continuar a dinâmica constatada na RAM em torno de investimentos nas áreas da valorização de recursos endógenos e da utilização racional de energia;
- Promoção da participação da Região nas redes europeias de energia e ambiente e respectivos projectos de cooperação;
- Promoção, através da AREAM – Agência Regional de Energia e Ambiente, do desenvolvimento de projectos inovadores nos domínios da energia e do ambiente integrados em medidas do Programa Operacional da Economia (POE) e do INTERREG III.



5. TURISMO

A recente aprovação do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT) – Decreto Legislativo Regional n.º 17/2002/M, de 29 de Agosto – constitui uma das medidas mais relevantes para o sector turístico da Região.

O POT define a estratégia de desenvolvimento turístico da Região e o modelo territorial a adoptar, orientando os investimentos públicos e privados, garantindo o equilíbrio na distribuição territorial da oferta turística e promovendo um melhor aproveitamento e valorização dos recursos humanos, culturais e naturais.

Assim, importa relevar que o referido Plano estabelece limites e, principalmente, ritmos de crescimento da oferta de alojamento turístico, bem como valores para a sua distribuição territorial.

Neste sentido, importa analisar a actual oferta turística como ponto de partida de um período que se prolongará até 2012. Os empreendimentos turísticos em funcionamento totalizavam, no final de 2001, 26.860 camas, número a que corresponde um aumento de 9,5% em relação a 2000. A esta capacidade de alojamento correspondem 243 empreendimentos turísticos e 41 unidades de Turismo em Espaço Rural (TER).

Os estabelecimentos de 5 e 4 estrelas continuam a representar a maioria da oferta, com cerca de 70% do total.

Estes valores demonstram que, a par da hotelaria tradicional, localizada essencialmente no eixo Funchal-Caniço, têm surgido outras tipologias de alojamento, designadamente unidades de Turismo em Espaço Rural, estalagens e albergarias, distribuídas por todos os concelhos da Região. Estes novos produtos vão ao encontro das novas necessidades e motivações da procura, nomeadamente a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza.

Ao nível da procura, a evolução foi também positiva no ano 2001, superando a variação da oferta, com um aumento de 14% do número de visitantes e de 11,2% do número de dormidas.



Os principais mercados emissores foram o britânico, o alemão e o português, à semelhança de anos anteriores.

A taxa média de ocupação situou-se nos 59,9%, valor superior relativamente a 2000. Os “Hotéis-Apartamentos” de 5 e de 4 estrelas constituíram o tipo de estabelecimento que apresentou a taxa de ocupação mais favorável, com 72,6%.

As receitas de hotelaria totalizaram 231,51 milhões de euros em 2001, o que correspondeu a um aumento de 15,2% comparativamente ao ano transacto.

Contudo, o ano de 2001 fica também associado aos ataques terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América, acontecimentos estes que directa e indirectamente marcaram de forma significativa o sector. O corrente ano, embora ainda não concluído, ficará caracterizado pela diminuição dos fluxos turísticos internacionais, não constituindo a Região excepção nesta conjuntura de abrandamento.

Os objectivos prioritários para o sector impõem um crescimento sustentável do turismo, articulado com o desenvolvimento global da Região e a preservação da tradicional diferenciação e qualificação da Madeira como destino turístico.

Por outro lado, haverá que responder, com adequação e eficácia, ao aumento da capacidade da oferta de alojamento verificado nos últimos anos e à melhoria das condições de acessibilidade ao destino em consequência do funcionamento, em pleno, do Aeroporto Internacional da Madeira.

Assim, como **objectivos estratégicos** para 2003, salientam-se:

- A consolidação dos produtos turísticos dominantes, mantendo as características de qualidade que caracterizam o destino;
- O desenvolvimento da segmentação turística, através do reforço dos produtos turísticos já identificados – congressos e incentivos, golfe, passeios a pé e ecoturismo para a ilha da Madeira, praia e saúde para a ilha do Porto Santo;
- A potenciação do Mar como um recurso turístico e de lazer com grande capacidade de carga;



- A atenuação da actual predominância de alguns mercados emissores, mediante o crescimento das quotas de mercados com maior potencial de crescimento;
- O aumento do volume de receitas e respectivo gasto médio por turista;
- A sensibilização da população para a importância do sector e da necessidade de um desenvolvimento sustentável;
- A dignificação das carreiras profissionais do sector, sensibilizando a população estudantil para as oportunidades de emprego que o Turismo apresenta;
- A dinamização das parcerias público-privadas na promoção institucional do destino turístico "Madeira";
- A utilização das novas tecnologias para a inventariação e divulgação dos produtos turísticos regionais em redes de informação com fins promocionais e comerciais, nomeadamente em parcerias com o sector privado;
- A criação e apoio ao desenvolvimento de conhecimento (estudos de mercados, sondagens e elementos estatísticos) que permita ao sector do turismo inovar e responder pro-activamente às realidades existentes e a novos desafios.

Neste âmbito, no sector do Turismo, serão desenvolvidas as seguintes **medidas**:

- Apresentação e representação do destino em feiras, exposições, congressos e campanhas "porta a porta";
- Desenvolvimento de campanhas de publicidade a nível nacional e internacional dirigidas aos profissionais e ao cliente final;
- Organização de acções promocionais – seminários, semanas da Madeira, workshops, sessões de formação aos agentes, etc., nos mercados prioritários;
- Realização de acções de relações públicas, quer ao nível do receptivo local, quer através do patrocínio de eventos com interesse turístico;



- Estabelecimento de parcerias com operadores turísticos, designadamente através de campanhas conjuntas, aquando da abertura de novos mercados ou de novas operações e brochuras “Madeira”;
- Criação de novos suportes informativos e promocionais, impressos e multimédia, e actualização dos já existentes;
- Alargamento do Inventário de Recursos Turísticos da RAM;
- Renovação do site de promoção institucional da Região;
- Criação de uma marca internacional de prestígio, designada “Quintas da Madeira”;
- Monitorização e implementação das orientações definidas no Plano de Ordenamento Turístico;
- Consolidação dos programas de animação que já são cartazes internacionais, com alargamento do seu período de duração, quando aplicável, e com a introdução de conteúdos inovadores, destacando-se a continuidade do Festival do Atlântico, com grande margem de progressão ao nível da sua notoriedade;
- Coordenação e divulgação dos eventos sociais, culturais e religiosos com interesse turístico, tendo em vista a sua divulgação atempada;
- Renovação e aumento do número de alunos envolvidos no programa “Educar para o Turismo”;
- Alargamento e melhoria de infra-estruturas turísticas, nomeadamente da rede de postos de turismo e do actual Parque de Campismo do Porto Moniz;
- Compatibilização e operacionalização da informação estatística, em particular na vertente dos Barómetros, no âmbito das parcerias já estabelecidas com o Observatório do Turismo nacional e com outras regiões da Macaronésia.



6. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

ACESSIBILIDADES INTERNAS

No domínio das acessibilidades internas as acções e medidas previstas no PIDDAR 2003 têm por objectivo a melhoria da mobilidade intra-regional, através da construção de novas vias de comunicação entre os principais centros urbanos e melhoria do nível de serviço nas ligações já existentes e de um melhor funcionamento do sistema de transportes terrestres.

Dadas as características e especificidades da Região Autónoma da Madeira, sobretudo em termos de orografia, a existência de elevados padrões de mobilidade é fundamental no processo em curso de desenvolvimento sustentado.

Assim, é imprescindível a existência de um sistema de transportes eficiente, na medida em que constitui um factor decisivo na criação de oportunidades para promover os equilíbrios espaciais sobre o território e fomentar o pleno aproveitamento dos recursos e a criação de emprego e a conseqüente melhoria das condições de vida e bem-estar das populações.

Apesar do significativo esforço de investimento que tem sido desenvolvido nos últimos anos, a rede viária actualmente em serviço denota, ainda, alguns constrangimentos decorrentes essencialmente dos seguintes factores:

- Antiguidade de algumas vias em serviço, incompatíveis com os actuais níveis de tráfego, o que implica a necessidade de intervenções na ampliação e modernização das mesmas;
- Aumento generalizado do tráfego rodoviário em toda a Região, com maior incidência na faixa litoral sul da Ilha da Madeira, particularmente no Funchal e concelhos envolventes – Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico.



No âmbito da rede viária regional e na sequência da entrada em serviço dos principais eixos estruturantes, dos quais, a Via Rápida Ribeira Brava – Machico e as ligações ao Norte da Ilha da Madeira através do Túnel da Encumeada e do Túnel do Norte, este último incluído na Via Expresso Machico – Faial, constituem os exemplos mais relevantes, prevê-se no âmbito do PIDDAR 2003 prosseguir a execução de um conjunto de novas ligações rodoviárias, no sentido de os complementar, ligando-os aos principais centros de actividade económica da Região, nomeadamente ao Caniçal, e de assegurar a sua compatibilização com a restante malha viária regional e local.

Assim, relativamente à **construção/beneficiação das infra-estruturas rodoviárias**, o PIDDAR 2003 prevê um conjunto de intervenções de natureza diversa, embora complementares, designadamente, a construção de novas acessibilidades, a criação de variantes aos principais centros urbanos, a diversificação e modernização da rede viária principal e complementar e a requalificação da rede existente em termos de sinalização e segurança, de forma a permitir atingir os seguintes **objectivos**:

- Redução das assimetrias regionais, através do aumento da oferta de infra-estruturas rodoviárias em zonas de menor cobertura, de forma a promover o pleno aproveitamento dos recursos e o reforço da coesão e solidariedade internas;
- Descongestionamento das zonas urbanas, através da construção de variantes, evitando-se o seu atravessamento pelo tráfego de passagem;
- Diminuição dos custos de operação e dos custos associados ao tráfego em trânsito;
- Completar a malha de acessibilidades às zonas portuárias, aeroportuárias e principais centros de actividade económica;
- Requalificação dos circuitos turísticos;
- Aumento da dimensão económica do mercado;
- Reforço da segurança da circulação rodoviária.



Neste domínio e como **projectos de investimento** mais relevantes a desenvolver no âmbito do PIDDAR 2003, destacam-se os seguintes:

- Via Rápida Machico – Caniçal: compreendendo a construção do Túnel Duplo do Caniçal; o Nó de Machico Sul; e os Troços Túnel da Queimada – Nó do Caniçal e Nó do Caniçal – Rotunda do Caniçal;
- Via Expresso Machico – Faial: Troço Serrado – Longueira e Troço Terça – Ribeira Grande;
- Via Expresso Faial – Santana, 1.^a e 2.^a Fases;
- Nova Ligação Caniço – Camacha – 1.^a e 2.^a Fases;
- ER 101 – Troço Calheta – Prazeres – Raposeira do Lugarinho;
- Correção do Traçado da ER 101 – Troço São Vicente – Porto Moniz – 3.^a e 4.^a Fases;
- Variante à ER 104 na Ribeira Brava;
- Variante à ER 104 – Troço Rosário – São Vicente, 1.^a e 2.^a Fases;
- Variante à Vila da Calheta, 1.^a e 2.^a Fases;
- Variante à Vila da Ponta do Sol;
- Variante à ER 107 – Túnel entre a Ribeira da Lapa e o Curral das Freitas;
- Variante à ER 230 no Campanário;
- Variante à ER 207 no Santo da Serra;
- Acessos Leste e Oeste à Circular ao Funchal à Cota 200;
- Acesso Oeste ao Porto do Funchal;
- Novo Acesso ao PIZO – Parque Industrial da Zona Oeste;



- Novo Acesso a Santo Amaro, no Funchal.

Num outro plano, e para além da manutenção dos habituais programas de conservação preventiva e correctiva da rede viária regional que vêm sendo desenvolvidos, prevê-se no PIDDAR 2003 um conjunto de intervenções no âmbito da reabilitação estrutural e requalificação da rede regional, em termos da sinalização, segurança e optimização dos níveis de serviço dos traçados existentes. Salienta-se neste particular as seguintes intervenções:

- Reconstrução da ER 111 – Troço Hotel do Porto Santo – Calheta, no Porto Santo;
- Beneficiação do 1.º Túnel da Madalena do Mar.

Estas intervenções serão complementadas com a implementação de programas de monitorização, segurança e manutenção dos equipamentos dos túneis rodoviários de maior dimensão e com a execução de infra-estruturas de apoio à segurança da circulação rodoviária, de forma a melhorar a eficiência da rede rodoviária, designadamente através da criação de bolsas de estacionamento, não só nos principais centros de procura de tráfego mas também ao longo dos troços da rede mais antiga.

A consciência da necessidade de aprofundamento e consolidação de um **sistema de transportes terrestres**, devidamente adaptado à nova realidade regional, enquanto área de interesse público com imediata e relevante incidência na vida das populações e no desenvolvimento das actividades económicas, consubstancia as principais **linhas de actuação** a prosseguir neste sector e que são, no essencial, as seguintes:

- Satisfação das necessidades reais de deslocação de pessoas e bens, propiciando deslocações em transportes com elevados níveis de segurança, comodidade e rapidez;
- Incremento e melhoria da segurança rodoviária para os utentes das vias públicas, quer enquanto condutores, quer enquanto peões;
- Maximização do aproveitamento das novas acessibilidades existentes e previstas;



- Melhoria das condições do estado dos veículos afectos ao parque automóvel regional.

Nesta perspectiva serão implementadas as **acções e medidas** correspondentes, quer aos factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre, quer à área da viação considerada na sua generalidade.

No que concerne aos **factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre**, importa referir, nomeadamente:

- A promoção da utilização do transporte público colectivo de passageiros;
- O assegurar de uma maior celeridade na satisfação das necessidades de deslocação das populações, através de carreiras de transporte público colectivo de passageiros, que façam o adequado aproveitamento das novas acessibilidades criadas e a criar, e uma cobertura espacial mais equilibrada, aumentando o número de conexões disponíveis;
- A manutenção de um justo e equilibrado serviço público de transporte de cariz social;
- O fomento da criação de condições propiciadoras à renovação periódica de frotas e à sua ampliação;
- O aperfeiçoamento do funcionamento do sector da indústria de aluguer de veículos sem condutor, nomeadamente através do incremento das acções de fiscalização;
- A promoção de um melhor aproveitamento do material circulante.

Em matéria de **viação**, considerada na generalidade, salienta-se:

- A implementação e desenvolvimento de campanhas de prevenção rodoviária direccionada, quer para a melhoria da segurança dos condutores, quer para a dos peões;



- A concertação entre as diversas entidades envolvidas em termos de acções de prevenção e fiscalização, conducentes à diminuição da sinistralidade rodoviária;
- A manutenção, e, nalguns aspectos, elevação dos níveis de exigência requeridos aos novos condutores;
- A continuação da realização de cursos de formação de instrutores e de directores de escolas de condução;
- O reforço das acções de fiscalização às escolas de condução.

ACESSIBILIDADES EXTERNAS

As acessibilidades externas, dadas as condições de insularidade e ultraperiferia da Região, constituem um factor fundamental para o seu desenvolvimento. Neste âmbito, destacam-se as intervenções conducentes à melhoria da operacionalidade das infra-estruturas que asseguram a ligação da Região ao exterior – Aeroporto da Madeira e do Porto Santo e Portos do Funchal, do Porto Santo e do Caniçal.

Salientam-se como principais **linhas de actuação** sectorial:

- Cumprimento do Princípio da Continuidade Territorial;
- Abertura dos portos e aeroportos aos operadores privados que, sem prejuízo das obrigações de serviço público, contribuam para a melhoria da qualidade e competitividade dos serviços prestados;
- Melhoria da eficácia económica dos serviços portuários e aeroportuários.

O **sistema de transportes marítimos e as infra-estruturas portuárias** a eles associadas assumem um papel fundamental em termos de garantia do abastecimento da Região, em condições adequadas de segurança, regularidade e qualidade.

Neste domínio, os investimentos a desenvolver em 2003 serão da responsabilidade da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., e inserem-se no âmbito do reordenamento do sistema portuário da Região, actualmente em curso,



assente numa política de especialização portuária, e concorrem para os seguintes

objectivos:

- Optimizar a eficiência das operações portuárias, de modo a reduzir os custos portuários;
- Incrementar a actividade portuária, de modo especial no sector do turismo de cruzeiros;
- Aumentar a eficiência das operações de interface;
- Melhorar as condições de exploração dos portos secundários.

Para a prossecução destes objectivos serão desenvolvidas em 2003 um conjunto de

intervenções, das quais se destacam, por serem as mais relevantes, as seguintes:

- Ampliação nascente e poente do Cais de Contentores do Porto do Caniçal;
- Molhe Exterior do Porto do Caniçal – 3.ª Fase;
- Acesso rodoviário ao Porto do Caniçal;
- Passeio marítimo, acessos e remate do Cais de Machico;
- Zona de apoio logístico do Porto Novo;
- Ampliação do Terminal de Inertes do Porto Novo;
- Reabilitação da rede de águas e esgotos do Porto do Porto Santo;
- Gare internacional marítima do Porto do Funchal;
- Reabilitação do Cais de Câmara de Lobos;
- Ampliação do Cais do Paúl do Mar;
- Ampliação do Cais do Porto Moniz – 2.ª Fase.



No âmbito das **"Infra-estruturas Aeroportuárias/Sistema de Transportes Aéreos"**, destaca-se, em termos dos **grandes princípios base de actuação**:

- A manutenção de tarifas reduzidas para residentes, estudantes e delegações desportivas nas viagens entre a Região e o Continente e entre o Porto Santo e a Madeira;
- A manutenção de taxas aeroportuárias reduzidas para os voos regulares entre o Porto Santo e a Madeira;
- O apoio às políticas comunitária e nacional de transporte aéreo, que promovam a competitividade e a melhoria da qualidade de serviço entre a Região e o exterior;
- A promoção e incremento de ligações directas da Região aos seus principais mercados turísticos, às Comunidades Madeirenses e às Regiões Ultraperiféricas do Atlântico Norte.



7. COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR

O sector do comércio tem um peso preponderante na economia regional, quer ao nível do seu contributo para a formação do PIB regional, quer em termos da ocupação da população activa, mas caracteriza-se por uma fraca produtividade das empresas, aliada a problemas de gestão das mesmas.

Este sector enfrenta actualmente uma nova realidade, resultante da implantação de novas unidades comerciais, com tipificação diferente da que era habitual na Região, nomeadamente das grandes superfícies. Por outro lado, tem-se assistido, nos últimos anos, ao desenvolvimento de formas inovadoras de comércio, como é o caso do franchising, venda por catálogo, venda directa, televenda, bem como a especialização de estabelecimentos comerciais.

Esta nova realidade obrigou as empresas comerciais de pequena e média dimensão a um esforço acrescido de modernização e de reforço dos seus factores de competitividade, que passam pela melhoria da qualidade, redução de custos, formação profissional, adopção de novos conceitos no fornecimento de serviços e por projectos de urbanismo comercial.

Na sequência dos apoios que têm sido atribuídos à actividade comercial nos últimos anos, assistiu-se à revitalização do comércio regional. Contudo, os esforços que até agora foram feitos, são manifestamente insuficientes e constata-se a necessidade de desenvolver mais acções. A manutenção deste tipo de apoios e o incentivo às actividades mobilizadoras das estruturas associativas junto das empresas são fundamentais para que efectivamente se proceda ao reforço da competitividade do sector do comércio.

A orientação estratégica do Governo Regional em promover a qualidade, quer ao nível das estruturas, quer ao nível de programas de dinamização da qualidade, tem resultado num acréscimo da procura dos respectivos serviços.



O Laboratório de Metrologia da Madeira, estrutura fundamental para a promoção da qualidade industrial, que se encontra em funcionamento desde Outubro de 2000, tem vindo a intensificar a prestação de uma variedade de serviços ao nível da metrologia legal.

A revolução técnico-científica que o século XX viu crescer, tornou irreversível o processo de desenvolvimento da capacidade de produção e de consumo que caracterizam a sociedade actual.

A produção em massa, como fenómeno civilizacional, o consumo transformado em consumismo e a convergência dos comportamentos individuais para bens que não os de primeira necessidade, explanam os novos desafios, as novas conquistas e as novas preocupações colocadas aos consumidores.

As situações litigiosas que ocorrem entre um consumidor singular e um agente económico específico, podem traduzir-se em prejuízos quer para as partes envolvidas, quer para o mercado em geral.

Perante este panorama, o Governo Regional tem adoptado uma política de defesa do consumidor interventiva em todos os sectores problemáticos do fenómeno do consumo, procurando contribuir decisivamente para a modificação e resolução das divergências existentes entre os parceiros económicos.

Para tal, os serviços competentes têm vindo a responder às solicitações dos consumidores, quer a nível da mediação de conflitos de consumo, quer a nível da informação, formação e educação dos cidadãos em geral.

Deste modo, constituem **objectivos prioritários** para 2003:

- Intensificação das medidas de apoio ao aprovisionamento;
- Aumento da eficácia na divulgação da informação na área do comércio, com a implementação de sistemas de informação sobre a malha comercial da Região, quer através da constante actualização do cadastro comercial, quer através de um sistema de informação geográfica, em articulação com outras bases de informação georeferenciada;



- Estímulo da inovação e da aplicação dos factores dinâmicos de competitividade nas empresas paralelamente à promoção do emprego e da empregabilidade do potencial humano;
- Promoção e divulgação de produtos, serviços e empresas da Região, essencialmente através da formação e informação de alvos que constituam potenciais mercados válidos;
- Garantia da aplicação e da fiscalização do cumprimento da regulamentação relativa ao controlo metrológico em áreas ainda não abrangidas, bem como alargamento das operações de verificação metrológica para as novas áreas;
- Intensificação de medidas de apoio e defesa do consumidor.

As principais **medidas** a implementar no ano de 2003 são as seguintes:

- Acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira, por forma a garantir aos utilizadores destes serviços os níveis de qualidade imprescindíveis às operações de controlo metrológico;
- Realização de operações até agora não executadas, como é o caso do licenciamento dos recipientes sob pressão e a certificação das cisternas para transporte de combustíveis, entre outros;
- Realização de reuniões e de outras actividades no âmbito do Conselho Regional da Qualidade;
- Promoção da realização de acções de formação sobre a qualidade;
- Aquisição de equipamentos para o Laboratório de Metrologia da Madeira, por forma a dotá-lo das condições fundamentais ao seu funcionamento;
- Continuação das acções de promoção dos produtos regionais, através, nomeadamente, da participação em iniciativas que contribuam para a promoção dos produtos e serviços da Região;



- Resolução extra-judicial dos conflitos de consumo, através da criação de um Centro Regional de Arbitragem de Conflitos de Consumo;
- Divulgação de informação especializada, através de acções de sensibilização, nomeadamente na comunicação social, em escolas e em associações empresariais;
- Desenvolvimento de formação qualificada em matérias do consumo, com a promoção de um 2.º Curso de Pós-graduação em Direito do Consumo, para o ano lectivo 2003/04, ministrado pelo Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Produção de diverso material informativo, especificamente, em suporte escrito e vídeo;
- Desenvolvimento de campanhas de prevenção referente a políticas de saúde pública e segurança dos consumidores, em especial na área infantil;
- Promoção de um ciclo de conferências, com a abordagem de temas relacionados com o consumo;
- Participação em feiras ou eventos similares que permitam uma maior divulgação de informação ao consumidor;
- Apoio técnico-jurídico aos consumidores, relativamente à informação, mediação e resolução das situações de conflito de consumo;
- Apoio a estruturas autónomas de informação ao consumidor, entre as quais associações de defesa dos consumidores;
- Reforço dos instrumentos tecnológicos e do acervo literário do Centro de Documentação do Serviço de Defesa do Consumidor, de modo a que o mesmo possa desempenhar um papel informativo, formativo e educativo cada vez mais adequado às necessidades dos consumidores e aos desafios da sociedade de consumo;



- Intensificação, por parte da Inspeção Regional das Actividades Económicas, da promoção de acções de natureza preventiva, e quando necessário, repressiva, em matéria de ilícitos anti-económicos e contra a saúde pública. A sua acção incidirá nos domínios da produção, distribuição e comercialização, particularmente de géneros alimentícios, combatendo o exercício ilegal destas actividades. Tendo em vista uma cada vez maior defesa do consumidor, será reforçado o controlo da afixação de preços dos bens e serviços e das menções obrigatórias de rotulagem.



8. EDUCAÇÃO

Como aspectos mais significativos da situação actual do sistema de educação/ensino, verifica-se, a nível da **educação pré-escolar**, a continuidade do crescimento da oferta pública e particular de lugares, assegurando a cobertura generalizada a todas as crianças de 5 anos e de cerca de 80% do total de crianças dos 3 aos 5 anos, das quais, mais de 50% com frequência gratuita. De realçar a importância de garantir a todas as crianças da Região a possibilidade (não é obrigatória, pelo que não é – por pouco – generalizada) de frequência de um ano de educação pré-escolar antes do acesso ao 1.º Ciclo (escolaridade obrigatória).

Relativamente ao **1.º Ciclo**, registou-se um novo decréscimo do número de alunos, em resultado da redução demográfica. O número de escolas a “tempo inteiro” (ETI’s) subiu de 77 para 84, passando a abranger 76% da população total escolar da Região, neste ciclo. Estas escolas estão dotadas de sala de informática, sala de actividades polivalente, telefone, fax, ligação à *internet*, impressoras, *scanner* e *web-cam*. O facto de serem ETI’s (e oferecerem actividades de complemento curricular) permitirá o desenvolvimento de actividades regulares para aprendizagem de Novas Tecnologias. Um PC para 17 alunos será o rácio aproximado da Região, nas escolas públicas de 1.º Ciclo.

No **2.º ciclo**, registou-se uma relativa estabilização do número de matrículas – 7.994 alunos contra 7.923 no ano lectivo de 2001/2002 – e uma ligeira quebra a nível do **3.º Ciclo**.

Quanto ao **Secundário**, estima-se um total de 8.537 alunos (8.918 no ano anterior) no Ensino Secundário Via Ensino, Tecnológico e Profissional. Continua a ser evidente uma redução na 1.ª opção em favor da 2.ª e 3.ª opções.

A nível das **creches**, verifica-se uma ligeira melhoria da oferta, prevendo-se 1.800 vagas disponíveis (públicas e particulares) contra cerca de 1.740 em 2001/2002. Entretanto, prevê-se a disponibilização para 2003 de vários estabelecimentos públicos e privados.



Sendo pioneira no lançamento de alguns métodos de intervenção e na introdução de novas formas de trabalho no domínio da **educação especial**, a Região Autónoma da Madeira tem participado, em igualdade de circunstâncias com outros estados-membros da União Europeia, na definição de políticas visando a harmonização e a implementação de estratégias concertadas e formas comuns de intervenção, sendo chamada a participar em comissões especializadas, visando, nomeadamente, a formulação dos programas em curso, no âmbito do Pós - HELIOS II, para os sectores da "integração económica", "educação integrada", "integração social" e "vida activa".

Constituem **objectivos** para 2003:

- Promover o aumento da cobertura da educação pré-escolar e de frequência nas escolas básicas de 1.º Ciclo a "tempo inteiro" (ETI's);
- Atingir as taxas de 100% no último ano da educação pré-escolar e de 80% no global dos 3, 4 e 5 anos;
- Prosseguir com a aquisição de equipamentos;
- Prosseguir com as aquisições e *upgrades* dos laboratórios e salas de informática nas escolas do 2.º e 3.º Ciclos e secundárias;
- Continuar a proporcionar a melhoria da qualidade do ensino nas áreas consideradas essenciais, nomeadamente nas tecnologias de informação e comunicação, e, também, na área da "dimensão europeia na educação";
- Contribuir para a formação integral das crianças e jovens a frequentar os estabelecimentos de ensino/educação, numa perspectiva de conjugar a componente curricular com actividades de enriquecimento curricular e extra-escolar;
- Melhorar as condições necessárias ao sucesso educativo e à diminuição do absentismo escolar, nomeadamente através do alargamento dos currículos alternativos regionais e, ainda, através da elaboração e disponibilização de material didáctico e equipamentos adequados;



- Continuar a apostar na formação dos recursos humanos e sua inserção no mercado do trabalho, nomeadamente com o alargamento dos cursos profissionalizantes ao nível do 3.º Ciclo do ensino básico, do ensino secundário e do 13.º Ano Profissionalizante.
- Assegurar a educação e a integração familiar e social das crianças, jovens e adultos, com deficiências auditivas, intelectuais, motoras, visuais e outras que exijam métodos especiais de acção;
- Assegurar a colaboração com as famílias nas acções que não dispensem uma intervenção "médico-psicológico-pedagógica" adequada;
- Assegurar a formação técnico - profissional, de acordo com as possibilidades individuais e do meio;
- Promover acções tendentes à prevenção, reabilitação e integração social das pessoas com deficiência.

Dentro das **medidas e acções** a desenvolver em 2003, destacam-se:

- O apetrechamento de meios informáticos e laboratoriais;
- As aquisições de equipamentos para as novas salas de Educação Pré-Escolar, de equipamento de cópia e de material pedagógico e de cozinha para as novas ETI's;
- A adaptação do Plano de Ordenamento da Rede Regional Escolar, face à Agenda 2000, ao QCA III, ao Programa do Governo e à disponibilidade financeira;
- O desenvolvimento de instrumentos de recolha e tratamento de informação, garantindo os diagnósticos do sector e permitindo a tomada de decisões em antecipação de rupturas e problemas;
- O estudo, em colaboração com as autarquias, da distribuição de funções e acções na rede escolar;



- A implementação de novos instrumentos legislativos referentes às definições sobre instalações de creches e de educação pré-escolar;
- O desenvolvimento, no âmbito dos sistemas de informação, de aplicações para utilização interna, facilitadoras da desburocratização e, bem assim, a efectivação de investimentos nas áreas dos recursos humanos e do apetrechamento;
- A intensificação da formação de docentes, tendo em conta a implementação da reorganização curricular do Ensino Básico;
- A criação de acompanhantes locais de apoio aos docentes nas áreas que impliquem a introdução de novos programas disciplinares e de novas áreas curriculares;
- O desenvolvimento, na área das novas tecnologias de informação e comunicação, de modelos de formação à distância (*e-learning*) e o estímulo da aprendizagem nesta área, através da implementação de sistemas de certificação;
- A criação de centros de audiovisuais e multimédia escolares, numa óptica de aperfeiçoamento de conhecimentos, de modo a rentabilizar os equipamentos existentes;
- A reorganização do parque audiovisual, bibliográfico e multimédia dos estabelecimentos de ensino;
- A intensificação de projectos de educação para a cidadania, apostando na formação no âmbito da “educação para a saúde”, “educação rodoviária” e “educação ambiental”;
- A continuação da política de apoio ao desenvolvimento da formação artística dos jovens da Região, nomeadamente nas áreas da expressão dramática, da música e da expressão plástica;
- O prosseguimento de programas relacionados com o desporto escolar, numa perspectiva de proporcionar estilos de vida saudáveis, através da prática de



todas as modalidades desportivas, permitindo a realização de campeonatos nas escolas, inter-escolas e a nível nacional;

- O reforço da política de apoio a trabalhos de reconhecido mérito nas áreas científicas e pedagógicas da responsabilidade de docentes/técnicos de educação, numa perspectiva de divulgação não só na Região, como também no exterior;
- O prosseguimento do levantamento e despiste da deficiência;
- A implementação do atendimento precoce em todas as deficiências, incluindo o apoio domiciliário;
- A integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais nos equipamentos sociais existentes;
- O prosseguimento do programa regional de apoio aos sobredotados;
- A adequação de estruturas e equipamentos escolares, de modo a facilitar o acesso a crianças e jovens deficientes;
- A intensificação de programas de pré-profissionalização, formação profissional e emprego, uma vez que a transição dos jovens deficientes para a vida activa constitui objectivo decisivo da política desenvolvida, e que foi possível dinamizar com a entrada em funcionamento do Centro Regional de Formação Profissional de Deficientes;
- A cobertura da Região com centros de apoio psico-pedagógico devidamente equipados de recursos materiais e humanos;
- A criação de centros de actividades ocupacionais e de emprego protegido;
- A intensificação de acções específicas de formação profissional, no sentido do reforço das acções inspectivas de carácter pedagógico, administrativo e financeiro;



-
- A promoção da realização de acções de formação a um maior número de funcionários dos diferentes serviços, escolas, estabelecimentos de educação pré-escolar e delegações.



9. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

EMPREGO E TRABALHO

O mercado regional de emprego tem demonstrado um bom desempenho ao longo de 2002, verificando-se que a taxa de desemprego, referente ao 2.º trimestre de 2002, se situa em 2,3%, um dos índices mais baixos verificados na Região nos últimos anos. Em termos comparativos, a taxa de desemprego na Região continua inferior à nacional, que se fixou em 4,5% no mesmo período.

Verifica-se uma tendência para a diminuição do desemprego feminino, uma vez que a respectiva taxa de desemprego apresenta um decréscimo de 1,4% comparativamente com o verificado no período homólogo de 2001.

O total de pedidos de emprego registados no Centro Regional de Emprego, no final de Junho de 2002, apresentou um decréscimo de 2,4% em comparação com o mês homólogo de 2001.

No que se refere à oferta de emprego, existe um índice elevado de satisfação, na medida em que as vagas que se encontram por satisfazer devem-se fundamentalmente a desajustamentos entre a procura e a oferta de emprego, no que respeita aos requisitos requeridos pelos empregadores. Apesar disso, o Centro Regional de Emprego continua a liderar a lista dos centros de emprego nacionais com maior índice de colocações.

A evolução positiva em todos estes indicadores de emprego deve-se não só a uma evolução económica favorável, que tem vindo a ocorrer nos últimos anos, mas também a uma política de emprego baseada no Plano Regional de Emprego, instrumento que tem permitido uma resposta mais adaptada aos problemas concretos da Região, contribuindo para o objectivo da promoção do emprego e da luta contra o desemprego.

A estabilidade nas relações laborais, assente na responsabilidade dos intervenientes sociais, na paz social e nas condições de satisfação e de realização no trabalho, constitui



um factor essencial para as condições motivadoras do investimento, e, conseqüentemente, para a criação de emprego.

Deste modo, os **objectivos** das políticas de emprego e de trabalho a prosseguir na Região em 2003 são os seguintes:

- Promover uma transição adequada dos jovens para a vida activa;
- Incentivar a inserção sócio-profissional e combater o desemprego de longa duração e a exclusão;
- Promover a qualidade do emprego, nomeadamente através do reforço das condições de protecção do trabalho;
- Incentivar a criação de postos de trabalho em todos os sectores da economia e em particular nos mais intensivos em mão-de-obra e para grupos mais vulneráveis;
- Desenvolver o espírito empresarial e de criação de novas actividades e a consolidação da respectiva viabilidade;
- Promover a igualdade de oportunidades de grupos desfavorecidos e excluídos relativamente ao emprego e à formação;
- Consolidar o nível de relacionamento institucional entre parceiros sociais e departamentos laborais;
- Fomentar o tripartismo e o diálogo social, como instrumentos e processos de abordagem à realidade laboral;
- Promover uma permanente melhoria geral das condições de trabalho nos vários sectores, com especial atenção para as situações de maior desigualdade e discriminação;
- Promoção do crescimento dos salários reais, decorrente da política de rendimentos, quer por acção directa das partes nos processos negociais da



- contratação colectiva, quer por intervenção conciliadora e administrativa do Governo Regional;
- Prosseguimento de uma política activa de promoção da igualdade de oportunidades, consolidada na adopção do Plano Regional de Igualdade de Oportunidades;
 - Promoção da melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, através de programas e acções neste domínio e combate permanente à sinistralidade, com recurso a campanhas de sensibilização, informação e formação, bem como ao reforço da acção fiscalizadora;
 - Manutenção da função pedagógica dos serviços de inspecção, como meio mais adequado de promover o respeito pelos direitos laborais, sem prejuízo da acção sancionatória, quando necessária;
 - Fomento da Medicina do Trabalho e da sensibilização para as questões inerentes às doenças e lesões profissionais, junto das empresas, trabalhadores e médicos;
 - Promoção de uma evolução qualitativa nas relações laborais, pela dinamização de parcerias, grupos de trabalho, acções de divulgação do quadro legal, realização de seminários e colóquios e outras iniciativas de cariz formativo e informativo;
 - Divulgação de informação estatística da realidade laboral, bem como de estudos inerentes à temática laboral, com incidência regional;
 - Promoção de acções conciliatórias nos conflitos individuais e colectivos de trabalho;
 - Disponibilização permanente dos serviços jurídico-laborais a todos os interessados.

Os objectivos enunciados visam a criação de condições para a manutenção do pleno emprego e para a melhoria da qualidade do emprego e do trabalho, conseguidos através



da intensificação das políticas seguidas até à presente data. Em termos de instrumentos a desenvolver em 2003, salientam-se as seguintes **medidas**:

- Consolidação de iniciativas em curso no Centro Regional de Emprego que visam o acompanhamento individual, sistemático e continuado no tempo, garantindo a todos os jovens e adultos desempregados e inscritos no Centro uma oportunidade de emprego, formação ou ocupação antes de atingirem, respectivamente, os 6 ou 12 meses de desemprego;
- Revisão e racionalização da legislação sobre as medidas de emprego no sentido de garantir a maximização da sua eficácia;
- Desenvolvimento de uma medida específica para toxicodependentes, visando potenciar a sua reinserção social e profissional como parte integrante e fundamental do processo de tratamento da toxicodependência;
- Implementação da medida “empresas de inserção”, instrumento de combate activo à pobreza e à exclusão social e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento do espírito empresarial;
- Execução de acções de formação profissional visando apoiar a gestão e o processo de consolidação das empresas emergentes resultantes dos programas de apoio “Iniciativas Locais de Emprego” (ILE), “Criação do Próprio Emprego” (CPE) e “Apoio à Criação do Próprio Emprego” (ACPE);
- Definição de estratégias de orientação e informação profissional direccionadas para públicos específicos, através da dinamização de um gabinete destinado a esta matéria, dotado dos mais modernos meios técnicos no capítulo da orientação profissional;
- Incremento de medidas destinadas a facilitar a informação aos empregadores e aos desempregados sobre as medidas em curso, nomeadamente através de postos de informação interactiva e da *internet*;
- Dinamização da acção da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CRITE), de modo a que esta Comissão possa prosseguir a sua



dinâmica de intervenção, no acompanhamento de todas as situações indiciadoras de desigualdade e discriminação;

- Concretização de medidas e acções que possibilitem a adequada aplicação prática do Plano Regional de Igualdade de Oportunidades (PRIO);
- Activação de programas e medidas que contribuam para a sensibilização, formação e informação na área da prevenção, higiene, segurança e saúde no trabalho, visando a redução da sinistralidade laboral e a prevenção das doenças e riscos profissionais;
- Aprofundamento de estudos sobre temáticas laborais e elaboração actualizada de estatísticas do trabalho, sobre os diversos vectores e aspectos da realidade laboral;
- Realização de programas, colóquios e seminários nos vários domínios do trabalho, contribuindo para a formação profissional nesta área.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Para a dinâmica empreendida na área da formação profissional têm contribuído em grande medida os apoios do Fundo Social Europeu, bem como uma cada vez maior sensibilização para a importância da formação, tanto a nível dos activos, como factor decisivo para o aumento da capacidade produtiva e da própria estabilidade de emprego, como também por uma maior procura de opções profissionalizantes, especialmente por parte dos jovens.

Têm sido promovidos, nomeadamente, uma maior articulação entre os sistemas educativo e formativo, o apoio às acções de carácter qualificante, reforçando a componente de formação em contexto de trabalho e promovendo um maior envolvimento das empresas no acolhimento e acompanhamento aos formandos, o apoio e acompanhamento de projectos que combatam os fenómenos de exclusão social, a introdução de mecanismos de reforço da credibilidade do Sistema de Formação e o estabelecimento de protocolos e parcerias com entidades regionais e nacionais.



Para além da Direcção Regional de Formação Profissional, que constitui, a nível regional, o maior promotor de formação profissional, destaca-se, ao nível do ensino profissional público, o papel da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira e do Conservatório - Escola Profissional de Artes da Madeira.

A Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira é de importância fundamental para a actividade turística da Região Autónoma da Madeira, quer como propiciadora de fonte de receitas externas, quer como catalisadora de dinâmicas conducentes à criação de emprego e de dinâmicas sócio-económicas a nível local.

A Escola Profissional de Artes tem vindo a apostar no desenvolvimento de medidas que respondam às necessidades dos jovens da Madeira que se sintam vocacionados para as áreas artísticas.

Assim, esta Escola tem vindo a desenvolver cursos de formação dirigidos a diplomados do ensino básico de 9 anos de escolaridade, conferindo-lhes certificado de aptidão profissional de nível III, equivalência ao ensino secundário e facultando-lhes o acesso ao ensino superior ou o exercício de uma profissão no domínio das artes do espectáculo –música, dança e teatro. Os cursos profissionais têm uma duração de três anos, prevendo-se atingir em 2003 os 97 formandos. É de 24 o número médio de formandos, por ano, a obter a respectiva certificação.

Deste modo, constituem **objectivos prioritários** para 2003, em matéria de formação profissional:

- Reforçar a aproximação dos sistemas educativo e formativo, para incremento dos projectos profissionalizantes, como estratégia eficaz de combate ao insucesso escolar e de criação de condições de plena integração no mercado de trabalho;
- Promover o reforço das competências profissionais por via da formação inicial, como forma de aumentar os níveis de qualidade dos serviços em geral, garantindo o diferenciamento estratégico, pelo reforço da competitividade face aos demais;



- Aumentar as intervenções para a população activa, no sentido do reforço das suas qualificações, como forma de minorar os desequilíbrios ainda existentes e potenciando um efeito desmultiplicador no que respeita a práticas correntes de formação contínua nas empresas;
- Manter a promoção de acções de formação qualificantes não só para jovens, mas igualmente para desempregados, procurando garantir uma eficaz integração ou reintegração no mercado de trabalho. Neste ponto será importante o reforço das medidas conjuntas de orientação profissional nas escolas, promovendo acções de divulgação pró-activas, baseadas na constatação de casos práticos de sucesso, sobretudo para as acções que apresentam menor índice de procura pelos jovens, mas com muita carência no mercado de trabalho;
- Proceder à criação de infra-estruturas adequadas aos formandos e demais intervenientes no processo formativo;
- Promover o acesso a meios e recursos técnicos formativos, especialmente no que se refere à divulgação de novas metodologias de formação, designadamente a formação à distância, o *e-learning*;
- Promover a expansão da formação para jovens fora do sistema de ensino e a formação de activos na área do turismo, tendo em vista a promoção da empregabilidade, a melhoria de competências e a modernização do tecido económico e social.

No que concerne às **medidas** de carácter legislativo, institucional e outras a tomar em 2003, são de relevar:

- Efectuar, se imprescindível, adaptações da legislação referente à operacionalização da componente FSE do POPRAM III, fruto da constatação de alguns desajustamentos relativamente à realidade regional;
- Prosseguir com a celebração de acordos de formação com as empresas que acolhem formandos no âmbito dos seus processos formativos em contexto de trabalho, designadamente no "sistema de aprendizagem";



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

74

- Continuar a promover a celebração de protocolos com outras entidades públicas e com entidades privadas, por forma a estabelecer parcerias que promovam a troca de conhecimentos e a introdução de novas metodologias;
- Consolidar as acções de formação profissional turística e promover a inovação, a informação e a participação em parcerias a nível regional, nacional ou com outros países;
- Proceder à criação do curso de especialização em *jazz* destinado a músicos profissionais e a alunos com o 5.º grau concedido pelo Conservatório.



10. DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

DESPORTO

Com o advento da autonomia da Região, foram traçadas as grandes metas estratégicas para o desporto regional, das quais, ainda hoje, se vêm cumprindo as suas últimas etapas, nomeadamente, a generalização da prática desportiva, o desenvolvimento do parque desportivo, a redução das assimetrias regionais, a plena integração na dinâmica desportiva nacional, a afirmação internacional, a alta competição e a formação.

O Governo Regional, através do Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira (IDRAM) propõe, como **objectivos prioritários** para 2003:

- Melhorar o parque desportivo regional, tanto através da construção directa de instalações por parte do Governo Regional, como através dos apoios aos clubes, associações, ou instituições de cariz privado, incidindo, particularmente, na conclusão do processo de arrelvamento de campos de futebol, na construção de piscinas e na construção de pavilhões e de polidesportivos;
- Aperfeiçoar o modelo de apoio à competição regional, bem como à participação nacional e internacional dos atletas e clubes madeirenses;
- Assegurar a continuidade dos apoios ao desporto para todos, informal e organizado, bem como às actividades de aventura;
- Assegurar a continuidade da política de formação de técnicos em novas actividades e tipos de prática, nomeadamente de cariz lúdico-desportivo, bem ainda dos treinadores responsáveis pela média e alta competição;
- Manter os processos tendentes à participação dos desportistas escolares madeirenses nas competições nacionais e internacionais do sector;
- Assegurar o acesso da juventude e da população em geral à prática desportiva;



- Incentivar a competição regional, através de apoios, sob diversas formas, a atletas, a clubes e à actividade desportiva competitiva no âmbito do desporto escolar;
- Promover a excelência a nível do desporto, no quadro da regulamentação específica existente, relativa à alta competição.

Das **medidas e acções** a desenvolver em 2003, destacam-se:

- A construção, melhoramento e apetrechamento de infra-estruturas;
- O apoio técnico e de consultoria a clubes e associações;
- O apoio à promoção de actividades de recreação e lazer;
- O apoio financeiro a equipas, de acordo com os regulamentos do Conselho Desportivo Regional;
- O aprofundamento das ligações com as autarquias, INATEL, e Direcção Regional de Turismo;
- A generalização do seguro e do controlo desportivos;
- A divulgação e actualização permanente da "carta desportiva";
- O aperfeiçoamento da biblioteca/videoteca;
- A análise ao retorno de investimentos;
- A celebração de protocolos com as escolas, na área da manutenção/utilização das infra-estruturas;
- A concretização do Plano Estratégico de Formação.

JUVENTUDE

No quadro da Política de Juventude, as preocupações têm incidido fundamentalmente na auscultação activa dos jovens, na promoção de programas, concursos e projectos que



estimulem a participação dos jovens e dinamizem o seu espírito de voluntariado e de cidadania, e no apoio ao associativismo juvenil, além da aposta na democratização no acesso às novas tecnologias.

O **objectivo principal** pretendido com tais iniciativas consiste em responder, de forma cada vez mais eficaz, às preocupações e interesses dos jovens, contribuindo para a sua integração social e cultural na comunidade.

Neste âmbito, de entre as **medidas e acções** a desenvolver no ano de 2003, destacam-se as seguintes:

- Concretização do projecto “Lojas da Juventude” no Porto Santo, Calheta e Porto Moniz;
- Criação de um auditório para realização de debates, formação de animadores juvenis, reuniões e conferências, reforçando os meios de audição e formação dos jovens;
- Criação de um museu específico para as associações: Corpo Nacional de Escutas, Associação de Escoteiros de Portugal e Guias de Portugal, como forma de valorização e preservação do património cultural destes movimentos;
- Criação de um projecto de geminação de associações juvenis com sede na Região Autónoma da Madeira com associações de jovens luso-descendentes, como forma de estabelecer parcerias culturais e sociais entre as comunidades;
- Criação de um «site» específico na *internet* para o associativismo juvenil, contribuindo-se com esta acção para a divulgação das actividades das associações junto dos jovens;
- Reforço da capacidade de intervenção e de afirmação do associativismo juvenil, como instrumento estratégico de uma política estruturada de educação não formal, fundamentalmente através do apoio à obtenção de sedes sociais para as organizações juvenis;
- Apoio à construção do edifício do Campo-Escola, no Montado do Pereiro;



- Continuação dos programas de iniciativa regional – “Voluntariado Juvenil” e “Jovens em Formação” – o primeiro com o objectivo de estimular o espírito de solidariedade, e o segundo como forma de contribuir para uma escolha profissional mais consciente e preparação da inserção futura na vida activa;
- Prosseguimento da participação no programa comunitário “Juventude 2000-2006”, bem como no programa nacional de mobilidade e intercâmbio juvenil, dando-se particular ênfase aos jovens socialmente desfavorecidos;
- Reedição da “Agenda Jovem 2002-2003”, cuja temática é a União Europeia, e lançamento do Concurso “Jovem Prodígio 2003”, o qual visa estimular e premiar a capacidade criativa e inovadora dos jovens, nas áreas das artes visuais, dramáticas, performativas e da literatura;
- Prossecução de eventos com carácter pontual, designadamente, “Encontros com a Formação”, “Ciclo de Cinema – Um Dia, Um Filme” e “Cenários da Juventude”;
- Prosseguimento de um atendimento personalizado ao jovem, facultando-lhe informação e documentação para estudo e pesquisa, ajuda na preparação e procura de ofertas de emprego, acesso gratuito à *internet*, apoio psicológico e acesso à “linha jovem”;
- Fomento do turismo juvenil, quer pela criação de um novo Centro de Juventude, no concelho de Santana, quer pelo melhoramento das instalações do actual Centro de Juventude do Porto Moniz. Pretende-se ainda a integração nos circuitos internacionais dos centros de juventude da Região, incluindo a oferta complementar de actividades de lazer e sócio-culturais;
- Continuidade do estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação e intercâmbio com organismos de juventude, públicos e privados, nomeadamente com as autarquias locais, sempre que estejam em causa matérias de interesse para os jovens.



11. CULTURA

No âmbito deste Sector têm sido concretizadas acções de valorização do património histórico-cultural, de divulgação e apoio à actividade artística e cultural e de apoio ao estudo e divulgação da história e cultura madeirenses e à melhoria dos serviços de bibliotecas e arquivo.

No que respeita ao património arquitectónico, têm prosseguido as obras de recuperação e restauro diagnosticadas como mais urgentes em vários imóveis classificados ou de importância patrimonial, designadamente no Convento de Santa Clara e na Igreja da Sé, foi aberto concurso público para as obras de recuperação estrutural na Igreja do Colégio e procurou-se incrementar os diagnósticos e as vistorias técnicas de pré-intervenção.

Releva-se, igualmente, o trabalho efectuado no sentido de preservar e de divulgar o património móvel, tanto nos espaços religiosos, como nos museus, através, nomeadamente, de publicações específicas.

Na área dos museus, deu-se continuidade ao trabalho de recuperação do seu acervo e de enriquecimento das colecções, designadamente nos museus das Cruzes e de Arte Contemporânea. A programação de algumas exposições temporárias e a existência de "serviços educativos" em alguns museus, traduziu-se na afluência de mais público, sobretudo o jovem. A estratégia de divulgação dos museus da Região foi incrementada pelo enriquecimento das "lojas dos museus", através da produção, aquisição e venda ao público de toda uma série de novos objectos, cujo design e confecção se inspira nas diferentes temáticas de cada acervo museal.

No campo das publicações e da actividade editorial, foi publicada a 30ª edição da revista *Islenha*, uma publicação de referência da cultura insular, além das edições próprias da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, preenchidas com obras novas, ou com reedições de antigos títulos, dando seguimento a uma política editorial que se norteia por critérios de qualidade cultural. Prosseguiu o "apoio à edição", adquirindo-se aos privados um certo número de títulos para divulgação institucional, modalidade que tem mostrado ser cada vez mais aceite e importante em termos de dinamização do mercado cultural.



O serviço disponibilizado pelo Arquivo Regional da Madeira tem vindo a dar resposta, cada vez mais eficaz, ao número crescente de utentes. Procedeu-se à informatização progressiva dos acervos documentais, criando-se programas específicos para registo e consulta por áreas arquivísticas. Teve continuidade o projecto editorial do Arquivo; para além do boletim "Arquivo Histórico da Madeira", estão a ser editadas as várias séries de registos paroquiais, abrangendo quase todos os concelhos da Região, obras que são de grande utilidade para os investigadores.

Quanto ao serviço de bibliotecas, releva-se a utilidade da Sala de Documentação Contemporânea e da Biblioteca de Culturas Estrangeiras. São espaços diferenciados, tanto no recheio bibliográfico como nos públicos que mais os procuram: no primeiro caso, estudantes de todos os graus de ensino e leitores adultos; no segundo caso, turistas, estudantes universitários e amigos da cultura dos países representados.

Em matéria de animação e divulgação cultural, a realização do plano e calendário estabelecidos visa o enriquecimento da oferta e a consolidação dos chamados públicos culturais, pelo que se deu continuidade às iniciativas previstas em matéria de exposições, conferências e concertos musicais.

Neste âmbito, o Porto Santo foi objecto de atenção especial, com a realização do Festival Colombo e do Festival de Poesia, eventos que já fazem parte do conjunto anual de acontecimentos de carácter turístico-cultural programado para esta Ilha.

Deu-se continuidade à realização de exposições, de modo a preencher, ao longo do ano, a vocação, na área das artes plásticas, das Galerias do Turismo e do Centro Edmundo de Bettencourt, procurando-se conceder maior relevo aos artistas regionais e a alguns convidados nacionais e internacionais.

A Casa das Mudanças - Casa da Cultura da Calheta prosseguiu com a sua programação, realizando exposições de cada vez maior qualidade e alcance mediático-cultural. Foram também realizados seminários de formação técnica na área da cultura, em articulação com o Centro Cultural de Belém. De salientar, a ter lugar no final de 2002, uma exposição de grande alcance regional e nacional, sobre "Arte Pop da Coleção Berardo", e a apresentação do 3.º Concurso Regional de Artes Plásticas, um evento único na Madeira em termos de incentivo à criação artística local.



Para além da realização do Festival de Música da Madeira, promoveu-se, de novo, o festival "Raízes do Atlântico", vocacionado para a música tradicional, cujo âmbito irá ser ampliado em 2003 com a realização de um congresso internacional sobre cordofones. Outras iniciativas têm sido concretizadas anualmente, como é o caso dos encontros de orquestras de bandolins e dos festivais de folclore e encontros de grupos corais.

Como **objectivos prioritários** para 2003, salientam-se:

- Prosseguir com a realização do inventário do património arquitectónico e apostar na sua divulgação junto do público, designadamente junto das escolas e das autarquias;
- Dar continuidade, ou concluir, a elaboração de projectos integrados de recuperação e beneficiação do património móvel e imóvel, em ordem à sua candidatura a eventuais apoios comunitários ou de carácter mecenático;
- Prosseguir com obras de recuperação e restauro nos casos de maior risco, sobretudo na área do património histórico-religioso da Região Autónoma da Madeira;
- Dar continuidade ao restauro do espólio que, à guarda dos museus, poderá vir a enriquecer as colecções, e prosseguir, dentro dos limites orçamentais, com a aquisição de novas peças museais;
- Dinamizar o enriquecimento das "lojas dos museus" com novos objectos de qualidade, que constituem um factor relevante de divulgação das colecções;
- Editar novos autores na área do ensaio e reeditar obras de referência no campo da historiografia e da literatura insular;
- Prosseguir com o plano de informatização dos serviços do arquivo e bibliotecas e procurar uma melhoria de espaços para o exercício das respectivas actividades, designadamente no que respeita ao Depósito Legal e à preparação da transferência do acervo do Arquivo Regional;



- Dar continuidade à política de descentralização cultural na área da música e das artes plásticas, seleccionando e promovendo iniciativas de qualidade, bem como de apoio a associações, capazes de estruturar projectos e de promover uma diversificação das iniciativas culturais por todo o Arquipélago;
- Promover a divulgação da cultura regional fora da Madeira, nos diferentes níveis da sua expressão.

Salientam-se, como principais **medidas** a implementar em 2003:

- O aperfeiçoamento da aplicação da legislação existente sobre o enquadramento e definição legal dos apoios financeiros a projectos de interesse cultural;
- A promoção de uma maior responsabilização no relacionamento entre os agentes culturais e a tutela, através, nomeadamente, da celebração de protocolos e de contratos-programa com as associações e instituições intervenientes ou conexas na área da cultura;
- A regulamentação da legislação referente à Rede Regional de Bibliotecas Públicas. O incremento do projecto implicará o envolvimento interessado dos municípios da Região, promovendo a criação de novas bibliotecas.

Em termos estratégicos, a política em curso privilegiará, nomeadamente, o reforço das identidades culturais (património, música tradicional, história e literatura insular), o apoio à descentralização (reestruturar e apoiar financeiramente os grupos e associações que são vectores de dinamização cultural junto das populações), a ligação a organismos e institutos nacionais do sector, de carácter privado ou tutelados pelo Ministério da Cultura, uma correcta articulação com as autarquias (defesa do património, dinamização e promoção da cultura local), um reforço das ligações com as comunidades madeirenses no mundo, apoiando as visitas de agentes e grupos culturais para actuação junto dos emigrantes e fornecendo às Casas da Madeira diverso material de cultura, e um relacionamento de confiança e rigor com os agentes, grupos e instituições da sociedade civil, designadamente com associações já constituídas nesta área e com instituições religiosas (cooperação na salvaguarda do património).



COMUNIDADES MADEIRENSES

Dado que, na Região, existe cada vez menor incidência de fenómenos de emigração temporária e que a emigração definitiva praticamente não existe, o Governo Regional tem centrado a sua acção no apoio aos movimentos associativos madeirenses no mundo, e no acompanhamento dos madeirenses que ainda procuram uma ocupação sazonal no estrangeiro.

Por outro lado, e atendendo a que a Região Autónoma da Madeira se tornou também um destino de acolhimento de imigrantes, o Governo Regional tem vindo a manter uma postura de cooperação com os próprios e com as organizações que os apoiam, organizando encontros e debates no sentido de promover um bom acolhimento e integração, no contexto da legislação que enquadra os movimentos imigratórios.

O **objectivo prioritário**, em matéria de Comunidades Madeirenses, para o próximo ano, consiste, fundamentalmente, em criar ligações entre a Madeira e os madeirenses radicados no exterior, promovendo iniciativas e intercâmbios e fomentando uma informação cada vez mais ampla junto das Comunidades.

Assim, o Governo Regional centrará a sua acção para o ano de 2003, nas seguintes **medidas**:

- Acompanhamento permanente das condições em que ainda se processa alguma emigração temporária, zelando pela legalidade e melhoria das condições de trabalho e de vida dos emigrantes madeirenses no estrangeiro, assegurando as tarefas inerentes ao respectivo processo emigratório;
- Manutenção e reforço de uma presença constante junto dos nossos conterrâneos emigrados, quer assegurando o apoio ao seu movimento associativo, para que continuem a divulgar a nossa cultura e tradições, quer procurando dar satisfação às suas aspirações;
- Colaboração com os meios de comunicação social para que estes garantam uma informação cada vez mais ampla de e para as nossas Comunidades;



- Realização de acções dirigidas a luso-descendentes, nomeadamente com a sua participação na "festa do desporto escolar", e promoção de outros intercâmbios, de modo a manter viva a sua ligação à terra de origem dos seus ascendentes;
- Manutenção de contactos e formas de cooperação com outras entidades regionais, nacionais e internacionais que abordem o fenómeno migratório, nomeadamente tendo em vista assegurar a participação da Região na elaboração de documentos e acordos supranacionais que interessem às Comunidades;
- Prestação de apoio ao Conselho Permanente das Comunidades Madeirenses e intervenção no sentido do cumprimento das suas recomendações ou conclusões;
- Concessão de ajudas e colaboração com entidades regionais e nacionais que prestam apoio a trabalhadores imigrantes, procurando promover a sua melhor integração;
- Acompanhamento das Casas da Madeira em território nacional, designadamente efectuando um levantamento das suas necessidades específicas e estabelecendo novas formas de colaboração e apoio.



12. SAÚDE

O sector da Saúde na Região Autónoma da Madeira tem conhecido ao longo dos últimos anos alterações importantes em diversas áreas, nomeadamente ao nível das infra-estruturas, dos equipamentos, da oferta de serviços, dos recursos humanos empregues e da acessibilidade aos cuidados.

A rede pública actualmente existente é composta por 48 centros de saúde, quatro Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde à Comunidade, um Centro de Saúde Mental, um Centro de Tratamento da Toxicodependência, um Serviço de Tuberculose e Doenças Respiratórias e um Laboratório de Saúde Pública, que desenvolvem a sua actividade essencialmente na área dos cuidados de saúde primários, e por três unidades hospitalares que constituem o Centro Hospitalar do Funchal.

A análise dos indicadores de saúde evidencia uma evolução positiva no que concerne quer à oferta e utilização dos serviços, quer às condições de saúde da população. Contudo, alguns indicadores indiciam a necessidade de reforço de acções de luta contra determinadas causas de morbilidade e mortalidade, bem como junto de certos grupos populacionais com problemáticas específicas, nomeadamente a população mais desfavorecida socialmente e os idosos.

O número de internamentos hospitalares denota tendência para estabilizar, sendo que em 2000 e em 2001 houve, respectivamente, 23.697 e 23.106 doentes entrados. A demora média no internamento hospitalar continua a baixar, tendo passado, nos mesmos anos, de 7,8 para 7,7 dias.

O número de profissionais de saúde registou nos últimos anos um forte incremento, com excepção do número de médicos. Com efeito, no ano 2000 o número de médicos por 1.000 habitantes era, na Região, de 1,9, enquanto que a média nacional se situava em 3,2. A carência de médicos é especialmente notória em determinadas especialidades, com destaque para a clínica geral.

A cobertura da população residente pela rede de centros de saúde está assegurada a 100%. No entanto, a taxa de frequência nos últimos 10 anos apresenta um



comportamento oscilante, com um mínimo de 25,6% em 1994 e um máximo de 40,6% em 1999. No ano de 2001 verificou-se uma taxa de 33,7%.

O número de consultas médicas na área dos cuidados primários, após a quebra verificada no período de 92 a 96, apresenta uma recuperação sustentada, registando-se em 2001 cerca de 241.047 consultas. Destas consultas, salienta-se que 96% foram efectuadas por clínicos gerais, na prática da medicina familiar, e 4% foram efectuadas, em proporção equivalente, por médicos fisiatras e por médicos psiquiatras.

As consultas efectuadas ao abrigo da “Convenção com a Ordem dos Médicos”, apresentam tendência para estabilizar em torno das 140 mil consultas/ano.

Registou-se uma evolução positiva da taxa de cobertura das mulheres em idade fértil passando de 8,3 em 1996 para 17,5 em 2001.

As taxas de cobertura vacinal da população, nomeadamente da população infantil, são bastante satisfatórias, registando-se valores muito próximos dos 100%.

No período 1996/2000, a Região Autónoma da Madeira registou uma taxa média de mortalidade infantil de 8,4 ‰. A análise da evolução deste indicador denota uma aproximação à média nacional e comunitária.

No que se refere às principais causas de morte na Região em 1999, hierarquizadas em grandes grupos, observa-se que são as “doenças do aparelho circulatório” as que têm maior peso no total de óbitos. Como segunda e terceira causa de morte apresentam-se, respectivamente, os “tumores malignos” e “outras doenças do aparelho respiratório”.

Assim, na área dos **cuidados primários e saúde pública**, constituem **medidas prioritárias** para 2003:

- Promover uma maior vigilância da saúde das mulheres, com especial atenção para as doenças e os problemas específicos das mulheres, e a intensificação dos programas de rastreio do cancro do colo do útero e do cancro da mama;
- Reforçar o planeamento familiar e garantir o direito à “saúde reprodutiva”;



- Implementar um “programa de apoio à adolescência e juventude”, com o objectivo de lançar as bases da saúde do “futuro adulto”;
- Reforçar o Programa de Saúde Materna e Infantil em toda a Região, de modo a continuar a reduzir a mortalidade infantil;
- Promover a implementação de um programa integrado de “prevenção e tratamento da pneumonia, controlo da asma e expansão da luta contra a tuberculose”, com o objectivo de reduzir a mortalidade por pneumonia e a morbilidade por tuberculose e contribuir para a redução da taxa de absentismo laboral;
- Reforçar o programa de Combate ao Tabagismo e Alcoolismo, por forma a reduzir a morbi-mortalidade por doenças cardiovasculares, oncológicas e de fígado, em 20%;
- Reforçar o Programa de Saúde do Adulto Activo/Idoso, através da implementação de uma nova estratégia que visa o controlo da Diabetes Mellitus e o rastreio da Retinopatia Diabética e do desenvolvimento de uma campanha de prevenção das doenças cerebrovasculares e cardiovasculares, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos adultos;
- Expandir o programa de “Saúde Oral e Medicina Dentária” por forma a reduzir a incidência da cárie dentária;
- Promover a dinamização de um programa de “emergências médicas”, em articulação com a Protecção Civil e o Centro Hospitalar do Funchal;
- Dotar os programas de saúde em curso do equipamento necessário ao seu cabal funcionamento;
- Promover a melhoria da prestação de cuidados de saúde na comunidade, através do aumento da capacidade de resposta dos serviços face ao envelhecimento da população e às altas hospitalares precoces;



- Proceder à beneficiação de estruturas físicas do Centro Regional de Saúde, por forma a melhorar o acesso aos utentes e a criar condições de trabalho mais apropriadas ao desempenho dos profissionais de saúde. Prevê-se a realização de várias remodelações em centros de saúde e a reinstalação dos serviços "Autoridade de Saúde do Concelho do Funchal", "Engenharia Sanitária" e "Medicina no Trabalho";
- Adquirir equipamento de inovação e de substituição para os centros de saúde e outros serviços do Centro Regional de Saúde, visando essencialmente equipar os centros de saúde cuja conclusão se prevê para 2003, designadamente os Centros de Saúde de São Roque, Monte e Serra d'Água;
- Proceder ao aperfeiçoamento da Rede de Informação de Saúde da RAM – RISM, com o objectivo de expandir a rede telemática a todos os concelhos da Região e permitir uma melhor avaliação dos resultados da actividade desenvolvida, bem como apoiar no planeamento e na gestão adequada dos recursos;
- Implementar a gestão informática da prescrição de medicamentos, com o objectivo de reduzir os gastos com medicamentos. Trata-se de uma medida intimamente ligada à promoção do uso de genéricos.

A par da continuação dos projectos em curso no âmbito da implementação do Plano Regional de Luta contra a Droga e a Toxicodependência, são de salientar, no âmbito da **prevenção da toxicodependência**, a implementação, em 2003, das seguintes **medidas**:

- Criação e apetrechamento de um gabinete de informação e prevenção, para conceber, dinamizar e facultar informação sobre a problemática da toxicodependência;
- Criação de um Centro de Recursos, que incluirá uma área multimédia, uma biblioteca, uma mediateca e uma ludoteca, para consulta de toda a população envolvida, bem como para a dinamização de actividades;
- Instalação do Serviço em espaço adequado.



Na área dos **cuidados diferenciados** prosseguiram em 2002 as obras referentes ao Plano Director do CHF, sendo de destacar a execução do projecto de remodelação e reinstalação do Serviço de Imuno-Hemoterapia, na sequência do qual será transferido o Serviço de Hemato-Oncologia.

Foi dada continuidade ao reequipamento do Serviço de Imagiologia, estando concluída a renovação de equipamentos e a digitalização deste Serviço no Hospital dos Marmeleiros.

Foi igualmente adquirido um novo equipamento destinado à realização de provas de esforço na consulta externa de Cardiologia e está previsto, até final do ano 2002, a aquisição de novos equipamentos destinados ao Serviço de Anestesia, nomeadamente ventiladores e equipamentos de monitorização.

Foi assinado um Protocolo com o Instituto da Qualidade em Saúde e com o King's Fund – Health Quality com vista à implementação de programas de melhoria continuada da qualidade, cuja primeira fase, já em curso, se prolongará até ao ano de 2004.

Concretizou-se o programa de recuperação das listas de espera para acessos vasculares em doentes insuficientes renais, o qual está concluído.

Em 2003, serão **medidas prioritárias** a implementar nesta área:

- Remodelação do Serviço de Urgência;
- Continuação da renovação dos equipamentos dos Serviços de Imagiologia, Urologia, Pneumologia e Estomatologia e da Unidade de Cuidados Intensivos e aquisição de novos equipamentos para os Serviços de Imagiologia, Cardiologia e Anestesia;
- Remodelação das infra-estruturas a nível do Hospital dos Marmeleiros, para instalação de serviços de apoio, e do bloco operatório da consulta externa do Hospital Cruz de Carvalho;
- Início da renovação de camas do Centro Hospitalar do Funchal;
- Reinstalação da Unidade de Pedopsiquiatria;



- Continuação do processo de acreditação para a qualidade;
- Programação e implementação do projecto de criação dos "centros de responsabilidade integrada".

No que concerne às **medidas legislativas**, assumem especial relevância o novo Estatuto do Sistema Regional de Saúde, bem como o novo regime e orgânica do Serviço Regional de Saúde, cujas propostas de Decreto Legislativo Regional deverão ser remetidas à Assembleia Legislativa Regional até final de 2002.

A aprovação destes diplomas possibilitará uma melhor adequação do Sistema e do Serviço às necessidades dos utentes, respondendo também ao imperativo da implementação de novos métodos de gestão nos serviços públicos de saúde que promovam a competência, a responsabilização, a eficiência e a garantia da melhoria contínua da qualidade.



13. SEGURANÇA SOCIAL

As medidas e os programas de política social que vêm sendo desenvolvidos na Região têm-se constituído como instrumentos de respostas adequadas às necessidades detectadas.

Todavia, a complexidade do tecido social regional, a evolução demográfica e as novas dinâmicas sociais colocam novos e exigentes desafios às políticas de protecção e integração social.

Os fenómenos da exclusão social e da pobreza assumem contornos complexos, estando longe da sua erradicação global, e o modelo de intervenção que se pretende passa por uma troca de experiências e de saberes, pela realização de um trabalho conjunto, interdisciplinar e interdepartamental, e pela criação e desenvolvimento de parcerias, que visam, em última instância, a coesão social e o bem estar de todos os cidadãos.

Constitui, portanto, o **grande objectivo** do sistema de segurança social regional, a criação de um espaço socialmente coeso e capaz de gerir oportunidades de inclusão e desenvolvimento para todos os seus cidadãos.

Em 2003, o sector da segurança social procurará orientar-se por linhas de actuação que acompanhem esta visão geral de bem estar social, as quais terão a sua tradução, nomeadamente, nas seguintes **medidas e acções**:

- Pôr em funcionamento um centro de acolhimento para crianças e jovens, no Concelho do Funchal, uma casa de transição para jovens, em Machico, um lar de idosos nos Canhas (Ponta do Sol) e um lar intergeracional na Tabua (Ribeira Brava);
- Iniciar a construção de dois lares de idosos (em Câmara de Lobos e em Santa Cruz), de uma residencial para 10 idosos e de um centro de acolhimento para mulheres vítimas de maus tratos, na Ribeira Brava, e de um lar para pessoas com deficiência, em colaboração com a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral do Funchal;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

92

-
- Proceder à remodelação global do Lar do Vale Formoso;
 - Proceder à implementação do projecto integrado do Hospital Dr. João de Almada e de um centro comunitário em Câmara de Lobos.



14. HABITAÇÃO E URBANISMO

HABITAÇÃO

A resolução dos problemas habitacionais é uma das principais prioridades das políticas sociais do Governo Regional, com importância consagrada e reforçada nas dotações que os sucessivos orçamentos regionais vêm afectando a este sector de intervenção. É graças a esta orientação, consubstanciada na criação de vários programas, que a Região Autónoma da Madeira apresenta hoje a maioria das situações de carência habitacional resolvidas.

Esta política social do Governo Regional, já permitiu apoiar, através do Instituto de Habitação da Madeira, cerca de 12 mil famílias, correspondendo a mais de 53 mil madeirenses, ou seja, perto de 22% da população da Região Autónoma da Madeira. Foram disponibilizados mais de 5.300 fogos para arrendamento social, cerca de 500 fogos para venda a preços sociais e cerca de 2.500 fogos de iniciativa das cooperativas de habitação. Mais de 3.500 habitações particulares foram apoiadas na sua recuperação e foram ainda disponibilizados cerca de 400 lotes em direito de superfície para autoconstrução.

Realce-se que o actual quadro financeiro é muito apoiado pelo reconhecimento do actual Governo da República, através do Decreto-Lei n.º 157/2002, de 2 de Julho, que dá a possibilidade ao Governo Regional de aceder a fundos para a habitação social. Esta possibilidade havia sido sucessivamente negada pelos governos nacionais que o antecederam, em claro prejuízo das famílias necessitadas da Madeira.

Em 2003, o Governo Regional vai prosseguir e reforçar os seus programas e investimentos no sector da habitação, nomeadamente com a construção de fogos para arrendamento social e para venda a preços sociais (habitação económica) e com os apoios às cooperativas de habitação e à recuperação e aquisição de casa própria. No âmbito da colaboração entre o Governo da República e o Governo Regional, serão implementadas acções nos domínios da construção de fogos para arrendamento social e do incentivo ao arrendamento por jovens.



Paralelamente, o Governo Regional vai prosseguir a sua política habitacional complementar, alternativa à habitação social, reforçando as condições para que as famílias pertencentes a segmentos de rendimento intermédio resolvam, com ajuda pública, o seu problema habitacional, no sentido de adquirir, construir ou arrendar habitação e de criar condições de habitabilidade através da reabilitação da habitação.

Na sequência da política sectorial desenvolvida, e para a concretização destes objectivos, prosseguir-se-á no ano de 2003 a concretização das seguintes **medidas**:

- Realização de acordos de colaboração com o Governo da República e com os municípios, com vista à construção de fogos para arrendamento social;
- Implementação de acções concretas de apoio à integração sócio-económica das famílias, envolvendo as áreas de protecção social, saúde, educação e emprego;
- Desenvolvimento de acções com vista a dotar os empreendimentos de infra-estruturas e equipamentos sociais complementares, com vista à integração das populações realojadas;
- Promoção de acções de regeneração urbana, nomeadamente, o Programa de Requalificação Urbana do ilhéu de Câmara de Lobos;
- Desenvolvimento de acções nos domínios da administração, conservação e reabilitação do parque habitacional;
- Lançamento de acções com vista a minimizar os efeitos da perda do crédito bonificado para aquisição de casa própria;
- Construção de habitação para venda a preços sociais (habitação económica);
- Apoio a cooperativas de habitação económica;
- Cedência de terrenos, em direito de superfície, para autoconstrução;
- Apoio a famílias na recuperação das suas habitações, alargando o âmbito de intervenção dos actuais programas PRID e RAVP;



- Continuação do desenvolvimento de acções no domínio do arrendamento, com vista à dinamização do mercado privado de arrendamento para fins sociais.

No quadro desta actuação o Governo Regional, através do IHM, prevê implementar, em 2003, acções concretas de apoio integral ou complementar que permitirão solucionar ou encontrar soluções para os problemas habitacionais de cerca de 2.000 famílias, o que contribuirá decisivamente para erradicar a maioria das situações de carência ainda sentidas.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

A promoção do ordenamento territorial visa o desenvolvimento harmonioso e sustentado da Região. Neste sentido, importa garantir a todo o espaço regional determinados padrões de qualidade de vida e de qualidade ambiental, generalizando o acesso qualificado da população aos equipamentos e serviços colectivos.

Neste domínio, destacam-se como principais **medidas de política** sectorial a desenvolver em 2003:

- Promoção de acções de valorização e protecção do litoral;
- Desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica e de planeamento territorial;
- Actualização/completagem da cartografia e cadastro regionais;
- Manutenção do apoio técnico às Autarquias Locais;
- Realização de acções no âmbito da hidráulica torrencial.

No domínio da **valorização e protecção do litoral**, serão desenvolvidas as acções conducentes a favorecer uma gestão sustentável e integrada da nossa orla costeira, potenciando a protecção, conservação e qualificação dos seus espaços e promovendo a acessibilidade às zonas litorais.

Neste sector destacam-se, como as mais relevantes, as seguintes **intervencções**:



- Construção de infra-estruturas náuticas e de lazer na foz da Ribeira da Boaventura;
- Protecção marginal do Jardim do Mar;
- Complexo Balnear dos Reis Magos;
- Frente de mar de Machico;
- Enrocamento de protecção à Praia da Ponta do Sol;
- Prolongamento do enrocamento e solário da Calheta.

As acções a desenvolver no âmbito dos **sistemas de informação geográfica**, decorrem do reconhecimento da informação geográfica, como sendo a base de referência para todos os projectos e intervenções que envolvam alterações ao espaço geográfico, e a forma como está organizada vem ganhando importância à medida que a utilização de novas tecnologias começa a ser uma constante para os agentes de transformação do território.

Cientes desta realidade, prevê-se desenvolver no âmbito do PIDDAR 2003 um conjunto de acções em termos de gestão/organização de informação geográfica na Região e da concepção, implementação e gestão de sistemas automatizados de informação geográfica sectoriais, designadamente nos domínios do ordenamento do território e planeamento territorial e das vias de comunicação.

Realça-se ainda o processo em desenvolvimento no âmbito da regionalização dos serviços de geodesia, cartografia e cadastro, instrumento da maior importância e utilidade na elaboração e desenvolvimento de soluções harmónicas e sustentáveis de ocupação do território.

Em termos do **apoio técnico a prestar às autarquias da Região**, de forma a assegurar o seu imprescindível contributo e participação no processo de desenvolvimento da Região, destaca-se a acção do GATAL – Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais, ao nível do planeamento, controlo e execução de obras, nos



domínios da rede viária municipal, da reabilitação e renovação urbana e da construção de equipamentos sócio-culturais e desportivos.

Neste particular destaca-se, nomeadamente, a construção dos Centros Cívicos do Jardim da Serra, Porto da Cruz, Caniçal, Ponta do Pargo, Faial, Estreito da Calheta e Arco de São Jorge e os Centros de Saúde da Ponta do Sol, Santa e São Vicente.

Destacam-se ainda as intervenções no âmbito da **hidráulica torrencial** – canalização e ordenamento de ribeiras e córregos, visando atenuar os riscos de cheias e, simultaneamente com o reforço da segurança das populações, valorizar socialmente os terrenos marginais aos cursos de água.

Salientam-se as obras de canalização das Ribeiras do Faial e da Boaventura, que permitirão que na foz das respectivas ribeiras sejam implantadas infra-estruturas de lazer e de requalificação do litoral. Serão ainda desenvolvidas no âmbito do PIDDAR 2003, as obras de canalização das ribeiras de Santo António, a montante da Estrada de Circunvalação, de Santa Luzia, a montante da Ponte da Fundoa, de Santa Cruz e de Machico (2.^a Fase).



15. DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

As actuações em matéria ambiental, programadas para 2003, inserem-se na estratégia de prossecução dos grandes objectivos definidos no Plano Regional de Política do Ambiente que são:

- Bem estar sustentável da população com padrões elevados de qualidade de vida;
- Adequação ambiental das actividades económicas;
- Valorização do património natural e da paisagem humanizada.

SANEAMENTO BÁSICO AMBIENTAL

Uma das grandes vertentes da gestão ambiental é constituída pelo domínio do saneamento básico ambiental que contempla importantes infra-estruturas básicas nas áreas de resíduos sólidos, dos resíduos especiais, das águas residuais e do abastecimento de água (através da empresa Investimentos e Gestão da Água, S.A. - IGA).

Abastecimento de Água

No domínio dos recursos hídricos têm sido realizados vultuosos investimentos em infra-estruturas, com o objectivo de assegurar um abastecimento regular, contínuo e eficiente aos utilizadores. Através destes investimentos é já possível garantir uma taxa de cobertura, de cerca de 94%, em termos de rede pública de distribuição. Esta taxa já ultrapassa a média nacional e quase atinge a meta proposta no Plano de Desenvolvimento Regional, que é de 95% em 2006. As maiores obras realizadas ou em curso subordinam-se a uma lógica de interligação das origens com vista a otimizar a satisfação das necessidades de abastecimento público, regadio e produção de energia eléctrica.

O Plano Regional da Água da Madeira, em fase de conclusão, irá permitir o desenvolvimento de uma política integrada, no tempo e no espaço, dos recursos hídricos disponíveis constituindo um instrumento que facultará as bases para a gestão deste



recurso e dará enquadramento e coerência aos investimentos regionais a realizar neste domínio. Obedece a uma perspectiva de racionalização de consumos, valorização e preservação destes recursos, de garantia da qualidade ambiental e sustentabilidade económica dos sectores públicos relacionados com o domínio hídrico. Este plano está integrado no Plano Nacional da Água dando cumprimento às disposições legais em matéria de águas de abastecimento público e residuais em particular no que respeita às imposições insertas na Directiva Quadro da Água.

Águas Residuais

Ao longo dos últimos anos têm sido concretizadas importantes intervenções nos sistemas de destino final das águas residuais dos aglomerados mais populosos da ilha da Madeira, designadamente em Câmara de Lobos, Funchal, Caniço, Santa Cruz, e Porto Moniz, em conformidade com as normas vigentes, de forma a preservar a qualidade do meio receptor que é o mar. Na ilha de Porto Santo, foi concluída, em 2002, uma intervenção executada pela IGA, com o apoio do Fundo de Coesão, a qual permite o tratamento terciário das águas residuais.

O desenvolvimento das acessibilidades e das redes de abastecimento de água, que beneficiam a quase totalidade dos aglomerados populacionais, veio introduzir maior exigência no que respeita a drenagem, tratamento e destino final de águas residuais.

As intervenções previstas no sentido de colmatar as carências no sector, no domínio do tratamento e destino final, têm em conta esta tendência e a necessidade de dar cumprimento à Directiva n.º 91/271/CEE, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 152/97. O Governo Regional prevê implementar, até 2006, soluções de tratamento de águas residuais em todos os concelhos, num esforço a desenvolver em parceria com os municípios, a quem cabe a responsabilidade pela construção e exploração das redes.

As imposições comunitárias nesta matéria implicam que, até 2005, todos os aglomerados com mais de 10.000 habitantes deverão estar dotados de sistemas de tratamento secundário de águas residuais. Esta exigência obriga à reformulação de sistemas existentes, nomeadamente no Funchal, Câmara de Lobos, Caniço, Santa Cruz e Machico.



As linhas de actuação a desenvolver enquadram-se, também, no Plano Regional da Água, que se encontra em fase adiantada de elaboração.

Em termos de obras a executar em 2003, salienta-se a construção do destino final de águas residuais do Porto Moniz, visando a drenagem e o tratamento dos efluentes originados pela população residente e turística.

Relativamente aos projectos a lançar destaca-se a reformulação das ETAR's do Funchal e Câmara de Lobos, incluindo um novo laboratório de análises de águas residuais e o tratamento e destino final dos efluentes de Santana, Machico e Caniçal, Ribeira Brava e Ponta do Sol.

Resíduos Sólidos Urbanos

Nesta área pode dizer-se que a Madeira vive uma verdadeira revolução que permitirá criar condições consentâneas com o processo de desenvolvimento em curso.

Na RAM a produção de resíduos sólidos tem vindo a aumentar de forma significativa no passado recente, em resultado, nomeadamente, da melhoria das condições de vida da população e do seu carácter insular, que implica o recurso à importação de um grande volume de produtos embalados.

Os **objectivos prioritários** sectoriais visados com as intervenções a desenvolver no âmbito do PIDDAR são os de proporcionar uma gestão eficiente e ambientalmente adequada dos resíduos, através da implementação de um sistema integrado de tratamento e valorização, incluindo soluções de tratamento e deposição de resíduos, tecnologicamente testadas e verificando exigentes requisitos de qualidade ambiental.

As **medidas** de política sectorial a implementar inserem-se no quadro dos princípios orientadores do PERRAM – Plano Estratégico de Resíduos da RAM e consistem basicamente em:

- Prevenir a produção de resíduos e reduzir a quantidade de resíduos a confinar, recuperando, reutilizando e, ou reciclando os componentes susceptíveis de valorização;



- Promover a sensibilização das populações, procurando ampliar, progressivamente, a base social de apoio ao sistema de gestão de resíduos;
- Promover a aplicação programada do princípio da responsabilidade partilhada;
- Privilegiar soluções de tratamento fiáveis, eficazes e eficientes, tecnologicamente testadas, financeiramente sustentáveis e ambientalmente correctas;
- Criar condições institucionais que assegurem a viabilidade sócio-económica do sistema de gestão de resíduos.

De entre as actuações a desenvolver em 2003 destacam-se os investimentos na Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Madeira que permitirão o reforço da capacidade de tratamento e destino final de resíduos na Madeira e Porto Santo, contribuindo assim para preservar a qualidade do ambiente, proteger a saúde das populações e melhorar a sua qualidade de vida. Além disso, mediante a valorização dos resíduos será possível beneficiar de uma produção de energia eléctrica suficiente para satisfazer 24% do consumo doméstico da RAM.

Destaca-se ainda a construção das Estações de Transferência da Zona Oeste e Leste da Madeira, do Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo e a Estação de Triagem. Serão também concluídas as campanhas de sensibilização das populações que induzam a diminuição do actual nível de produção de resíduos sólidos urbanos. Paralelamente será incrementada a fiscalização do cumprimento da “Lei das Embalagens”.

Resíduos de Industriais Banais

Os resíduos enquadrados nesta categoria (inertes de desaterro e inertes de demolições – entulhos) continuarão a merecer particular atenção pelo Governo Regional. De facto, mantém-se como objectivo o aumento da capacidade de resposta nesta área e o reforço da acção preventiva e de controlo de comportamentos desviantes a que ainda se assiste.

Os resíduos de demolições passarão a ser reciclados de modo a obter-se britas de diferente dimensão, areia e pó, o que contribuirá para evitar procedimentos irregulares e



lesivos da qualidade ambiental. Para além disso constitui uma alternativa importante à extracção de inertes na Região.

Nesta linha de preocupações e no que se refere à produção de inertes resultantes de desaterros, estão a ser equacionadas soluções adequadas, estando em fase de licenciamento seis novos locais para deposição de terras.

Resíduos Especiais

Os resíduos produzidos pelas actividades económicas e pela população poderão classificar-se em resíduos sólidos urbanos, equiparáveis a urbanos ou resíduos especiais. Parte dos resíduos especiais são considerados perigosos.

O destino final para os resíduos sólidos urbanos, com excepção dos resíduos de embalagens, está assegurado pela estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos da Meia Serra. Uma parcela dos resíduos perigosos, relativa a resíduos hospitalares e de matadouro, será brevemente objecto de tratamento pela mesma estação. Os resíduos de embalagens estão a ser enviados para o continente para reciclagem. Igual destino têm os resíduos especiais, exclusivamente no que se refere à sucata, e os resíduos perigosos, apenas na vertente dos resíduos de óleos minerais.

Todos os outros resíduos produzidos na RAM estão a ser temporariamente armazenados ou depositados em locais provisórios, pelo que é necessário alterar esta situação e estudar soluções para um correcto encaminhamento de todos os resíduos.

Estes estudos deverão quantificar e classificar os resíduos produzidos na RAM e prever as infra-estruturas a construir para a sua recepção, armazenamento, tratamento e envio a destino final adequado.

O recurso à exportação de resíduos deverá continuar a ser assegurado, prevendo-se mesmo aumentar a sua variedade e quantidade.

Neste domínio, constitui **objectivo** prioritário para 2003, a definição de um modelo de gestão para os resíduos especiais e em assegurar o transporte, entre a Região e o Continente, dos resíduos recicláveis e de outros que careçam de tratamento e ou destino final adequado.



As **acções** a desenvolver em 2003 são as seguintes:

- Desenvolvimento de um projecto, no âmbito do programa INTERREG III B, visando a definição e implementação de uma estratégia comum a diferentes regiões do Espaço Sudoeste Europeu no domínio da gestão de resíduos perigosos;
- Realização de estudos, em cooperação com as regiões dos Açores e Canárias, no âmbito do programa INTERREG III B, em ordem à constituição de uma rede entre os três arquipélagos, que permita a reconversão do sector da sucata, de modo a adaptá-lo à nova Directiva da União Europeia;
- Criação de infra-estruturas de gestão de resíduos especiais (na sequência dos estudos e projectos a efectuar no domínio da gestão dos resíduos perigosos);
- Realização de acções de informação sobre a gestão de resíduos de embalagens.

DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

A par das actuações, da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, na área do saneamento básico ambiental será desenvolvido um conjunto de intervenções no âmbito da política ambiental desta Secretaria Regional, através da Direcção Regional do Ambiente (que tem atribuições básicas e específicas no sector do ambiente), em interligação, nomeadamente, com o Parque Natural da Madeira e com a Direcção Regional de Florestas. Essas intervenções, estruturadas por áreas, são apresentadas seguidamente.

Qualidade do Ambiente

As acções nesta área de intervenção derivam, essencialmente, da necessidade de sustentar a gestão ambiental num conjunto de indicadores de qualidade ambiental, incluindo os descritores relativos às componentes ar, água, ruído e biodiversidade, entre outros.



No âmbito desta linha de acção, dar-se-á continuidade a algumas **iniciativas** já em curso e serão lançadas outras, que foram, entretanto, estruturadas tecnicamente, de que são exemplo:

- A montagem completa da rede regional de controlo da qualidade do ar, com a aquisição e instalação de quatro estações fixas e equipamentos complementares e a conclusão das campanhas de caracterização da qualidade do ar;
- O desenvolvimento de acções de monitorização de substâncias perigosas para o ambiente, incidindo na avaliação da qualidade das águas costeiras, doces, superficiais e subterrâneas, sedimentos e biota, com o apoio técnico do Laboratório de Referencia do Ambiente, pertencente ao Instituto do Ambiente (Lisboa);
- A continuação do desenvolvimento de acções específicas de caracterização e monitorização ambiental;
- O lançamento do concurso para o projecto relativo ao laboratório de referência do ambiente;
- O desenvolvimento de acções no âmbito do projecto de criação do sistema regional de informação ambiental (em fase de pré-candidatura ao programa operacional Sociedade da Informação).

Conservação da Natureza e Gestão dos Espaços Naturais

A Região Autónoma da Madeira possui uma diversidade de *habitats* e de espécies que urge conservar, salvaguardando-as para o futuro. A necessidade de preservar o património natural e cultural levou à criação de diversas áreas protegidas na Região. Algumas dessas áreas compreendem ecossistemas reconhecidos internacionalmente, de que são exemplos: a floresta Laurissilva que é detentora do galardão da UNESCO como património natural, além de ser reserva biogenética do Conselho da Europa; a Reserva Natural das Ilhas Desertas, detentora da classificação de reserva biogenética do Conselho da Europa para áreas protegidas e a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, já detentora do diploma europeu e candidata a Património Natural Mundial da UNESCO.



A riqueza e importância deste património biológico obrigam-nos a continuar o trabalho de preservação e de conservação da natureza, que tem sido desenvolvido na RAM, trabalho este que é compatível com a salvaguarda dos interesses sócio-económicos, desde que haja uma actuação de forma sustentada e sustentável. Outra perspectiva estratégica para este sector é a de manter a paisagem como um recurso económico e factor de desenvolvimento das populações locais, dado que esta constitui um dos principais atractivos da Região.

As acções e investimentos previstos para 2003 inserem-se na estratégia de conservação da natureza estabelecida para o arquipélago da Madeira, sendo as **linhas de actuação prioritária**, essencialmente, as seguintes:

- Apoiar as iniciativas que visam o ordenamento, a conservação e a melhoria dos recursos naturais e da biodiversidade, assim como promover actividades sustentáveis relacionadas com esses recursos;
- Desenvolver iniciativas de sensibilização e de informação das populações locais e dos visitantes e turistas relativamente a valores ambientais, culturais e paisagísticos e a sua utilização de modo sustentado.

As intervenções neste domínio envolvem **actuações** concertadas, da responsabilidade da Direcção Regional do Ambiente, do Parque Natural da Madeira e da Direcção Regional de Florestas.

Da Direcção Regional do Ambiente:

- Actualização do estado de conhecimento da biodiversidade, devendo ser dada continuidade ao projecto iniciado em 2001, no âmbito do qual foi já produzida informação sobre os grupos taxonómicos "briófitos", "aves" e "mamíferos marinhos";
- Prosseguimento de acções visando a estruturação da rede de áreas marinhas protegidas, prevendo-se a conclusão da proposta referente à ilha de Porto Santo e o início do processo relativo à ilha da Madeira;



- Implementação de Planos de Gestão de Áreas da Rede Natura 2000, designadamente as acções que incidirão nos sítios de importância comunitária localizados nas áreas dos Moledos e das Achadas da Cruz (as quais foram candidatas a financiamento comunitário no âmbito do programa LIFE-Natureza);
- Candidatura ao Programa Operacional relativo à Sociedade da Informação do projecto "Biodiversidade da Madeira.net" e diversas candidaturas ao programa INTERREGIII-B que incluem acções de cooperação visando, nomeadamente, a adopção de estratégias comuns nos arquipélagos da Macaronésia para assegurar a sustentabilidade e conservação do seu património natural específico.

Do Parque Natural da Madeira:

- Desenvolvimento de acções com vista a assegurar a protecção e preservação dos habitats da Reserva Natural das Ilhas Desertas, envolvendo, nomeadamente, a melhoria das infra-estruturas existentes (através da substituição integral da Casa da Doca e respectivas instalações eléctricas, baseadas em fontes de energia limpa, e da recuperação da Casa do Vale da Castanheira) e a aquisição de equipamentos indispensáveis às actividades de vigilância e, ainda, de sinalética, como meio de informação aos visitantes;
- Realização de diversas acções na Reserva Natural das Selvagens (Reserva candidata a Património Mundial Natural da UNESCO), com o objectivo de garantir a manutenção da biodiversidade, em termos de fauna e flora, as quais consistem, designadamente, na melhoria das infra-estruturas existentes na Reserva, incluindo a renovação das instalações existentes de produção de energia limpa, na dotação da Reserva de sinalética destinada a informação dos visitantes e na execução de acções de erradicação de espécies introduzidas pelo homem (como sejam coelhos, murganhos e planta Tabaqueira);
- Prosseguimento de acções visando a conservação e a salvaguarda da Floresta Laurissilva, de que se destacam, a eliminação de diferentes espécies vegetais exóticas, assim como o controlo de outras que se encontram em competição com a flora natural, o desenvolvimento de trabalhos de campo como meio de



identificação do problema criado nos ecossistemas pelas plantas invasoras e infestantes e a realização de acções no âmbito do projecto co-financiado pela União Europeia, através do Programa LIFE-Natureza e pelo FFI (Fauna e Flora International), cujo principal objectivo consiste em recuperar os ecossistemas naturais do Maciço Montanhoso Oriental e Laurissilva adjacente, as quais contemplam a aquisição de terrenos, no Montado do Areeiro, a retirada de gado do mesmo, o controlo de espécies introduzidas, a produção de material de divulgação e a realização de visitas guiadas ao local e de acções de divulgação;

- Dinamização e implementação de diversas acções, com o apoio esperado do Programa LEADER+, dirigidas ao desenvolvimento sustentável de áreas protegidas localizadas no concelho de Santana, envolvendo, nomeadamente, a criação de um centro de interpretação nas instalações existentes na Reserva Natural da Rocha do Navio, a realização de operações de limpeza e de protecção de veredas e levadas, a melhoria de sinalética das áreas e a criação/edição de um guia de percursos do concelho e de diverso material promocional e de divulgação;
- Desenvolvimento de acções, no âmbito de um projecto candidatado ao INTERREGIII-B, em cooperação com Canárias e envolvendo o Parque Natural da Madeira e a Direcção Regional das Florestas, tendo em vista promover a melhoria do uso público dos espaços naturais protegidos e assegurar a sustentabilidade dos respectivos ecossistemas;
- Realização de actividades relacionadas com a educação ambiental, no âmbito do Centro de Informação e Conservação da Natureza, as quais traduzem-se principalmente na montagem de exposições, na realização de visitas de estudo às zonas com estatuto de protecção, na elaboração de brochuras e folhetos de divulgação e na realização de palestras nas escolas;
- Prosseguimento de investimentos e acções no domínio da gestão das reservas marinhas já instituídas (Reserva Natural Parcial do Garajau e Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio) tendo em vista garantir a integridade e o estatuto de protecção das reservas, desenvolver acções de informação e sensibilização junto



das várias camadas da população e dotar a Reserva do Garajau de condições para a sua utilização para fins científicos e recreativos.

Da Direcção Regional de Florestas:

- Desenvolvimento de acções no âmbito dos projectos "Recuperação da Floresta Laurissilva das Funduras" e "Conservação de Espécies Prioritárias e Raras da Madeira";
- Reforço de meios e desenvolvimento de acções visando a melhoria do conhecimento e conservação, *ex situ* e *in situ*, da diversidade vegetal do arquipélago da Madeira, com destaque para a Laurissilva (a realizar, principalmente, no âmbito de projectos candidatados ao INTERREGIII-B, a desenvolver em cooperação com outras regiões da Macaronésia).

Educação e Informação Ambiental

Neste domínio será dada continuidade a importantes projectos, nomeadamente os seguintes:

- Campanha de Sensibilização no âmbito do projecto "Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos", tal como anteriormente referido;
- Actividades de Educação Ambiental, onde se inscrevem, de forma genérica, todas as acções que envolvem directamente a comunidade escolar da RAM;
- Rede de Lojas do Ambiente, prevendo-se a conclusão e abertura da primeira Loja do Ambiente, no Ribeiro Frio, em parceria com a Direcção Regional das Florestas, e a criação de novas Lojas que deverão associar objectivos de educação e informação ambiental a uma função de apoio ao desenvolvimento sócio-económico local;
- Rede de Centros de Recursos Ambientais da Macaronésia (projecto candidatado ao Programa INTERREGIII-B) bem como de outros projectos a realizar no domínio da educação e informação ambiental, também candidatados ao mesmo Programa.



Requalificação Ambiental

Inserem-se neste domínio as actividades orientadas para a valorização da paisagem, prevenção de riscos e requalificação de espaços degradados, a par da actividade regular de acompanhamento de intervenções susceptíveis de induzir impactes negativos no território (ex: pedreiras, britadeiras, etc.).

Das **acções** a desenvolver em 2003 destacam-se as seguintes:

- Apoio e incentivo à criação de aterros de inertes, incluindo a realização de projectos e o acompanhamento técnico na fase de funcionamento e de recuperação;
- Desenvolvimento de projectos de recuperação de áreas e actividades de exploração de inertes, em colaboração com a Direcção de Comércio, Indústria e Energia e com outras entidades envolvidas;
- Conclusão das acções preparatórias de diversas intervenções, nomeadamente miradouros, visando, essencialmente, a preservação paisagística;
- Prosseguimento de acções, nomeadamente aquisição de terrenos, tendo em vista a criação de uma zona de protecção natural, designada por "Tampão Verde", destinada a evitar uma ocupação humana que possa prejudicar os equilíbrios ambientais nos espaços naturais a preservar.

Inspeção Ambiental

Dar-se-á continuidade aos trabalhos iniciados em Janeiro de 2002, com a constituição e instalação do Serviço de Inspeção Ambiental, consolidando-o do ponto de vista dos seus recursos humanos e materiais específicos, por forma a garantir a fiscalização do cumprimento da legislação e das boas práticas ambientais. Será dada primazia à consolidação do estabelecimento de rotinas de fiscalização orientadas para sectores de actividade económica e/ou áreas geográficas particulares, a par da resposta às matérias mais genéricas emanadas da diversa legislação ambiental, sempre no sentido da implementação dos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador.



16. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

As acções desenvolvidas no âmbito da “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico” integradas no PIDDAR, visam essencialmente dar continuidade à aquisição de equipamentos e à melhoria das estruturas existentes, assim como projectar novos espaços, por forma a que as novas tecnologias promovam, com maior eficácia, a cooperação e a internacionalização empresariais.

O Programa de Governo no seu capítulo sobre a “Madeira como plataforma de excelência euro-atlântica” preconiza, no âmbito deste sector, desenvolver centros de competência e de liderança científica e tecnológica, devidamente articulados entre si e com o tecido económico-social, num quadro de redes de ciência e tecnologia, inovação e cooperação.

O Madeira Tecnopolo, como Parque de Ciência e Tecnologia, aponta, como principais **medidas e acções** a desenvolver em 2003:

- Promoção de congressos e feiras;
- Iniciativas comunitárias;
- Promoção e campanhas publicitárias para a inovação;
- Desenvolvimento de projectos-piloto para a inovação;
- Acções de sensibilização e demonstração para inovação;
- Missões de intercâmbio para a inovação;
- Modernização, eficiência e versatilidade do CIFEC;
- Estudos sobre a inovação e transferência de tecnologia;
- Estudos para a internacionalização;
- Projectos de internacionalização;



- Missões de internacionalização;
- Feiras internacionais;
- Edifícios e módulos empresariais;
- Edifícios e módulos de revitalização urbana;
- Espaço de restauração e congressos.

A nível de **acções de investigação sectoriais**, que promovem o desenvolvimento e a utilização de recursos endógenos regionais, relevam-se os programas de investigação experimental nos domínios da agricultura e das pescas, já referidos no âmbito das respectivas propostas sectoriais, e as acções de investigação e desenvolvimento inseridas no campo de acção do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC).

Neste âmbito, as acções a desenvolver pelo LREC em 2003 inserem-se nos seguintes **domínios de actuação**:

- Desenvolvimento de sistemas de informação estatística e de investigação nas áreas dos recursos naturais e energias renováveis;
- Assessoria técnica especializada, nomeadamente aos grandes projectos de infra-estruturas públicas;
- Acções de divulgação e formação técnica em cooperação com organismos nacionais e internacionais.



17. INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A Região Autónoma da Madeira, aproveitando a disponibilização dos apoios nacionais e comunitários no âmbito da promoção da Sociedade da Informação e contando com a mobilização concertada de parceiros de todas as origens, tem implementado um conjunto importante de medidas que permitirão acelerar o desenvolvimento de uma economia e de uma sociedade mais digitais, beneficiando das mais valias daí resultantes e, actualmente, indispensáveis ao desenvolvimento técnico-científico e cultural, à competitividade económica, à solidariedade social e à interligação da Madeira com espaços universais.

Neste contexto, o Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação (NESI), com a atribuição de propor estratégias para fomentar e dinamizar a Sociedade da Informação, e, complementarmente, o Madeira Tecnopolo, funcionando como elo aglutinador das iniciativas visando a modernização empresarial, propõem-se desenvolver, no ano de 2003, um conjunto integrado de acções tendo como **objectivos principais**:

- Promover uma cultura "digital" na economia e na sociedade regional;
- Assegurar que sejam formados os profissionais necessários ao desenvolvimento da Sociedade da Informação em todos os sectores de actividade, e;
- Prestar às empresas e às entidades públicas um serviço de informação e de assistência no domínio da Sociedade da Informação.

As principais **medidas e acções** a desenvolver são, nomeadamente:

- Info-Acesso;
- Info-Conteúdos;
- Info-Escola Conectiva;
- Formação de Pessoal;



- Criação de Infocentros;
- Fomento e Utilização de PC`S e Internet/ Uma família, Um computador;
- Fomento e Utilização de PC`S e Internet/ Cidadãos com necessidades especiais;
- Fomento e Utilização de PC`S e Internet/ Telecomunicações;
- Fomento e Utilização de PC`S e Internet/ Um computador para todos;
- Madeira Digital, programa que visa não só fortalecer a criatividade e a inovação das organizações regionais, mas também a melhoria das condições de acesso à informação e ao conhecimento. Consiste primordialmente na criação de uma estrutura assente em 5 eixos de intervenção: "serviços para os cidadãos e melhoria da qualidade de vida", "conteúdos e ferramentas multimédia para a educação e cultura", "prestação de cuidados de saúde, através da telemedicina, e disponibilização de serviços descentralizados aos utentes", "projectos empresariais de integração na economia digital, incluindo o comércio electrónico, nomeadamente no sector do turismo ou visando a exportação" e "novas competências, novos empregos".

OUTROS PROJECTOS DE INFORMAÇÃO

A actividade estatística na Região Autónoma da Madeira insere-se no âmbito do Sistema Estatístico Nacional e Europeu, pelo que a sua produção actual se encontra dirigida prioritariamente para projectos nacionais destinados a satisfazer os compromissos do nosso país junto do Eurostat.

Assiste-se, contudo, a uma procura crescente de informação, quer em áreas novas quer ao nível da desagregação pelas unidades territoriais da Região, que se torna indispensável para tomada de decisões estratégicas ao nível dos vários sectores de actividade.

Por outro lado, verifica-se a necessidade de reestruturar a área de "difusão estatística", indo ao encontro das necessidades dos utilizadores, disponibilizando mais informação, com periodicidade adequada e duma forma mais agregada.



No âmbito da cooperação inter-regional, a "Ultrapериферia e Coesão Económica, Social e Territorial (UCEST)" é um projecto de cooperação co-financiado pelo FEDER no âmbito do INTERREG III B, com a finalidade de aprofundar a estratégia global para a ultraperiferia contemplada no artigo 299.2 do Tratado da União Europeia.

No sentido de identificar os factores determinantes da ultraperiferia e de quantificar os respectivos indicadores, a Direcção Regional de Estatística colaborará com a Direcção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa na coordenação dos trabalhos a nível regional.

Sendo assim, são estabelecidos como **objectivos prioritários** para 2003:

- Desenvolver, em conjunto com os órgãos do Sistema Estatístico Nacional (SEN), novos projectos destinados a complementar a informação já disponível, tendo em vista a elaboração das Contas Económicas Regionais, que ponham em evidência as linhas de força da economia regional;
- Desenvolver projectos em parceria com outras regiões com o mesmo estatuto da Região Autónoma da Madeira, no sentido de produzir informação harmonizada que possa traduzir carências e fragilidades, como contraponto à perda de regalias por parte da Comunidade Europeia, determinada pelo alargamento aos países de Leste;
- Desenvolver um projecto de "Difusão" que permita disponibilizar informação básica aos utilizadores de forma rápida e cómoda, utilizando suportes de difusão a custos controlados pelo serviço;
- Prosseguir uma política de trabalho com os informadores que privilegie os contactos personalizados e permita uma acção pedagógica com troca de informações de interesse para as duas partes;
- Promover a cooperação inter-regional, em especial entre as Regiões Ultraperiféricas;
- Promover a melhoria da informação necessária ao desenvolvimento da actividade empresarial e ao reforço da sua competitividade.



Para a prossecução destes objectivos, torna-se necessário concretizar as seguintes **medidas e instrumentos de acção:**

- Estabelecer um Protocolo de Cooperação com os órgãos do SEN, onde estejam salvaguardados os interesses da Região ao nível da informação estatística com representatividade ao nível regional, com a desagregação adequada em cada área;
- Disponibilizar, através da Internet, a “Carta de Equipamentos e Serviços” ao nível de Freguesia da Região Autónoma da Madeira;
- Proceder ao estudo e divulgação de um “Boletim Trimestral de Estatística” que integre toda a informação que já é disponibilizada a nível de cada área, acrescida de nova informação considerada de interesse para divulgação de acordo com a periodicidade do Boletim;
- Estabelecer, com as Regiões Ultraperiféricas do Atlântico, projectos de estudos e captura de informação ao nível económico e social, devidamente harmonizada com metodologia acordada previamente, que possam traduzir-se numa frente comum de defesa dos interesses destas Regiões face às instituições europeias;
- Atribuir, por parte do Governo Regional e dos órgãos do SEN, o estatuto adequado à Direcção Regional de Estatística para assumir o seu papel de autoridade estatística na Região;
- Promover a participação dos serviços públicos competentes em feiras, congressos e seminários, bem como a realização de seminários, no sentido de uma maior divulgação da informação pertinente para o adequado exercício da actividade económica;
- Realizar campanhas de informação e/ou de sensibilização referentes à utilização racional de energia nas empresas;
- Dar continuidade à montagem do Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria, de modo a permitir a disponibilização *on-line* da informação georeferenciada.



18. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O acelerado desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira, associado à sua inserção no amplo espaço da União Europeia e aos desafios decorrentes do fenómeno da globalização, constituem factores que determinam a necessidade de desenvolver e aprofundar a modernização da Administração Pública Regional.

O Governo Regional propõe-se, para o sector da Administração Pública, atingir os seguintes **grandes objectivos**:

- Modernização da administração pública regional;
- Simplificação, racionalização e desburocratização de métodos e procedimentos administrativos;
- Formação e valorização do potencial humano ao serviço da administração pública regional e da administração local.

Para alcançar estes objectivos, está previsto implementar em 2003 as seguintes **medidas e acções**:

- Promover o aumento do nível de conhecimentos técnicos e profissionais dos funcionários públicos, através da realização de acções de formação contínua, contribuindo para um aprofundamento e melhoria das capacidades já existentes, e de acções de formação em áreas específicas para uma eficaz prestação de serviços, com o nível de qualidade que lhes são exigíveis;
- Promover uma maior rapidez de comunicação e informação, intra e extra regional, e uma maior capacidade de gestão de programas específicos, através da actualização dos serviços em equipamento informático e à aquisição de *software*;
- Proceder à instalação da Loja do Cidadão, que reunirá de forma integrada os principais serviços públicos da Região, do Governo da República e das autarquias locais;



- Prosseguir os trabalhos de implementação do projecto “Formulários *On-Line* – Madeira Digital”, através da compilação e/ou reformulação de todos os formulários internos e disponibilização de modelos para preenchimento *off-line* na intranet do Governo Regional e da realização de um estudo que recomendará a plataforma e soluções técnicas a adoptar com vista à realização da fase final do projecto.

Na área da **Protecção Civil** relevam-se as seguintes **medidas**:

- Aquisição de equipamentos destinados a situações de risco especiais (túneis e zonas de montanha) e de primeira intervenção no âmbito da emergência pré-hospitalar;
- Implementação do Sistema Integrado de Comunicações de Segurança, Emergência e Defesa da Madeira (SICOSEDMA), que possibilita a intercomunicação e a interoperabilidade entre os diversos serviços e, em caso de emergência, a centralização do comando e da coordenação;
- Desenvolvimento de um projecto na área do socorro costeiro, em cooperação com Canárias, o SEMAR – CAM;
- Início do projecto do “campo–escola”, destinado a treino dos agentes de socorro;
- Realização de estudos técnicos no âmbito da protecção civil.



19. APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL

O tecido empresarial da Região Autónoma da Madeira ainda revela grandes insuficiências em matéria de produtividade e de competitividade, sobretudo quando comparado com a média da União Europeia, pelo que se deverá continuar a incentivar o investimento produtivo, promovendo a criação, expansão e modernização do tecido empresarial, tendo em vista a dinamização da base produtiva regional. As potencialidades e fragilidades do sistema produtivo regional terão de ser ultrapassadas para que se alcancem os níveis de competitividade necessários para defrontar uma concorrência externa e interna acrescida, no âmbito de uma União Europeia voltada para um alargamento futuro aos restantes Países da Europa.

A globalização das economias resulta numa rápida evolução tecnológica e em alterações nos padrões de consumo, o que vai implicar ajustamentos significativos ao processo produtivo que importa promover, por forma a que as empresas se tornem competitivas no futuro.

No âmbito da orientação da criação de condições que, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e de coesão interna, visem o reforço da capacidade de afirmação da economia regional em áreas de especialização estratégicas, onde possam ser criadas vantagens comparativas, o Governo Regional da Madeira apresenta como **objectivos prioritários** para 2003:

- Apoiar, técnica e financeiramente, as estruturas associativas empresariais;
- Apoiar e incentivar iniciativas empresariais que tenham em vista, nomeadamente, o aumento efectivo da produtividade e da competitividade, o reforço da capacidade técnica, tecnológica e de marketing e a promoção da inovação de produtos e processos;
- Alargar as formas de financiamento das empresas, através da criação de um ambiente de inovação financeira propício ao alargamento da oferta de produtos e serviços financeiros e a consequente dinamização da procura;
- Promover a cooperação empresarial e a internacionalização;



- Desenvolver sistemas e suportes informativos de apoio ao tecido empresarial e ao investimento;
- Promover a introdução de sistemas de qualidade na dinâmica organizacional do Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDE-RAM – e aumentar quantitativa e qualitativamente o nível de qualificação profissional dos seus colaboradores.

Para 2003, prevê-se a concretização das seguintes **medidas e acções**:

- Promover a cooperação com associações comerciais e industriais existentes, através da renovação ou formulação de contratos-programa, no sentido de incentivar a realização de acções de informação/sensibilização, de divulgação, de promoção, de formação e outras que sejam mobilizadoras do desenvolvimento e crescimento empresarial;
- Promoção de iniciativas empresariais através da concessão dos incentivos integrados no SIPPE – Sistema de Incentivos a Pequenos Projectos Empresariais, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2000/M e regulamentado pela Portaria n.º 106/2000;
- Consolidação e alargamento das formas de financiamento das empresas;
- Promoção da criação, modernização e/ou consolidação das instituições de interface e de assistência empresarial, tendo em vista a sua reorientação estratégica para um apoio efectivo às empresas, nomeadamente acções de dinamização de alianças estratégicas e projectos orientados para as redes de cooperação com vista à melhoria de eficiência e a ganhos de sinergia;
- Promoção de acções de informação e divulgação sobre a actividade económica e da participação em feiras, congressos e seminários;
- Continuação da montagem do sistema de informação geográfica do comércio e indústria;



- Prosseguimento da participação no CEIM – Centro de Empresas e Inovação da Madeira, LD^a - no âmbito das suas actividades em prol da inovação e da modernização empresariais.



20. APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ultrapassada a fase em que foi necessário satisfazer as necessidades da população em infra-estruturas básicas, os apoios do Governo Regional ao desenvolvimento local concedidos através das **Sociedades de Desenvolvimento** visam a implementação de uma política centrada na resolução dos problemas que atingem as zonas geográfica e economicamente mais desfavorecidas através da realização de projectos que, simultaneamente, sejam viáveis do ponto de vista financeiro e apresentem um lucro social elevado.

As Sociedades de Desenvolvimento (Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Ponta do Oeste, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.) propõem-se desenvolver várias medidas e acções, para o ano de 2003, por forma a atingir um conjunto de **objectivos**, dos quais se destacam:

- Manutenção da qualidade do Porto Santo enquanto destino turístico, local que muitos consideram ter na praia a sua maior riqueza;
- Diminuição da sazonalidade turística da Ilha do Porto Santo;
- Promoção do artesanato de carácter local;
- Criação de espaços lúdicos, desportivos, culturais e de natureza comercial;
- Resolução de problemas de carácter urbanístico e ambiental;
- Aproveitamento recreativo da orla marítima de diferentes localidades.

Dos apoios do Governo Regional concedidos directamente às **Autarquias Locais** destacam-se, pelos efeitos positivos que têm junto das populações, a cooperação técnica e financeira ao nível dos investimentos municipais e a bonificação de juros de empréstimos exclusivamente destinados ao financiamento de projectos de investimento.

Para além dos apoios directos às autarquias locais e das importantes intervenções das Sociedades de Desenvolvimento, é de destacar o papel catalisador da rentabilização do



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

124

potencial endógeno desempenhado pela Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, através da realização de múltiplas intervenções a nível local, destacando-se, pelos efeitos sociais alcançados, a intervenção de recuperação urbanística em curso no Lombo do Moleiro, Ribeira Brava.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

125

III. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS



III. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para 2003 integra um conjunto de programas/projectos a que corresponde uma despesa global de 675,12 milhões de euros.

O volume de despesa a realizar será financiado em mais de dois terços por fundos regionais, dos quais cerca de 99% com origem no Capítulo 50 do Orçamento Regional e o restante proveniente de receitas próprias dos orçamentos dos fundos e serviços autónomos.

Em termos institucionais, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes é a que se apresenta com maior peso na despesa pública a realizar (54%), contribuindo o sector "Transportes e Comunicações" com cerca de 73% para a despesa deste departamento do Governo Regional.

Departamentos	PIDDAR 2003	
	Mil Euros	%
Vice-Presidência	23 232	3%
Recursos Humanos	6 773	1%
Turismo e Cultura	16 462	3%
Equipamento Social e Transportes	365 751	54%
Assuntos Sociais	16 396	2%
Educação	73 112	11%
Plano e Finanças	41 561	6%
Ambiente e Recursos Naturais	131 837	20%
TOTAL	675 124	100%

Seguem-se, ainda que com pesos significativamente inferiores, as Secretarias Regionais do Ambiente e dos Recursos Naturais e da Educação, respectivamente com cerca de 20% e 11% do investimento total, e, ainda, a Vice-Presidência do Governo e as Secretarias do Plano e Finanças, do Turismo e Cultura, dos Assuntos Sociais e dos Recursos Humanos, com pesos entre 1 e 6 por cento.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

128

No que respeita à **repartição sectorial** do investimento, a área das “acessibilidades”, a que corresponde o sector dos “transportes e comunicações”, para além de absorver cerca de 39% da despesa global prevista, é responsável em cerca de 46% pelo volume de despesa não co-financiada em termos comunitários, o que se deve às orientações que presidiram às prioridades estratégicas definidas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 e correspondente afectação dos fundos estruturais comunitários.

A despesa prevista para os sectores “habitação e urbanismo” e “defesa e protecção do ambiente” representa 20% do total do investimento.

Seguem-se-lhes, em termos de montante a investir, os sectores relacionados com a “valorização dos recursos humanos”, com destaque para a educação, para as medidas de apoio ao emprego e à formação profissional e para o fomento desportivo, os “sectores produtivos”, destacando-se entre estes o sector agrícola, o turismo e os apoios ao sector empresarial, e os “apoios ao desenvolvimento local”, concedidos maioritariamente às autarquias locais e às sociedades de desenvolvimento regional.

Áreas de Actuação	PIDDAR 2003	
	Mil Euros	%
Sectores Produtivos	56 683	8%
Acessibilidades	265 307	39%
Valorização dos Recursos Humanos	118 544	18%
Habitação, Urbanismo e Ambiente	135 122	20%
Saúde e Segurança Social	24 052	4%
Sectores de Apoio	29 861	4%
Apoios ao Desenvolvimento Local	45 555	7%
TOTAL	675 124	100%

De entre os “sectores de apoio”, cujo investimento representa 4% do total do PIDDAR, releva-se o sector “informação científica e técnica”, participado em cerca de 63% pelos fundos comunitários por via, principalmente, das medidas em prol da promoção do desenvolvimento da “sociedade da informação”.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

129

A despesa afecta ao sector da saúde ascenderá a 24 milhões de euros, correspondendo, igualmente, a 4% do investimento total.

Em termos absolutos, do montante total do financiamento comunitário para os investimentos programados para 2003, cerca de 30% destinam-se à área relacionada com a "valorização dos recursos humanos", com destaque para o "emprego e formação profissional".

As áreas das "acessibilidades" e da "habitação, urbanismo e ambiente" receberão, em proporção quase idêntica, 46% das verbas comunitárias previstas.

Os "sectores produtivos" absorverão 11% das receitas comunitárias programadas, seguindo-se os "sectores de apoio", com 8%, e a "saúde e segurança social", com 5%.



IV. QUADROS GLOBAIS E GRÁFICOS



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

133

QUADRO I

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

(Un.: Euros)

SECTORES	DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL								TOTAL	
	Vice- Presidência	Recursos Humanos	Turismo e Cultura	Equipamento Social e Transportes	Assuntos Sociais	Educação	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais		
TOTAL	TOTAL CAP. 50	23 232 033 19 267 533	6 772 785 5 100 000	16 461 700 16 461 700	365 751 120 365 263 820	16 396 400 12 022 400	73 112 407 48 869 818	41 560 740 39 364 849	131 836 515 118 873 810	675 123 700 622 243 930
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA	TOTAL CAP. 50								29 375 851 24 141 918	29 375 851 24 141 918
PESCA	TOTAL CAP. 50								2 150 000 2 150 000	2 150 000 2 150 000
INDÚSTRIA	TOTAL CAP. 50	1 540 000 1 540 000	901 846 377 000							2 441 846 1 917 000
ENERGIA	TOTAL CAP. 50	175 000 175 000								175 000 175 000
TURISMO	TOTAL CAP. 50			11 551 600 11 551 600						11 551 600 11 551 600
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	TOTAL CAP. 50				265 307 000 265 307 000					265 307 000 265 307 000
COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR	TOTAL CAP. 50	117 450 117 450	70 000 70 000							187 450 187 450
EDUCAÇÃO	TOTAL CAP. 50				30 790 000 30 790 000		6 280 000 6 280 000			37 070 000 37 070 000
EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL CAP. 50		4 846 514 3 749 871	135 100 135 100		233 000 119 950	30 172 000 6 750 000		86 000 86 000	35 472 614 10 840 921
DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL CAP. 50		651 925 600 629		6 890 000 6 890 000		28 324 318 28 324 318			35 866 243 35 814 947
CULTURA	TOTAL CAP. 50			4 625 000 4 625 000	5 410 000 5 410 000		100 000 100 000			10 135 000 10 135 000
SAÚDE	TOTAL CAP. 50				13 390 000 13 390 000	10 549 317 8 045 650				23 939 317 21 435 650
SEGURANÇA SOCIAL	TOTAL CAP. 50					112 250 112 250				112 250 112 250
HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL CAP. 50				39 780 000 39 780 000				32 583 644 25 955 794	72 363 644 65 735 794
DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE	TOTAL CAP. 50								62 758 740 61 691 733	62 758 740 61 691 733
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL CAP. 50				2 104 120 1 616 820		4 600 702 1 915 000		4 082 400 4 048 485	10 787 222 7 580 305
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL CAP. 50	89 500 89 500	195 000 195 000		530 000 530 000	1 081 833 429 550	3 543 387 2 410 500	4 042 128 1 846 237		9 483 848 5 500 787
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50	690 200 690 200	107 500 107 500	150 000 150 000	1 550 000 1 550 000	4 420 000 3 315 000	90 000 90 000	1 782 522 1 782 522	799 880 799 880	8 590 102 8 485 102
APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL	TOTAL CAP. 50	10 801 308 6 856 808								10 801 308 6 856 808
APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	TOTAL CAP. 50	9 818 575 9 818 575						35 736 090 35 736 090		45 554 665 45 554 665



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

135

QUADRO II

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO

(Un.: Euros)

ÁREAS DE ACTUAÇÃO / SECTORES	CAP.50 O.R.	OUTRAS FONTES	TOTAL
TOTAL	622 243 930	52 879 770	675 123 700
SECTORES PRODUTIVOS	46 979 776	9 703 279	56 683 055
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	24 141 918	5 233 933	29 375 851
Pesca	2 150 000		2 150 000
Indústria	1 917 000	524 846	2 441 846
Energia	175 000		175 000
Turismo	11 551 600		11 551 600
Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	187 450		187 450
Apoios ao Sector Empresarial	6 856 808	3 944 500	10 801 308
ACESSIBILIDADES	265 307 000	0	265 307 000
Transportes e Comunicações	265 307 000		265 307 000
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	93 860 868	24 682 989	118 543 857
Educação	37 070 000		37 070 000
Emprego e Formação Profissional	10 840 921	24 631 693	35 472 614
Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	35 814 947	51 296	35 866 243
Cultura	10 135 000		10 135 000
HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE	127 427 527	7 694 857	135 122 384
Habitação e Urbanismo	65 735 794	6 627 850	72 363 644
Defesa e Protecção do Ambiente	61 691 733	1 067 007	62 758 740
SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	21 547 909	2 503 667	24 051 567
Saúde	21 435 650	2 503 667	23 939 317
Segurança Social	112 250		112 250
SECTORES DE APOIO	21 566 194	1 294 978	29 861 172
Investigação Científica e Des. Tecnológico	7 580 305	3 206 917	10 787 222
Informação Científica e Técnica	5 500 787	3 983 061	9 483 848
Administração Pública Regional	8 485 102	1 105 000	9 590 102
APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	45 554 665	0	45 554 665



Gráfico 1

Repartição Institucional do Investimento

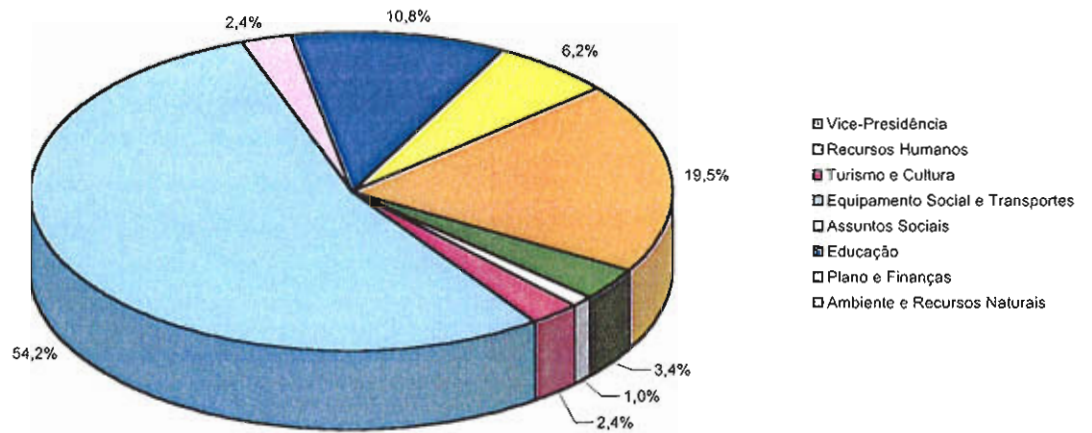
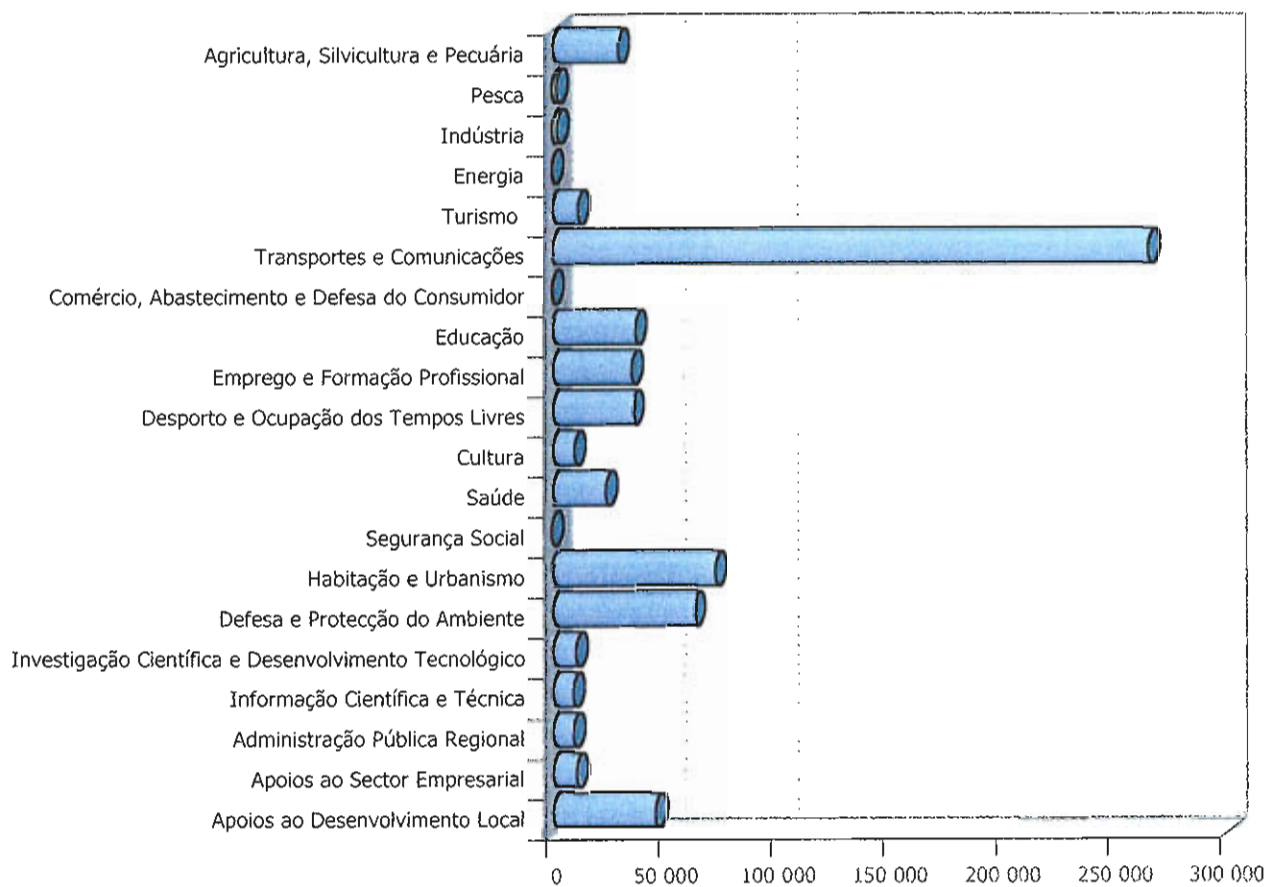




Gráfico 2

Repartição Sectorial do Investimento



Mil Euros



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

141

**V. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E
ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO
REGIONAL**



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

143

QUADRO III - 1

VICE - PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	14 619 918	17 010 315	23 232 033	29 019 978	22 540 677	12 154 843	118 577 764
		CAP. 50 O.R.	14 619 918	15 760 315	19 287 533	23 936 163	17 965 677	7 154 843	98 724 449
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	14 619 918	17 010 315	22 705 033	28 192 978	21 740 677	11 524 843	115 793 764
		CAP. 50 O.R.	14 619 918	15 760 315	18 760 533	23 109 163	17 165 677	6 524 843	95 940 449
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	527 000	827 000	800 000	630 000	2 784 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	527 000	827 000	800 000	630 000	2 784 000
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL	0	1 479 998	1 540 000	2 054 640	2 000 000	0	7 074 638
		CAP. 50 O.R.	0	1 479 998	1 540 000	2 054 640	2 000 000	0	7 074 638
DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL		TOTAL	0	1 479 998	1 540 000	2 054 640	2 000 000	0	7 074 638
SE: VP N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	0	1 479 998	1 540 000	2 054 640	2 000 000	0	7 074 638
Estudo e Preservação dos Recursos Geológicos (DRCIE)		TOTAL	0	55 000	40 000	54 640	0	0	149 640
2002-04		CAP. 50 O.R.	0	55 000	40 000	54 640	0	0	149 640
Madeira Parques Empresariais-Sociedade Gestora, MPE, S.A.		TOTAL	0	1 424 998	1 500 000	2 000 000	2 000 000	0	6 924 998
2002-05		CAP. 50 O.R.	0	1 424 998	1 500 000	2 000 000	2 000 000	0	6 924 998
SECTOR: ENERGIA		TOTAL	2 441 605	179 967	175 000	151 463	159 627	49 880	3 157 142
		CAP. 50 O.R.	2 441 605	179 967	175 000	151 463	159 627	49 880	3 157 142
APOIO AOS PRODUTORES PRIVADOS DE ENERGIA		TOTAL	2 437 625	174 579	171 824	29 940	29 940	49 880	2 893 788
SE: DRCIE N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	2 437 625	174 579	171 824	29 940	29 940	49 880	2 893 788
Apoio aos Produtores Privados de Energia Eléctrica (Decreto - Lei n.º 129/88 e Resolução n.º 1063/88)		TOTAL	2 437 625	149 639	151 824	0	0	0	2 739 088
1995-03		CAP. 50 O.R.	2 437 625	149 639	151 824	0	0	0	2 739 088
Incentivos para o Aproveitamento da Energia Solar Térmica para o Sector Residencial		TOTAL	0	24 940	20 000	29 940	29 940	49 880	154 700
2001-06		CAP. 50 O.R.	0	24 940	20 000	29 940	29 940	49 880	154 700
CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DO CANIÇAL		TOTAL	3 980	4 988	3 176	121 523	129 687	0	263 354
SE: DRCIE N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	3 980	4 988	3 176	121 523	129 687	0	263 354
Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal		TOTAL	3 980	4 988	3 176	121 523	129 687	0	263 354
1997 - 05		CAP. 50 O.R.	3 980	4 988	3 176	121 523	129 687	0	263 354
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL	79 418	154 820	117 450	370 318	314 279	111 681	1 147 966
		CAP. 50 O.R.	79 418	154 820	117 450	370 318	314 279	111 681	1 147 966
PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS		TOTAL	32 676	80 000	47 500	104 579	39 940	0	304 695
SE: DRCIE N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	32 676	80 000	47 500	104 579	39 940	0	304 695
Promoção de Produtos Regionais		TOTAL	32 676	80 000	47 500	104 579	39 940	0	304 695
1996-04		CAP. 50 O.R.	32 676	80 000	47 500	104 579	39 940	0	304 695



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

144

QUADRO III - 1

VICE - PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
APOIO À GESTÃO DA QUALIDADE		TOTAL	46 742	74 820	69 950	265 739	274 339	111 681	843 271
SE: DRCIE	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	46 742	74 820	69 950	265 739	274 339	111 681	843 271
Equipamentos Técnicos para o Laboratório Regional de Metrologia 2001-03		TOTAL	38 213	24 940	19 950	4 990	0	0	88 093
		CAP. 50 O.R.	38 213	24 940	19 950	4 990	0	0	88 093
Programa da Promoção da Qualidade COFIN - POPRAM 2000-06		TOTAL	8 529	49 880	50 000	260 749	274 339	111 681	755 178
		CAP. 50 O.R.	8 529	49 880	50 000	260 749	274 339	111 681	755 178
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	264 143	79 994	89 500	120 615	82 312	2 492	639 056
		CAP. 50 O.R.	264 143	79 994	89 500	120 615	82 312	2 492	639 056
PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE ECONÓMICA - PIDAE		TOTAL	136 940	40 000	37 500	43 743	29 940	0	288 123
SE: DRCIE	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	136 940	40 000	37 500	43 743	29 940	0	288 123
Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica (PIDAE) 1998-05		TOTAL	136 940	40 000	37 500	43 743	29 940	0	288 123
		CAP. 50 O.R.	136 940	40 000	37 500	43 743	29 940	0	288 123
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL		TOTAL	45 051	2 494	14 500	14 492	2 492	2 492	81 521
SE: DRACE	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	45 051	2 494	14 500	14 492	2 492	2 492	81 521
Acções de Cooperação Externa 1996-06		TOTAL	45 051	2 494	2 500	2 492	2 492	2 492	57 521
		CAP. 50 O.R.	45 051	2 494	2 500	2 492	2 492	2 492	57 521
N Ultraperiferia e Coesão Económica, Social e Territorial (UCEST) COFIN - POP III - FEDER - INTERREG III B 2003-04		TOTAL	0	0	12 000	12 000	0	0	24 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	12 000	12 000	0	0	24 000
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA		TOTAL	82 152	37 500	37 500	62 380	49 880	0	269 412
SE: DRCIE	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	82 152	37 500	37 500	62 380	49 880	0	269 412
Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria 1997-05		TOTAL	82 152	37 500	37 500	62 380	49 880	0	269 412
		CAP. 50 O.R.	82 152	37 500	37 500	62 380	49 880	0	269 412
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	996 473	386 239	690 200	1 608 072	1 303 329	1 022 290	6 007 394
		CAP. 50 O.R.	996 473	386 239	690 200	1 608 072	1 303 329	1 022 290	6 007 394
FORMAÇÃO E APERFEIÇAMENTO DO PESSOAL AFECTO À VICE-PRESIDÊNCIA		TOTAL	235 093	25 146	20 400	34 330	25 346	51 088	391 403
SE: VP	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	235 093	25 146	20 400	34 330	25 346	51 088	391 403
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Afecto ao Gabinete da Vice-Presidência 2001-06		TOTAL	1 651	2 700	2 900	2 900	2 900	8 700	21 751
		CAP. 50 O.R.	1 651	2 700	2 900	2 900	2 900	8 700	21 751
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRCIE 1997-06		TOTAL	11 851	7 482	5 000	13 982	4 998	24 940	68 253
		CAP. 50 O.R.	11 851	7 482	5 000	13 982	4 998	24 940	68 253
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRACE 1998-06		TOTAL	221 591	14 964	12 500	17 448	17 448	17 448	301 399
		CAP. 50 O.R.	221 591	14 964	12 500	17 448	17 448	17 448	301 399



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

145

QUADRO III - 1

VICE - PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL E LOCAL SE: DRAPL N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	222 160 222 160	293 724 293 724	200 000 200 000	370 000 370 000	390 000 390 000	770 000 770 000	2 245 884 2 245 884
Acções de Formação na Administração Pública COFIN - POP III - FSE 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	222 160 222 160	293 724 293 724	200 000 200 000	370 000 370 000	390 000 390 000	770 000 770 000	2 245 884 2 245 884
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS SE: VP N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	539 220 539 220	67 360 67 360	44 800 44 800	93 484 93 484	76 684 76 684	101 444 101 444	922 992 922 992
Informatização dos Serviços de Apoio ao Gabinete da Vice-Presidência 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 439 6 439	7 000 7 000	7 300 7 300	7 500 7 500	7 700 7 700	15 000 15 000	50 939 50 939
Informatização dos Serviços Afectos à DRCIE 1995-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	124 819 124 819	4 500 4 500	2 500 2 500	9 482 9 482	7 482 7 482	24 940 24 940	173 723 173 723
Informatização dos Serviços Afectos à DRACE 1992-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	407 962 407 962	55 860 55 860	20 000 20 000	61 502 61 502	61 502 61 502	61 504 61 504	668 330 668 330
N Informatização dos Serviços Afectos à DRAPL 2003-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	15 000 15 000	15 000 15 000	0 0	0 0	30 000 30 000
MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE APOIO AO CIDADÃO SE: DRAPL N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	425 000 425 000	1 111 058 1 111 058	811 299 811 299	99 758 99 758	2 447 115 2 447 115
Loja do Cidadão 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	350 000 350 000	550 000 550 000	350 000 350 000	0 0	1 250 000 1 250 000
Formulários On-Line - Madeira Digital COFIN - POP III - FEDER 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	75 000 75 000	561 058 561 058	461 299 461 299	99 758 99 758	1 197 115 1 197 115
SECTOR: APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 470 970 6 470 970	5 871 004 4 621 004	10 801 308 6 856 808	11 313 295 6 229 480	10 356 130 5 781 130	10 968 500 5 968 500	55 781 207 35 927 892
APOIO ÀS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS EMPRESARIAIS SE: DRCIE N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	679 612 679 612	162 109 162 109	162 500 162 500	188 130 188 130	196 130 196 130	198 000 198 000	1 586 481 1 586 481
Apoio às Estruturas Associativas Empresariais 1996-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	679 612 679 612	162 109 162 109	162 500 162 500	188 130 188 130	196 130 196 130	198 000 198 000	1 586 481 1 586 481
APOIOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (IDE - RAM) SE: IZIE-RAM N.º Projectos: 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 932 428 4 932 428	4 545 770 3 295 770	9 404 500 5 460 000	11 125 165 6 041 350	10 160 000 5 585 000	10 770 500 5 770 500	50 938 363 31 085 048
Programa de Incentivos ao Investimento e à Engenharia Financeira COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 850 580 4 850 580	3 825 000 2 575 000	7 600 000 3 800 000	9 750 000 4 875 000	9 150 000 4 575 000	10 000 000 5 000 000	45 175 580 25 675 580



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

146

QUADRO III - 1

VICE - PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Programa de Informação e Divulgação da Actividade Económica COFIN - POP III - FEDER - INTERREG 2000-06	TOTAL	76 895	106 270	294 500	440 665	195 000	125 500	1 238 830
	CAP. 50 O.R.	76 895	106 270	150 000	231 850	195 000	125 500	885 515
Actualização, Formação e Qualidade 2001-06	TOTAL	4 953	7 000	10 000	12 000	15 000	15 000	63 953
	CAP. 50 O.R.	4 953	7 000	10 000	12 000	15 000	15 000	63 953
Implementação e Dinamização de Parques Empresariais 2001-04	TOTAL	0	607 500	1 000 000	122 500	0	0	1 730 000
	CAP. 50 O.R.	0	607 500	1 000 000	122 500	0	0	1 730 000
N Criação de Infra-estruturas para Dinamização e Apoio ao Sector Empresarial 2003-06	TOTAL	0	0	500 000	800 000	800 000	630 000	2 730 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	800 000	800 000	630 000	2 730 000
APOIOS NO ÂMBITO DO CENTRO DE EMPRESAS E INOVAÇÃO DA MADEIRA SE: CEIM N.º Projectos: 2	TOTAL	523 738	800 000	839 758	0	0	0	2 163 496
	CAP. 50 O.R.	523 738	800 000	839 758	0	0	0	2 163 496
Modernização e Inovação Empresarial 2001-03	TOTAL	523 738	500 000	819 957	0	0	0	1 843 695
	CAP. 50 O.R.	523 738	500 000	819 957	0	0	0	1 843 695
Regio Partenariado Europa 2001-03	TOTAL	0	300 000	19 801	0	0	0	319 801
	CAP. 50 O.R.	0	300 000	19 801	0	0	0	319 801
COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA COM A AREAM SE: VP N.º Projectos: 1	TOTAL	335 192	363 125	394 550	0	0	0	1 092 867
	CAP. 50 O.R.	335 192	363 125	394 550	0	0	0	1 092 867
Cooperação Técnica e Científica com a AREAM 2000-03	TOTAL	335 192	363 125	394 550	0	0	0	1 092 867
	CAP. 50 O.R.	335 192	363 125	394 550	0	0	0	1 092 867
SECTOR: APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	TOTAL	4 367 309	8 858 702	9 818 575	13 400 775	8 325 000	0	44 770 361
	CAP. 50 O.R.	4 367 309	8 858 702	9 818 575	13 400 775	8 325 000	0	44 770 361
CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO REGIONAL E APOIO À GESTÃO SE: VP N.º Projectos: 4	TOTAL	4 367 309	8 858 702	9 818 575	13 400 775	8 325 000	0	44 770 361
	CAP. 50 O.R.	4 367 309	8 858 702	9 818 575	13 400 775	8 325 000	0	44 770 361
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo - S.D.P.S., S.A. 1999-05	TOTAL	2 493 989	2 422 500	2 550 000	2 294 350	1 000 000	0	10 760 839
	CAP. 50 O.R.	2 493 989	2 422 500	2 550 000	2 294 350	1 000 000	0	10 760 839
Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira - Ponta do Oeste, S.A. 2000-05	TOTAL	698 317	1 828 702	2 450 000	5 375 000	2 425 000	0	12 777 019
	CAP. 50 O.R.	698 317	1 828 702	2 450 000	5 375 000	2 425 000	0	12 777 019
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. 2001-05	TOTAL	900 001	3 182 500	3 318 575	3 031 425	3 000 000	0	13 432 501
	CAP. 50 O.R.	900 001	3 182 500	3 318 575	3 031 425	3 000 000	0	13 432 501
Sociedade de Desenvolvimento do Norte - S.D.N., S.A. 2001-05	TOTAL	275 002	1 425 000	1 500 000	2 700 000	1 900 000	0	7 800 002
	CAP. 50 O.R.	275 002	1 425 000	1 500 000	2 700 000	1 900 000	0	7 800 002



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

147

PIDDAR 2003

QUADRO III - 2

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	17 585 816	6 712 711	6 772 785	10 497 872	9 666 995	9 187 008	60 423 187
	CAP. 50 O.R.	17 566 986	5 516 363	5 100 000	8 923 209	8 232 721	7 817 725	53 157 004
TOTAL DOS PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	17 585 816	6 712 711	5 982 295	9 220 492	9 151 482	8 721 496	57 374 291
	CAP. 50 O.R.	17 566 986	5 516 363	4 436 578	7 761 880	7 769 541	7 404 545	50 455 893
TOTAL DOS PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	790 490	1 277 380	515 513	465 513	3 048 896
	CAP. 50 O.R.	0	0	663 422	1 161 329	463 180	413 180	2 701 111
SECTOR: INDÚSTRIA	TOTAL	736 600	677 368	901 846	944 276	847 243	847 250	4 954 583
	CAP. 50 O.R.	717 770	495 173	377 000	390 467	356 506	356 508	2 693 424
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO REGIONAL	TOTAL	736 600	677 368	901 846	944 276	847 243	847 250	4 954 583
SE: IBTAM N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	717 770	495 173	377 000	390 467	356 506	356 508	2 693 424
Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional COFIN - POP III - FEDER 1991-06	TOTAL	423 978	199 520	199 520	199 520	199 520	199 520	1 421 578
	CAP. 50 O.R.	423 978	98 629	69 832	69 832	69 832	69 832	801 935
Incentivos às Acções Promocionais e à Exportação de Artesanato Regional COFIN - POP III - FEDER 1998-06	TOTAL	13 343	49 880	48 603	88 786	89 780	89 787	380 179
	CAP. 50 O.R.	0	24 940	17 011	31 075	31 423	31 425	135 874
Apoio ao Centro de Moda e Design da Madeira 2000-06	TOTAL	299 279	162 109	180 000	182 890	182 890	182 890	1 190 058
	CAP. 50 O.R.	293 792	162 109	180 000	182 890	182 890	182 890	1 184 571
Criação de Núcleos de Produção de Bordados COFIN - POP III - FEDER 2001-06	TOTAL	0	199 519	133 333	149 640	149 640	149 640	781 772
	CAP. 50 O.R.	0	199 519	20 000	22 446	22 446	22 446	286 857
Acções de Formação Profissional COFIN - POP III - FSE 2002 - 06	TOTAL	0	66 340	144 900	144 900	144 900	144 900	645 940
	CAP. 50 O.R.	0	9 976	21 735	21 735	21 735	21 735	96 916
N Reestruturação do Artesanato Regional COFIN - POP III - FEDER 2003-06	TOTAL	0	0	195 490	178 540	80 513	80 513	535 056
	CAP. 50 O.R.	0	0	68 422	62 489	28 180	28 180	187 271
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR	TOTAL	0	50 179	70 000	150 000	170 000	200 000	640 179
	CAP. 50 O.R.	0	30 179	70 000	150 000	170 000	200 000	640 179
CAMPANHAS E PROJECTOS DE PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR	TOTAL	0	50 179	70 000	150 000	170 000	200 000	640 179
SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	30 179	70 000	150 000	170 000	200 000	640 179
Campanhas e Projectos de Protecção do Consumidor 2002-06	TOTAL	0	50 179	70 000	150 000	170 000	200 000	640 179
	CAP. 50 O.R.	0	30 179	70 000	150 000	170 000	200 000	640 179
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	16 410 080	5 551 643	4 846 314	1 666 736	7 464 832	7 464 939	49 404 771
	CAP. 50 O.R.	16 410 080	4 538 786	3 749 871	6 795 882	6 386 395	6 586 398	44 667 342
AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO	TOTAL	16 402 902	5 518 223	4 718 514	7 519 736	7 287 932	7 287 939	48 735 246
SE: JRE N.º Projectos: 18	CAP. 50 O.R.	16 402 902	4 505 366	3 621 871	6 640 882	6 409 395	6 409 398	43 997 814
Apoio à Contratação COFIN - POP III - FSE 1994-06	TOTAL	3 730 485	1 071 274	442 977	1 246 995	1 246 995	1 246 994	8 985 720
	CAP. 50 O.R.	3 730 485	900 000	350 000	1 246 995	1 246 995	1 246 994	8 721 469



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

149

PIDDAR 2003

QUADRO III - 2

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
N TELERUP - Central de Recursos de Teletrabalho nas Regiões Ultraperiféricas com Orientação a Portadores de Deficiência Física COFIN - INTERREG III 2003-04	TOTAL	0	0	25 000	7 800	0	0	32 800
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	7 800	0	0	32 800
N CORES - Cooperação Regional para o Desenvolvimento da Economia Solidária COFIN - INTERREG III 2003-04	TOTAL	0	0	100 000	224 000	0	0	324 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	224 000	0	0	324 000
ACÇÕES PARA A DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-LABORAL	TOTAL	7 108	33 420	128 000	147 000	177 000	177 000	669 528
	CAP. 50 O.R.	7 108	33 420	128 000	147 000	177 000	177 000	669 528
SE: DRT N.º Projectos: 5								
Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego 2001-06	TOTAL	10	3 492	9 000	11 000	13 000	13 000	49 502
	CAP. 50 O.R.	10	3 492	9 000	11 000	13 000	13 000	49 502
Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades 2001-06	TOTAL	0	7 482	11 000	15 000	17 000	17 000	67 482
	CAP. 50 O.R.	0	7 482	11 000	15 000	17 000	17 000	67 482
Programa Higiene e Segurança no Trabalho 2001-06	TOTAL	7 098	21 952	60 000	50 000	60 000	60 000	259 050
	CAP. 50 O.R.	7 098	21 952	60 000	50 000	60 000	60 000	259 050
Formação na Área do Direito do Trabalho 2001-06	TOTAL	0	494	5 000	6 000	7 000	7 000	25 494
	CAP. 50 O.R.	0	494	5 000	6 000	7 000	7 000	25 494
N Consertação Social e Relações Institucionais na Área do Trabalho (GS) 2003-06	TOTAL	0	0	43 000	65 000	80 000	80 000	268 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	43 000	65 000	80 000	80 000	268 000
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	121 113	216 296	651 925	1 146 860	849 820	339 819	3 325 833
	CAP. 50 O.R.	121 113	215 000	600 629	1 081 860	784 820	339 819	3 143 241
INFRA-ESTRUTURAS PARA ACTIVIDADES RECREATIVAS E DESPORTIVAS	TOTAL	121 113	101 296	114 925	74 820	74 820	74 819	561 793
	CAP. 50 O.R.	121 113	100 000	113 629	74 820	74 820	74 819	559 201
SE: IRE N.º Projectos: 1								
Infra-estruturas para Actividades Recreativas e Desportivas 1998-06	TOTAL	121 113	101 296	114 925	74 820	74 820	74 819	561 793
	CAP. 50 O.R.	121 113	100 000	113 629	74 820	74 820	74 819	559 201
criação de Equipamentos de Apoio à Juventude	TOTAL	0	100 000	315 000	767 040	460 000	0	1 642 040
	CAP. 50 O.R.	0	100 000	265 000	702 040	395 000	0	1 462 040
SE: IJM N.º Projectos: 5								
Lojas da Juventude COFIN - INTERREG 2002-05	TOTAL	0	100 000	150 000	325 000	435 000	0	1 010 000
	CAP. 50 O.R.	0	100 000	100 000	260 000	370 000	0	830 000
N Ampliação do Centro de Juventude do Porto Moniz 2003-04	TOTAL	0	0	45 000	125 000	0	0	170 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	45 000	125 000	0	0	170 000
N Construção e Remodelação de Edifícios Sede do Corpo Nacional de Escutas 2003-04	TOTAL	0	0	20 000	85 040	0	0	105 040
	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	85 040	0	0	105 040
N Construção do Edifício de Apoio ao Campo Escola do Montado do Pereiro 2003-04	TOTAL	0	0	75 000	202 000	0	0	277 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	202 000	0	0	277 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

150

PIDDAR 2003

QUADRO III - 2

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
N	Reapetrechamento dos Centros de Juventude da Madeira 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 25 000	30 000 30 000	25 000 25 000	0 0	80 000 80 000
PROGRAMAS E ACÇÕES DESTINADOS À JUVENTUDE		TOTAL	0	15 000	222 000	305 000	315 000	265 000	1 122 000
	SE: LIM N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	0	15 000	222 000	305 000	315 000	265 000	1 122 000
	Voluntariado Juvenil 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	15 000 15 000	15 000 15 000	20 000 20 000	25 000 25 000	0 0	75 000 75 000
N	Jovens em Formação 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	187 000 187 000	240 000 240 000	265 000 265 000	265 000 265 000	957 000 957 000
N	Mobilidade e Intercâmbio Juvenil 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	25 000 25 000	0 0	0 0	35 000 35 000
N	Apoio a Instituições na Área da Juventude 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	20 000 20 000	25 000 25 000	0 0	55 000 55 000
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL CAP. 50 O.R.	317 330 317 330	117 231 117 231	195 000 195 000	305 000 305 000	335 000 335 000	335 000 335 000	1 604 561 1 604 561
PROJECTOS DE INFORMAÇÃO REGIONAL		TOTAL	0	17 231	15 000	20 000	25 000	25 000	102 231
	SE: DRT N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	17 231	15 000	20 000	25 000	25 000	102 231
	Operações Estatísticas Laborais 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	17 231 17 231	15 000 15 000	20 000 20 000	25 000 25 000	25 000 25 000	102 231 102 231
APOIO AO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES		TOTAL	317 330	100 000	180 000	285 000	310 000	310 000	1 502 330
	SE: GS N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	317 330	100 000	180 000	285 000	310 000	310 000	1 502 330
	Acções de Apoio Junto das Comunidades Madeirenses 1998-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	317 330 317 330	100 000 100 000	150 000 150 000	250 000 250 000	270 000 270 000	270 000 270 000	1 357 330 1 357 330
N	Acções de Apoio à Imigração 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	30 000 30 000	35 000 35 000	40 000 40 000	40 000 40 000	145 000 145 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R.	763 763	99 994 99 994	107 500 107 500	185 000 185 000	0 0	0 0	493 257 493 257
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL AFFECTO À SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS		TOTAL	763	2 494	7 500	100 000	0	0	110 757
	SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	763	2 494	7 500	15 000	0	0	25 757
	Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da Secretaria Regional dos Recursos Humanos COFIN - FSE 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	763 763	2 494 2 494	7 500 7 500	100 000 15 000	0 0	0 0	110 757 25 757
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	0	67 500	45 000	145 000	0	0	257 500
	SE: TJM N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	67 500	45 000	145 000	0	0	257 500
	Ampliação e Remodelação das instalações do Instituto de Juventude da Madeira 2002-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	67 500 67 500	45 000 45 000	145 000 145 000	0 0	0 0	257 500 257 500



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

151

PIDDAR 2003

QUADRO III - 2

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS		TOTAL	0	30 000	55 000	40 000	0	0	125 000
SE: SRRH	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	0	30 000	55 000	40 000	0	0	125 000
Gestão Integrada dos Serviços da SRR (GS) 2002-03		TOTAL	0	30 000	30 000	0	0	0	60 000
		CAP. 50 O.R.	0	30 000	30 000	0	0	0	60 000
N Monitorização Integrada dos Serviços do Instituto de Juventude da Madeira (IJM) 2003-04		TOTAL	0	0	25 000	40 000	0	0	65 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	40 000	0	0	65 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

153

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	67 303 373	17 534 225	16 461 700	13 664 920	12 726 025	12 959 695	140 649 938
CAP. 50 O.R.			67 283 281	17 533 225	16 461 700	13 664 920	12 726 025	12 959 695	140 628 846
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	67 303 373	17 534 225	15 747 200	12 178 650	12 606 025	12 839 695	138 209 168
CAP. 50 O.R.			67 283 281	17 533 225	15 747 200	12 178 650	12 606 025	12 839 695	138 188 076
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	714 500	1 486 270	120 000	120 000	2 440 770
CAP. 50 O.R.			0	0	714 500	1 486 270	120 000	120 000	2 440 770
SECTOR: TURISMO		TOTAL	50 981 335	11 858 756	11 551 600	11 091 640	11 176 025	11 669 695	108 329 051
CAP. 50 O.R.			50 979 335	11 858 756	11 551 600	11 091 640	11 176 025	11 669 695	108 327 051
PROMOÇÃO TURÍSTICA		TOTAL	16 138 806	3 492 722	3 696 100	3 556 650	3 490 225	3 664 695	34 039 198
SE: SRTC			16 136 806	3 492 722	3 696 100	3 556 650	3 490 225	3 664 695	34 037 198
N.º Projectos: 12									
Acções para a Diversificação de Mercados (DRT) COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	3 028 980	662 792	630 000	661 500	694 575	729 300	6 407 147
CAP. 50 O.R.			3 028 980	662 792	630 000	661 500	694 575	729 300	6 407 147
Dinamização do Turismo Interno (DRT) COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	1 506 425	327 292	250 000	262 500	275 625	289 400	2 911 242
CAP. 50 O.R.			1 504 425	327 292	250 000	262 500	275 625	289 400	2 909 242
Promoção do Golfe (DRT) COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	3 167 307	702 469	700 000	735 000	771 750	810 350	6 886 876
CAP. 50 O.R.			3 167 307	702 469	700 000	735 000	771 750	810 350	6 886 876
Campanha de Imagem (DRT) COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	3 940 603	778 581	781 100	820 150	861 150	904 200	8 085 784
CAP. 50 O.R.			3 940 603	778 581	781 100	820 150	861 150	904 200	8 085 784
Material Promocional (DRT) COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	3 139 619	587 691	550 000	577 500	606 375	636 695	6 097 880
CAP. 50 O.R.			3 139 619	587 691	550 000	577 500	606 375	636 695	6 097 880
Acções Culturais e de Promoção Turística (GS) 1994-03		TOTAL	309 823	104 156	110 000	0	0	0	523 979
CAP. 50 O.R.			309 823	104 156	110 000	0	0	0	523 979
Acções de Relações Públicas (DRT) 2000-03		TOTAL	199 878	141 197	145 000	0	0	0	486 075
CAP. 50 O.R.			199 878	141 197	145 000	0	0	0	486 075
Novas Tecnologias da Informação (DRT) COFIN - POP III - FEDER 2000-06		TOTAL	252 656	86 041	200 000	210 000	220 050	231 050	1 199 797
CAP. 50 O.R.			252 656	86 041	200 000	210 000	220 050	231 050	1 199 797
Marca Quintas da Madeira (DRT) COFIN - POP III - FEDER 2000-06		TOTAL	409	0	55 000	57 500	60 700	63 700	237 309
CAP. 50 O.R.			409	0	55 000	57 500	60 700	63 700	237 309
Acções Promocionais Diversas (DRT) 1994-03		TOTAL	593 106	102 503	125 000	0	0	0	820 609
CAP. 50 O.R.			593 106	102 503	125 000	0	0	0	820 609
N PRONATUR - Juntos em Prol de um Turismo Sustentável (DRT) COFIN - INTERREG III B 2003 - 2004		TOTAL	0	0	75 000	20 000	0	0	95 000
CAP. 50 O.R.			0	0	75 000	20 000	0	0	95 000
N INFORTUMAC - Infoturismo da Macaronésia (DRT) COFIN - INTERREG III B 2003 - 2003		TOTAL	0	0	75 000	212 500	0	0	287 500
CAP. 50 O.R.			0	0	75 000	212 500	0	0	287 500



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

154

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
ANIMAÇÃO E ACONTECIMENTOS ESPECIAIS		TOTAL	34 622 156	7 689 981	6 970 000	7 234 500	7 685 800	8 005 000	72 207 437
SE: DRT	N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	34 622 156	7 689 981	6 970 000	7 234 500	7 685 800	8 005 000	72 207 437
Festa do Carnaval COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	2 470 885	309 717	315 000	330 750	375 900	394 700	4 196 952
		CAP. 50 O.R.	2 470 885	309 717	315 000	330 750	375 900	394 700	4 196 952
Festa da Flor COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	1 826 802	279 447	280 000	294 000	308 700	324 130	3 313 079
		CAP. 50 O.R.	1 826 802	279 447	280 000	294 000	308 700	324 130	3 313 079
Festa do Vinho da Madeira COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	962 416	158 431	130 000	136 500	142 275	149 400	1 679 022
		CAP. 50 O.R.	962 416	158 431	130 000	136 500	142 275	149 400	1 679 022
Festa do Fim do Ano COFIN - POP III - FEDER 1994-06		TOTAL	28 862 277	6 410 987	5 650 000	5 932 500	6 291 125	6 540 580	59 687 469
		CAP. 50 O.R.	28 862 277	6 410 987	5 650 000	5 932 500	6 291 125	6 540 580	59 687 469
Encontro Regional de Bandas 1995-03		TOTAL	207 485	53 865	40 000	0	0	0	301 350
		CAP. 50 O.R.	207 485	53 865	40 000	0	0	0	301 350
Festival do Atlântico COFIN - POP III - FEDER 2002-06		TOTAL	0	438 449	515 000	540 750	567 800	596 190	2 658 189
		CAP. 50 O.R.	0	438 449	515 000	540 750	567 800	596 190	2 658 189
Iniciativas Diversas 1994-03		TOTAL	292 291	39 085	40 000	0	0	0	371 376
		CAP. 50 O.R.	292 291	39 085	40 000	0	0	0	371 376
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO E GESTÃO DO DESTINO		TOTAL	220 373	676 053	885 500	300 490	0	0	2 082 416
SE: SRTC	N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	220 373	676 053	885 500	300 490	0	0	2 082 416
Infra-estruturas Turísticas Diversas (DRT) 1998-03		TOTAL	99 854	25 670	27 500	0	0	0	153 024
		CAP. 50 O.R.	99 854	25 670	27 500	0	0	0	153 024
Conservação e Reparação de Locais de Interesse Turístico (DRT) 2000-03		TOTAL	3 387	5 617	20 000	0	0	0	29 004
		CAP. 50 O.R.	3 387	5 617	20 000	0	0	0	29 004
Programas de Educação para o Turismo (DRT) 2000-03		TOTAL	43 894	47 111	33 000	0	0	0	124 005
		CAP. 50 O.R.	43 894	47 111	33 000	0	0	0	124 005
Investigação, Estudos e Inquéritos (DRT) 2000-03		TOTAL	73 238	2 619	30 000	0	0	0	105 857
		CAP. 50 O.R.	73 238	2 619	30 000	0	0	0	105 857
Parque Temático da Madeira (DRAC) 2002-03		TOTAL	0	595 036	700 000	0	0	0	1 295 036
		CAP. 50 O.R.	0	595 036	700 000	0	0	0	1 295 036
N CIETMAC - Centro Investigação e Estudos da Macaronésia (DRT) COFIN - INTERREG III B 2003 - 2004		TOTAL	0	0	75 000	300 490	0	0	375 490
		CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	300 490	0	0	375 490
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	215 596	32 296	135 100	9 750	0	0	392 742
		CAP. 50 O.R.	215 596	32 296	135 100	9 750	0	0	392 742
FORMAÇÃO E APERFEIÇAMENTO PROFISSIONAL		TOTAL	215 596	32 296	79 500	9 750	0	0	337 142
SE: SRTC	N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	215 596	32 296	79 500	9 750	0	0	337 142
Acções de Formação Turística (DRT) COFIN - POP III - FSE 1999-03		TOTAL	59 247	824	20 000	0	0	0	80 071
		CAP. 50 O.R.	59 247	824	20 000	0	0	0	80 071
Acções de Formação no Âmbito da Cultura (DRAC) COFIN - POP III - FSE 1999-03		TOTAL	128 007	21 922	20 000	0	0	0	169 929
		CAP. 50 O.R.	128 007	21 922	20 000	0	0	0	169 929



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

155

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Outras Acções de Formação (GS)	TOTAL	28 342	9 550	20 000	0	0	0	57 892
COFIN - POP III - FSE 1999-03	CAP. 50 O.R.	28 342	9 550	20 000	0	0	0	57 892
N GESAMTUR - Formação em Gestão Ambiental para o Turismo Sustentável (DRT) 2003 - 2004	TOTAL	0	0	19 500	9 750	0	0	29 250
	CAP. 50 O.R.	0	0	19 500	9 750	0	0	29 250
CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	0	0	55 600	0	0	0	55 600
SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	55 600	0	0	0	55 600
Nova Escola de Hotelaria - Pagamento de Indemnização 2003 - 2003	TOTAL	0	0	55 600	0	0	0	55 600
	CAP. 50 O.R.	0	0	55 600	0	0	0	55 600
SECTOR: CULTURA	TOTAL	15 465 481	5 368 144	4 625 000	2 563 530	1 550 000	1 280 000	30 862 155
	CAP. 50 O.R.	15 447 389	5 367 144	4 625 000	2 563 530	1 550 000	1 280 000	30 843 063
RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO	TOTAL	271 540	635 400	875 000	1 470 000	1 310 000	1 050 000	5 611 940
SE: DRAC N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	271 540	634 400	875 000	1 470 000	1 310 000	1 050 000	5 610 940
Convento de Santa Clara COFIN - POP III - FEDER 1997-06	TOTAL	69 966	103 490	160 000	220 000	200 000	200 000	953 456
	CAP. 50 O.R.	69 966	103 490	160 000	220 000	200 000	200 000	953 456
Igreja da Sé do Funchal COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	0	177 000	150 000	400 000	350 000	350 000	1 427 000
	CAP. 50 O.R.	0	177 000	150 000	400 000	350 000	350 000	1 427 000
Igreja do Colégio COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	0	109 390	395 000	350 000	380 000	300 000	1 534 390
	CAP. 50 O.R.	0	109 390	395 000	350 000	380 000	300 000	1 534 390
Núcleo Histórico de Santo Amaro COFIN - POP III - FEDER 1997-05	TOTAL	201 574	138 604	100 000	300 000	180 000	0	920 178
	CAP. 50 O.R.	201 574	138 604	100 000	300 000	180 000	0	920 178
Fotografia Museu Vicentes - Arquivo de Imagem da Madeira COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	0	106 916	70 000	200 000	200 000	200 000	776 916
	CAP. 50 O.R.	0	105 916	70 000	200 000	200 000	200 000	775 916
OBRAS DE REABILITAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO MÓVEL E IMÓVEL	TOTAL	2 937 656	757 453	550 000	150 000	120 000	120 000	4 635 109
SE: DRAC N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	2 937 656	757 453	550 000	150 000	120 000	120 000	4 635 109
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava) 1990-03	TOTAL	639 604	16 000	80 000	0	0	0	735 604
	CAP. 50 O.R.	639 604	16 000	80 000	0	0	0	735 604
Forte de São Tiago 1994-03	TOTAL	622 196	180 000	110 000	0	0	0	912 196
	CAP. 50 O.R.	622 196	180 000	110 000	0	0	0	912 196
Casas Típicas, Molinhos e Casas de Salão 1996-03	TOTAL	239 623	46 650	40 000	0	0	0	326 273
	CAP. 50 O.R.	239 623	46 650	40 000	0	0	0	326 273
Restauro dos Órgãos das Igrejas COFIN - POP III - FEDER 1995-06	TOTAL	126 455	53 243	50 000	150 000	120 000	120 000	619 698
	CAP. 50 O.R.	126 455	53 243	50 000	150 000	120 000	120 000	619 698
Obras Diversas de Conservação do Património da RAM 1994-03	TOTAL	1 129 752	382 260	200 000	0	0	0	1 712 012
	CAP. 50 O.R.	1 129 752	382 260	200 000	0	0	0	1 712 012
Estudos e Projectos de Restauro do Património Regional 1999-03	TOTAL	180 026	79 300	70 000	0	0	0	329 326
	CAP. 50 O.R.	180 026	79 300	70 000	0	0	0	329 326



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

156

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
ACÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO		TOTAL	212 553	120 000	225 000	67 500	0	0	625 053
SE: CEHA	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	194 461	120 000	225 000	67 500	0	0	606 961
História e Autonomia do Arquipélago 2000-03		TOTAL	212 553	120 000	125 000	0	0	0	457 553
		CAP. 50 O.R.	194 461	120 000	125 000	0	0	0	439 461
N Atlântica - O Açúcar e a Cultura das Ilhas Atlânticas COFIN - POP III - FEDER 2003 - 2004		TOTAL	0	0	100 000	67 500	0	0	167 500
		CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	67 500	0	0	167 500
APOIO A MUSEUS E CASAS DE CULTURA		TOTAL	4 057 538	1 264 255	1 080 000	0	0	0	6 401 793
SE: DRAC	N.º Projectos: 11	CAP. 50 O.R.	4 057 538	1 264 255	1 080 000	0	0	0	6 401 793
Casa das Mudanças 1996-03		TOTAL	161 177	104 240	75 000	0	0	0	340 417
		CAP. 50 O.R.	161 177	104 240	75 000	0	0	0	340 417
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava) 1995-03		TOTAL	482 263	97 475	80 000	0	0	0	659 738
		CAP. 50 O.R.	482 263	97 475	80 000	0	0	0	659 738
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago 1995-03		TOTAL	707 859	91 279	100 000	0	0	0	899 138
		CAP. 50 O.R.	707 859	91 279	100 000	0	0	0	899 138
Museu de Arte Sacra 1988-03		TOTAL	574 740	119 711	130 000	0	0	0	824 451
		CAP. 50 O.R.	574 740	119 711	130 000	0	0	0	824 451
Fotografia-Museu Vicentes 1995-03		TOTAL	281 247	148 325	125 000	0	0	0	554 572
		CAP. 50 O.R.	281 247	148 325	125 000	0	0	0	554 572
Casa-Museu Cristóvão Colombo 1995-03		TOTAL	95 036	84 320	45 000	0	0	0	224 356
		CAP. 50 O.R.	95 036	84 320	45 000	0	0	0	224 356
Museu Quinta das Cruzes 1995-03		TOTAL	644 916	330 500	250 000	0	0	0	1 225 416
		CAP. 50 O.R.	644 916	330 500	250 000	0	0	0	1 225 416
Solar São Cristóvão 1997-03		TOTAL	231 647	67 386	55 000	0	0	0	354 033
		CAP. 50 O.R.	231 647	67 386	55 000	0	0	0	354 033
Casa Museu Frederico de Freitas 1997-03		TOTAL	719 142	125 417	120 000	0	0	0	964 559
		CAP. 50 O.R.	719 142	125 417	120 000	0	0	0	964 559
Centro Cultural de Edmundo Bettencourt 1999-03		TOTAL	159 511	95 602	40 000	0	0	0	295 113
		CAP. 50 O.R.	159 511	95 602	40 000	0	0	0	295 113
N Centro Cívico e Cultural de Santa Clara 2003 - 2003		TOTAL	0	0	60 000	0	0	0	60 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	0	0	0	60 000
APOIO AO SERVIÇO PÚBLICO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO		TOTAL	353 878	216 831	200 000	0	0	0	770 709
SE: DRAC	N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	353 878	216 831	200 000	0	0	0	770 709
Biblioteca de Documentação Contemporânea 1997-03		TOTAL	122 066	55 904	55 000	0	0	0	232 970
		CAP. 50 O.R.	122 066	55 904	55 000	0	0	0	232 970
Arquivo Regional 1995-03		TOTAL	193 953	133 967	110 000	0	0	0	437 920
		CAP. 50 O.R.	193 953	133 967	110 000	0	0	0	437 920
Biblioteca de Culturas Estrangeiras 1997-03		TOTAL	36 896	14 960	15 000	0	0	0	66 856
		CAP. 50 O.R.	36 896	14 960	15 000	0	0	0	66 856
Rede Regional de Bibliotecas Públicas 2001-03		TOTAL	963	12 000	20 000	0	0	0	32 963
		CAP. 50 O.R.	963	12 000	20 000	0	0	0	32 963



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

157

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
FESTIVAIS CULTURAIS		TOTAL	219 102	191 200	180 000	120 000	120 000	120 000	950 302
SE: DRAC	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	219 102	191 200	180 000	120 000	120 000	120 000	950 302
Festival Colombo (Porto Santo) 2000-03		TOTAL	219 102	191 200	100 000	0	0	0	510 302
		CAP. 50 O.R.	219 102	191 200	100 000	0	0	0	510 302
N Festival Raízes do Atlântico COFIN - POP III - FEDER 2003 - 2006		TOTAL	0	0	80 000	120 000	120 000	120 000	440 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	80 000	120 000	120 000	120 000	440 000
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIVIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL		TOTAL	7 413 214	2 183 005	1 515 000	756 030	0	0	11 867 249
SE: DRAC	N.º Projectos: 11	CAP. 50 O.R.	7 413 214	2 183 005	1 515 000	756 030	0	0	11 867 249
Publicação de Edições Culturais 1994-03		TOTAL	946 499	230 925	70 000	0	0	0	1 247 424
		CAP. 50 O.R.	946 499	230 925	70 000	0	0	0	1 247 424
Divulgação da Actividade Artística 1995-03		TOTAL	655 470	233 480	230 000	0	0	0	1 118 950
		CAP. 50 O.R.	655 470	233 480	230 000	0	0	0	1 118 950
Apoio a Iniciativas Culturais 1998-03		TOTAL	3 738 994	478 000	215 000	0	0	0	4 431 994
		CAP. 50 O.R.	3 738 994	478 000	215 000	0	0	0	4 431 994
Apoio à Descentralização Cultural 1998-03		TOTAL	2 072 251	1 022 000	600 000	0	0	0	3 694 251
		CAP. 50 O.R.	2 072 251	1 022 000	600 000	0	0	0	3 694 251
Museu da História da Madeira 2002-03		TOTAL	0	4 000	20 000	0	0	0	24 000
		CAP. 50 O.R.	0	4 000	20 000	0	0	0	24 000
Estudos e Divulgação de Museus da RAM 2002-03		TOTAL	0	153 600	100 000	0	0	0	253 600
		CAP. 50 O.R.	0	153 600	100 000	0	0	0	253 600
Forum Internacional de Estudos e Debate Sobre a Sociedade Contemporânea 2002-03		TOTAL	0	61 000	50 000	0	0	0	111 000
		CAP. 50 O.R.	0	61 000	50 000	0	0	0	111 000
N MEDIAT - Memória Digital Atlântica COFIN - INTERREG III B 2003 - 2004		TOTAL	0	0	60 000	96 600	0	0	156 600
		CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	96 600	0	0	156 600
N RECLA - Rede de Entidades Culturais e de Lazer das Cidades do Património Atlântico COFIN - INTERREG III B 2003 - 2004		TOTAL	0	0	35 000	235 000	0	0	270 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	35 000	235 000	0	0	270 000
N NATURMAC - Naturalistas de Vulto na Macaronésia COFIN - INTERREG III B 2003 - 2004		TOTAL	0	0	60 000	224 430	0	0	284 430
		CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	224 430	0	0	284 430
N Digitalização Integral dos Museus da Macaronésia COFIN - INTERREG III B 2003 - 04		TOTAL	0	0	75 000	200 000	0	0	275 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	200 000	0	0	275 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	640 961	275 029	150 000	0	0	0	1 065 990
		CAP. 50 O.R.	640 961	275 029	150 000	0	0	0	1 065 990
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA		TOTAL	636 073	273 579	135 000	0	0	0	1 044 652
SE: SRTC	N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	636 073	273 579	135 000	0	0	0	1 044 652
Beneficiação do Edifício da SRTC (GS) 1992-03		TOTAL	492 124	9 550	20 000	0	0	0	521 674
		CAP. 50 O.R.	492 124	9 550	20 000	0	0	0	521 674
Informatização (GS) 1992-03		TOTAL	135 459	39 397	20 000	0	0	0	194 856
		CAP. 50 O.R.	135 459	39 397	20 000	0	0	0	194 856



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

158

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Recuperação e Reabilitação do Edifício da DRAC 2001-03	TOTAL	8 490	208 989	45 000	0	0	0	262 479
	CAP. 50 O.R.	8 490	208 989	45 000	0	0	0	262 479
Beneficiação do Edifício da Direcção de Serviços Animação (GS) 2002-03	TOTAL	0	15 268	10 000	0	0	0	25 268
	CAP. 50 O.R.	0	15 268	10 000	0	0	0	25 268
Beneficiação do Armazém da SRTC (Camacha) (GS) 2002-03	TOTAL	0	375	40 000	0	0	0	40 375
	CAP. 50 O.R.	0	375	40 000	0	0	0	40 375
PROJECTOS DE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DO TURISMO E DA CULTURA SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL	4 888	1 450	15 000	0	0	0	21 338
	CAP. 50 O.R.	4 888	1 450	15 000	0	0	0	21 338
Projectos de Cooperação 1997-03	TOTAL	4 888	1 450	15 000	0	0	0	21 338
	CAP. 50 O.R.	4 888	1 450	15 000	0	0	0	21 338

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	520 020 974	322 874 577	365 751 120	377 484 145	171 008 000	33 249 000	1 790 387 816
		CAP. 50 O.R.	519 433 203	322 744 127	365 263 820	377 106 345	170 868 000	33 049 000	1 788 464 495
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	520 020 974	322 874 577	353 099 000	357 334 940	165 813 000	32 659 000	1 751 801 491
		CAP. 50 O.R.	519 433 203	322 744 127	352 630 900	356 979 940	165 673 000	32 459 000	1 749 920 170
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	12 652 120	20 149 205	5 195 000	590 000	38 586 325
		CAP. 50 O.R.	0	0	12 632 920	20 126 405	5 195 000	590 000	38 544 325
SECTOR: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		TOTAL	453 816 014	245 241 637	265 307 000	290 791 500	138 075 000	27 908 000	1 421 139 151
		CAP. 50 O.R.	453 816 014	245 241 637	265 307 000	290 791 500	138 075 000	27 908 000	1 421 139 151
CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIARIAS, INTERVENÇÕES E AÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA		TOTAL	445 934 284	239 883 706	260 005 000	289 086 500	138 075 000	27 908 000	1 400 892 490
		CAP. 50 O.R.	445 934 284	239 883 706	260 005 000	289 086 500	138 075 000	27 908 000	1 400 892 490
SE: SREST N.º Projectos: 67									
Saída Oeste do Funchal - 2.ª Fase 1989-04		TOTAL	23 878 273	304 102	290 000	124 000	0	0	24 596 375
		CAP. 50 O.R.	23 878 273	304 102	290 000	124 000	0	0	24 596 375
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 2.ª Fase 1996-04		TOTAL	105 307 299	17 729 642	5 000 000	4 000	0	0	128 040 941
		CAP. 50 O.R.	105 307 299	17 729 642	5 000 000	4 000	0	0	128 040 941
Circular à Cidade do Funchal Cota 200 - 2.ª Fase 1995-04		TOTAL	94 850 435	15 837 009	2 600 000	1 110 000	0	0	114 397 444
		CAP. 50 O.R.	94 850 435	15 837 009	2 600 000	1 110 000	0	0	114 397 444
Via Expresso Machico - Falaj COFIN - POP III - FCN 1997-05		TOTAL	66 777 606	12 832 749	11 000 000	15 680 000	3 000 000	0	109 290 355
		CAP. 50 O.R.	66 777 606	12 832 749	11 000 000	15 680 000	3 000 000	0	109 290 355
Túnel da Encumeada e Acessos COFIN - POP III - FCN 1997-04		TOTAL	57 812 826	19 063 637	3 500 000	0	0	0	80 376 463
		CAP. 50 O.R.	57 812 826	19 063 637	3 500 000	0	0	0	80 376 463
Variante à E.R. 102 Camacha - 2.ª Fase COFIN - FCN 1996-04		TOTAL	284 804	4 036 996	2 000 000	0	0	0	6 321 800
		CAP. 50 O.R.	284 804	4 036 996	2 000 000	0	0	0	6 321 800
E.R. 101 - Troço Calheta - Prazeres COFIN - POP III 1996-05		TOTAL	15 524 930	11 971 799	10 200 000	30 800 000	10 000 000	0	78 496 729
		CAP. 50 O.R.	15 524 930	11 971 799	10 200 000	30 800 000	10 000 000	0	78 496 729
Reconstrução da E.R. 101 - Troço S. Vicente - Porto Moniz COFIN - POP III - FCN 1996-05		TOTAL	36 076 032	3 393 240	16 000 000	31 000 000	10 000 000	0	96 469 272
		CAP. 50 O.R.	36 076 032	3 393 240	16 000 000	31 000 000	10 000 000	0	96 469 272
Variante à E.R. 104 - Rosário - São Vicente COFIN - POP III - FCN 2000-06		TOTAL	239 817	4 900 130	8 000 000	10 500 000	5 000 000	2 000 000	30 639 947
		CAP. 50 O.R.	239 817	4 900 130	8 000 000	10 500 000	5 000 000	2 000 000	30 639 947
Via Rápida Machico - Caniçal 2000-06		TOTAL	4 719	23 569 785	33 000 000	42 000 000	30 000 000	20 000 000	148 574 504
		CAP. 50 O.R.	4 719	23 569 785	33 000 000	42 000 000	30 000 000	20 000 000	148 574 504
Nova Ligação Caniço - Camacha COFIN - POP III - FCN 2000-06		TOTAL	3 761	11 766 726	9 000 000	15 000 000	30 000 000	2 500 000	68 270 487
		CAP. 50 O.R.	3 761	11 766 726	9 000 000	15 000 000	30 000 000	2 500 000	68 270 487
Variante à Vila da Ponta do Sol COFIN - FCN 2000-04		TOTAL	186 625	3 939 794	8 000 000	10 000 000	2 000 000	0	24 126 419
		CAP. 50 O.R.	186 625	3 939 794	8 000 000	10 000 000	2 000 000	0	24 126 419
Variante à Vila da Calheta COFIN - FCN 2000-05		TOTAL	65 672	5 249 778	8 500 000	15 500 000	5 000 000	0	34 315 450
		CAP. 50 O.R.	65 672	5 249 778	8 500 000	15 500 000	5 000 000	0	34 315 450
Ampliação do Aeroporto do Funchal - E.R. 101 - 2.ª fase 2000-04		TOTAL	2 992 787	10 877 500	5 800 000	2 680 000	0	0	22 350 287
		CAP. 50 O.R.	2 992 787	10 877 500	5 800 000	2 680 000	0	0	22 350 287
Nó Rodoviário de Ligação da Cota 40 à Via de Acesso à Cota 200 COFIN - POP III 2001-06		TOTAL	0	611 961	500 000	2 000 000	700 000	486 000	4 297 961
		CAP. 50 O.R.	0	611 961	500 000	2 000 000	700 000	486 000	4 297 961
Acesso Leste ao Campo da Barca (Cota 200) COFIN - POP III 2001-05		TOTAL	0	740 500	2 000 000	4 500 000	1 200 000	0	8 440 500
		CAP. 50 O.R.	0	740 500	2 000 000	4 500 000	1 200 000	0	8 440 500

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
Acesso Oeste à Cota 200 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 015 890 1 015 890	4 500 000 4 500 000	8 000 000 8 000 000	2 000 000 2 000 000	0 0	15 515 890 15 515 890
Acesso Oeste à Ligação ao Porto do Puncchal 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	202 190 202 190	3 500 000 3 500 000	7 000 000 7 000 000	3 100 000 3 100 000	0 0	13 802 190 13 802 190
Via Expresso Falal - Santana - São Jorge COFIN - POP III 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 116 005 1 116 005	14 000 000 14 000 000	41 000 000 41 000 000	15 000 000 15 000 000	0 0	71 116 005 71 116 005
Pavimentação da Estrada entre Lamelrão e Portela 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	522 700 522 700	280 000 280 000	50 000 50 000	0 0	0 0	852 700 852 700
Beneficiação da E.R. 207 - Troço Santa Cruz - Campo de Golf COFIN - FCN 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	2 937 920 2 937 920	2 100 000 2 100 000	900 000 900 000	500 000 500 000	0 0	6 437 920 6 437 920
Reconstrução da E.R. 111 - Troço Hotel Porto Santo - Calheta COFIN - POP III 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 422 1 422	1 422 964 1 422 964	2 100 000 2 100 000	2 000 000 2 000 000	0 0	0 0	5 524 386 5 524 386
Beneficiação de Túneis entre a Madalena do Mar e o Arco da Calheta 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	110 200 110 200	1 700 000 1 700 000	1 500 000 1 500 000	600 000 600 000	0 0	3 910 200 3 910 200
Beneficiação da E.R. 223 - Troço Fajã da Ovelha - Paul do Mar COFIN - FCN 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	409 925 409 925	680 000 680 000	1 500 000 1 500 000	1 000 000 1 000 000	292 000 292 000	3 881 925 3 881 925
Beneficiação da E.R. 218 - Troço Santana - Pico das Pedras 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 222 1 222	505 555 505 555	310 000 310 000	70 000 70 000	0 0	0 0	886 777 886 777
Reconstrução da Ponte sobre a Ribeira de São Vicente COFIN - FCN 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	902 337 902 337	1 000 000 1 000 000	100 000 100 000	0 0	0 0	2 002 337 2 002 337
Reconstrução, Beneficiação e Sinalização de Estradas Regionais 1998-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 276 598 5 276 598	5 025 759 5 025 759	3 500 000 3 500 000	2 950 000 2 950 000	1 000 000 1 000 000	0 0	17 752 357 17 752 357
Conservação Corrente Integrada 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	25 590 25 590	700 000 700 000	1 500 000 1 500 000	1 000 000 1 000 000	300 000 300 000	3 525 590 3 525 590
Plano Global de Sinalização e Segurança da Rede Viária Regional 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	55 238 55 238	460 000 460 000	206 500 206 500	0 0	0 0	721 738 721 738
Monitorização, Segurança e Manutenção de Equipamentos de Túneis 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	519 519	30 470 30 470	400 000 400 000	150 000 150 000	150 000 150 000	50 000 50 000	780 989 780 989
Estruturas de Apoio à Segurança da Circulação Rodoviária nos Barreiros e Zona do Hospital Cruz de Carvalho COFIN - POLIS 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	70 000 70 000	1 400 000 1 400 000	1 000 000 1 000 000	30 000 30 000	2 500 000 2 500 000
Estruturas de Apoio à Segurança e Circulação Rodoviária na ER 101 - Portelã 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	40 000 40 000	100 000 100 000	750 000 750 000	250 000 250 000	0 0	1 140 000 1 140 000
Estudos e Projectos de Estradas Regionais 1987-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 499 995 1 499 995	1 344 000 1 344 000	1 000 000 1 000 000	583 000 583 000	0 0	0 0	4 426 995 4 426 995
Construção da Variante entre a Igreja de Água de Pena e Cardais Machico COFIN - FCN 1997-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	603 346 603 346	727 500 727 500	300 000 300 000	200 000 200 000	0 0	0 0	1 830 846 1 830 846
Correcção da E.R. 237 no Centro de Água de Pena COFIN - FCN 2001-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	578 000 578 000	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	608 000 608 000
Ligação entre a Fajã da Murta e o Lombo Galego - Falal COFIN - POP III 1999-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 022 291 1 022 291	997 500 997 500	200 000 200 000	250 000 250 000	90 000 90 000	0 0	2 559 791 2 559 791



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

161

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Ligações à Via Expresso no Porto da Cruz 2001-05	TOTAL	1 222	673 200	1 400 000	1 500 000	600 000	0	4 174 422
	CAP. 50 O.R.	1 222	673 200	1 400 000	1 500 000	600 000	0	4 174 422
Ligação entre a E.R. 222 Moledos e Torreão - Madalena do Mar COFIN - FCN 2000-05	TOTAL	1 422	1 379 516	380 000	400 000	165 000	0	2 325 938
	CAP. 50 O.R.	1 422	1 379 516	380 000	400 000	165 000	0	2 325 938
Ligação entre a Ribeira da Cerejeira e a Ribeira Serrão de Cima Camacha 2001-05	TOTAL	0	171 510	210 000	300 000	90 000	0	771 510
	CAP. 50 O.R.	0	171 510	210 000	300 000	90 000	0	771 510
Acesso Viário à Marginal do Paul do Mar 2001-05	TOTAL	918	762 503	1 500 000	900 000	500 000	0	3 663 421
	CAP. 50 O.R.	918	762 503	1 500 000	900 000	500 000	0	3 663 421
Arruamentos de Acesso ao Centro da Tabua 2000-04	TOTAL	1 731	1 147 240	810 000	355 000	0	0	2 313 971
	CAP. 50 O.R.	1 731	1 147 240	810 000	355 000	0	0	2 313 971
Variante à E.R. 207 no Centro do Santo da Serra 2000-05	TOTAL	69 832	465 000	1 500 000	1 100 000	500 000	0	3 634 832
	CAP. 50 O.R.	69 832	465 000	1 500 000	1 100 000	500 000	0	3 634 832
Variante à E.R. 107 - Túnel entre a Ribeira da Lapa e o Curral das Freiras COFIN - FCN 2000-06	TOTAL	0	8 675 000	8 500 000	6 500 000	6 000 000	2 000 000	31 675 000
	CAP. 50 O.R.	0	8 675 000	8 500 000	6 500 000	6 000 000	2 000 000	31 675 000
Beneficiação de Ligações Locais 1999-04	TOTAL	305 289	170 000	670 000	290 000	0	0	1 435 289
	CAP. 50 O.R.	305 289	170 000	670 000	290 000	0	0	1 435 289
Aquisição de Terrenos para Infra-estruturas Rodoviárias 1999-03	TOTAL	31 718 129	9 079 240	14 000 000	0	0	0	54 797 369
	CAP. 50 O.R.	31 718 129	9 079 240	14 000 000	0	0	0	54 797 369
Acções de Prevenção Rodoviária 2001-06	TOTAL	0	37 865	50 000	325 000	300 000	250 000	962 865
	CAP. 50 O.R.	0	37 865	50 000	325 000	300 000	250 000	962 865
Estudo de Sistemas de Transportes Terrestres COFIN - INTERREG 2001-03	TOTAL	0	85 281	200 000	0	0	0	285 281
	CAP. 50 O.R.	0	85 281	200 000	0	0	0	285 281
Variante da Ribeira Brava COFIN - POP III 2000-05	TOTAL	1 423 340	5 257 463	13 000 000	16 000 000	5 000 000	0	40 680 803
	CAP. 50 O.R.	1 423 340	5 257 463	13 000 000	16 000 000	5 000 000	0	40 680 803
Ponte de Ligação entre a Estrada da Maiata e a E.R. 108 Porto da Cruz 2002-04	TOTAL	0	97 335	500 000	275 000	0	0	872 335
	CAP. 50 O.R.	0	97 335	500 000	275 000	0	0	872 335
Acesso ao Sítio dos Linhares - Porto Santo COFIN - POP III 2002-04	TOTAL	0	63 500	280 000	300 000	120 000	0	763 500
	CAP. 50 O.R.	0	63 500	280 000	300 000	120 000	0	763 500
Ligação à Via Expresso entre Massapez e Jangalinha (Porto da Cruz) 2002-05	TOTAL	0	48 500	800 000	900 000	250 000	0	1 998 500
	CAP. 50 O.R.	0	48 500	800 000	900 000	250 000	0	1 998 500
Estruturas de Apoio à Segurança Rodoviária no Curral das Freiras 2002-04	TOTAL	0	47 979	500 000	200 000	0	0	747 979
	CAP. 50 O.R.	0	47 979	500 000	200 000	0	0	747 979
Ligação entre a ER 108 e a Ribeira Tem-te-não-caias - P. da Cruz 2002-05	TOTAL	0	903 653	420 000	1 000 000	100 000	0	2 423 653
	CAP. 50 O.R.	0	903 653	420 000	1 000 000	100 000	0	2 423 653
Gestão de Infra-estruturas Rodoviárias 2002-03	TOTAL	0	44 955 000	46 170 000	0	0	0	91 125 000
	CAP. 50 O.R.	0	44 955 000	46 170 000	0	0	0	91 125 000
Correcção do Traçado da E.R. 236 entre a Igreja do Bom Caminho e a E.R. 108 na Ribeira de Machico (Santo da Serra) 2002-04	TOTAL	0	39 300	490 000	100 000	0	0	629 300
	CAP. 50 O.R.	0	39 300	490 000	100 000	0	0	629 300
Recarga e Recuperação de Diversos Troços na E.R. no Porto Santo 2001-04	TOTAL	0	1 029 530	340 000	279 000	0	0	1 648 530
	CAP. 50 O.R.	0	1 029 530	340 000	279 000	0	0	1 648 530

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
Reformulação dos Acessos da Via Rápida Câmara de Lobos Ribeira Brava COFIN - FCN 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 422 1 422	0 0	1 400 000 1 400 000	1 500 000 1 500 000	600 000 600 000	0 0	3 501 422 3 501 422
N Pavimentação da E.R. 209 - Troço entre o Fanal e o Paul da Serra 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 050 000 1 050 000	450 000 450 000	100 000 100 000	0 0	1 600 000 1 600 000
N Beneficiação da E.R. 206 e Recarga de Pavimento - 1.ª Fase 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	700 000 700 000	400 000 400 000	300 000 300 000	0 0	1 400 000 1 400 000
N Novo Acesso ao Pizo 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	50 000 50 000	0 0	0 0	150 000 150 000
N Variante à E.R. 101 - Tanque Lamellos (Ponta Delgada) 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	70 000 70 000	30 000 30 000	0 0	0 0	100 000 100 000
N Recarga de Pavimento da E.R. 101 entre a E.R. 218 e a Achada da Cruz, Recta da Felpa e Túnel do Arco de São Jorge 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	630 000 630 000	270 000 270 000	0 0	0 0	900 000 900 000
N Ligação entre a Variante da Camacha e a Cova da Iria 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	280 000 280 000	280 000 280 000	120 000 120 000	0 0	680 000 680 000
N Ligação entre a ER 219 (Achada do Marques) e Lombo Antão Alves (Santana) 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	500 000 500 000	2 360 000 2 360 000	500 000 500 000	0 0	3 360 000 3 360 000
N Ligação entre a E.R. 101 e a Ribeira Funda (Sebal) 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	560 000 560 000	1 600 000 1 600 000	240 000 240 000	0 0	2 400 000 2 400 000
N Acesso Oeste a Santo Amaro 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	500 000 500 000	300 000 300 000	0 0	0 0	800 000 800 000
N Sistema de Informação Integral da Rede de Transportes regulares das Regiões Ultraperiféricas da Macaronésia do Atlântico - SINTRAMA COFIN - INTERREG 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	175 000 175 000	115 000 115 000	0 0	0 0	290 000 290 000
TRANSPORTES MARÍTIMOS	TOTAL	7 881 730	5 357 783	889 000	0	0	0	14 128 513
SE: SREST N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	7 881 730	5 357 783	889 000	0	0	0	14 128 513
Novo Navio de Ligação ao Porto Santo COFIN - POP III 2001 - 03	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 189 049 1 189 049	2 994 783 2 994 783	289 000 289 000	0 0	0 0	0 0	4 472 832 4 472 832
Aumento do Capital Social da APRAM 2001 - 03	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 692 681 6 692 681	2 363 000 2 363 000	600 000 600 000	0 0	0 0	0 0	9 655 681 9 655 681
TRANSPORTES AÉREOS	TOTAL	0	148	4 413 000	1 705 000	0	0	6 118 148
SE: SREST N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	0	148	4 413 000	1 705 000	0	0	6 118 148
Infra-estruturas Aeroportuárias - Transferências de Capital ANAM 2001 - 03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	148 148	2 993 000 2 993 000	0 0	0 0	0 0	2 993 148 2 993 148
N Transporte Aéreo Madeira-Canárias COFIN - INTERREG 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	670 000 670 000	830 000 830 000	0 0	0 0	1 500 000 1 500 000
N Estudos Sobre o Desenvolvimento das Conexões Aéreas no Âmbito da Macaronésia e as suas Projecções Internacionais AEROMAC COFIN - INTERREG 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	375 000 375 000	0 0	0 0	525 000 525 000
N Estudos de Sistemas de Transportes Inter Insulares COFIN - INTERREG 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	600 000 600 000	500 000 500 000	0 0	0 0	1 100 000 1 100 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

163

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
SECTOR: EDUCAÇÃO		TOTAL	45 416 711	24 845 086	30 790 000	28 410 000	12 240 000	2 580 000	144 281 797
		CAP. 50 O.R.	45 416 711	24 845 086	30 790 000	28 410 000	12 240 000	2 580 000	144 281 797
INFRA-ESTRUTURAS DE ENSINO BÁSICO, SECUNDÁRIO E ESPECIAL		TOTAL	42 016 002	22 438 692	27 670 000	24 510 000	10 410 000	2 550 000	129 594 694
SE: SREST N.º Projectos: 17		CAP. 50 O.R.	42 016 002	22 438 692	27 670 000	24 510 000	10 410 000	2 550 000	129 594 694
Remodelação do Internato da Quinta do Leme COFIN - POP III 2000-05		TOTAL	1 422	715 815	490 000	700 000	210 000	0	2 117 237
		CAP. 50 O.R.	1 422	715 815	490 000	700 000	210 000	0	2 117 237
Piscina para o Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família 2001-04		TOTAL	0	86 529	280 000	50 000	0	0	416 529
		CAP. 50 O.R.	0	86 529	280 000	50 000	0	0	416 529
Construção de Piscinas Escolares COFIN - POP III 2001-05		TOTAL	1 422	4 362 740	6 760 000	4 000 000	1 000 000	0	16 124 162
		CAP. 50 O.R.	1 422	4 362 740	6 760 000	4 000 000	1 000 000	0	16 124 162
Escola Básica da Fajã da Ovelha COFIN - POP III 2002-06		TOTAL	0	381 768	1 400 000	1 300 000	600 000	500 000	4 181 768
		CAP. 50 O.R.	0	381 768	1 400 000	1 300 000	600 000	500 000	4 181 768
Escola Básica do Campanário COFIN - POP III 1999-06		TOTAL	23 793	708 700	1 900 000	2 000 000	900 000	200 000	5 732 493
		CAP. 50 O.R.	23 793	708 700	1 900 000	2 000 000	900 000	200 000	5 732 493
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo da Ponta do Sol COFIN - FCN 1997-03		TOTAL	7 353 049	921 500	1 500 000	0	0	0	9 774 549
		CAP. 50 O.R.	7 353 049	921 500	1 500 000	0	0	0	9 774 549
Escola Básica e Pavilhão Gimnodesportivo do Porto Moniz COFIN - FCN 1998 - 03		TOTAL	4 824 049	399 000	800 000	0	0	0	6 023 049
		CAP. 50 O.R.	4 824 049	399 000	800 000	0	0	0	6 023 049
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo de Santa Cruz 1997 - 03		TOTAL	7 954 116	679 000	400 000	0	0	0	9 033 116
		CAP. 50 O.R.	7 954 116	679 000	400 000	0	0	0	9 033 116
Construção de Escolas Básicas COFIN - POP III 1997-05		TOTAL	12 512 415	5 940 800	4 900 000	4 000 000	4 000 000	0	31 353 215
		CAP. 50 O.R.	12 512 415	5 940 800	4 900 000	4 000 000	4 000 000	0	31 353 215
Redimensionamento de Escolas 1997-05		TOTAL	3 759 594	3 871 390	2 800 000	2 000 000	1 000 000	0	13 430 984
		CAP. 50 O.R.	3 759 594	3 871 390	2 800 000	2 000 000	1 000 000	0	13 430 984
Beneficiação e Conservação de Escolas e Equipamento Escolar 1991-04		TOTAL	5 586 142	1 101 250	840 000	360 000	0	0	7 887 392
		CAP. 50 O.R.	5 586 142	1 101 250	840 000	360 000	0	0	7 887 392
Escola Básica Bartolomeu Perestrelo COFIN - POP III 2002-05		TOTAL	0	1 177 000	2 500 000	3 500 000	1 200 000	1 000 000	9 377 000
		CAP. 50 O.R.	0	1 177 000	2 500 000	3 500 000	1 200 000	1 000 000	9 377 000
Remodelação e Modernização de Escolas Básicas e Secundárias 2002-04		TOTAL	0	1 736 200	800 000	450 000	0	0	2 986 200
		CAP. 50 O.R.	0	1 736 200	800 000	450 000	0	0	2 986 200
Aquisição de Equipamento Escolar 2002-04		TOTAL	0	165 000	350 000	150 000	0	0	665 000
		CAP. 50 O.R.	0	165 000	350 000	150 000	0	0	665 000
Pavilhão Gimnodesportivo do Caniço COFIN - POP III 2002-06		TOTAL	0	192 000	600 000	1 000 000	500 000	350 000	2 642 000
		CAP. 50 O.R.	0	192 000	600 000	1 000 000	500 000	350 000	2 642 000
Escola Secundária Horácio Bento de Gouveia 2001-06		TOTAL	0	0	1 000 000	3 500 000	1 000 000	500 000	6 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	3 500 000	1 000 000	500 000	6 000 000
Escola Básica de São Jorge (inclui Creche e Jardim de Infância) 2001-04		TOTAL	0	0	350 000	1 500 000	0	0	1 850 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	350 000	1 500 000	0	0	1 850 000
INFRA-ESTRUTURAS PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR		TOTAL	23 613	390 488	1 050 000	1 050 000	330 000	0	2 844 101
SE: SREST N.º Projectos: 5		CAP. 50 O.R.	23 613	390 488	1 050 000	1 050 000	330 000	0	2 844 101
Creche e Jardim de Infância de Santana 2001-05		TOTAL	0	81 700	280 000	400 000	120 000	0	881 700
		CAP. 50 O.R.	0	81 700	280 000	400 000	120 000	0	881 700

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Creche e Jardim de Infância da Ponta do Sol 2001-05	TOTAL	0	80 250	210 000	400 000	90 000	0	780 250
	CAP. 50 O.R.	0	80 250	210 000	400 000	90 000	0	780 250
Beneficiação de Creches e Jardins de Infância 1990-04	TOTAL	23 613	148 288	250 000	100 000	0	0	521 901
	CAP. 50 O.R.	23 613	148 288	250 000	100 000	0	0	521 901
Creche dos Prazeres 2002-05	TOTAL	0	80 250	100 000	50 000	30 000	0	260 250
	CAP. 50 O.R.	0	80 250	100 000	50 000	30 000	0	260 250
N Creche e Jardim de Infância de São Vicente 2003-05	TOTAL	0	0	210 000	100 000	90 000	0	400 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	210 000	100 000	90 000	0	400 000
INFRA-ESTRUTURAS PARA O ENSINO SUPERIOR SE: SREST N.º Projectos: 1	TOTAL	0	0	70 000	2 850 000	1 500 000	30 000	4 450 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	2 850 000	1 500 000	30 000	4 450 000
Espaço de Restauração do Tecnopolo COFIN - POP III 2000-06	TOTAL	0	0	70 000	2 850 000	1 500 000	30 000	4 450 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	2 850 000	1 500 000	30 000	4 450 000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE: SREST N.º Projectos: 1	TOTAL	3 377 096	2 015 906	2 000 000	0	0	0	7 393 002
	CAP. 50 O.R.	3 377 096	2 015 906	2 000 000	0	0	0	7 393 002
Aquisição de Terrenos para Edifícios Escolares, Públicos e Infra-estruturas Desportivas 1999-03	TOTAL	3 377 096	2 015 906	2 000 000	0	0	0	7 393 002
	CAP. 50 O.R.	3 377 096	2 015 906	2 000 000	0	0	0	7 393 002
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	2 560 729	6 398 822	6 890 000	6 910 000	3 952 000	0	26 711 551
	CAP. 50 O.R.	2 560 729	6 398 822	6 890 000	6 910 000	3 952 000	0	26 711 551
CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS E DE APOIO À JUVENTUDE SE: SREST N.º Projectos: 9	TOTAL	2 560 729	6 398 822	6 890 000	6 910 000	3 952 000	0	26 711 551
	CAP. 50 O.R.	2 560 729	6 398 822	6 890 000	6 910 000	3 952 000	0	26 711 551
Complexo para Natação Desportiva da Madeira COFIN - POP III - FCN 1991-05	TOTAL	2 251 384	4 884 600	5 500 000	6 000 000	3 850 000	0	22 485 984
	CAP. 50 O.R.	2 251 384	4 884 600	5 500 000	6 000 000	3 850 000	0	22 485 984
Centro de Juventude do Porto Santo 1998-03	TOTAL	302 207	331 700	70 000	0	0	0	703 907
	CAP. 50 O.R.	302 207	331 700	70 000	0	0	0	703 907
Polidesportivo da Fajã da Ovelha 2000-03	TOTAL	1 422	419 000	90 000	0	0	0	510 422
	CAP. 50 O.R.	1 422	419 000	90 000	0	0	0	510 422
Polidesportivo do Sítio das Feiteirinhas - Caniçal 2001-05	TOTAL	0	89 460	280 000	120 000	52 000	0	541 460
	CAP. 50 O.R.	0	89 460	280 000	120 000	52 000	0	541 460
Polidesportivo da Madalena do Mar 2001-04	TOTAL	918	360 302	80 000	80 000	0	0	521 220
	CAP. 50 O.R.	918	360 302	80 000	80 000	0	0	521 220
Polidesportivo do Lombo de São João - Ponta do Sol 2001-04	TOTAL	0	50 000	420 000	180 000	0	0	650 000
	CAP. 50 O.R.	0	50 000	420 000	180 000	0	0	650 000
Outras Infra-estruturas Desportivas e de Apoio à Juventude 2000-04	TOTAL	4 798	91 800	70 000	30 000	0	0	196 598
	CAP. 50 O.R.	4 798	91 800	70 000	30 000	0	0	196 598
Polidesportivo da Lapeira - Porto Santo COFIN - POP III 2002-04	TOTAL	0	111 960	280 000	100 000	0	0	491 960
	CAP. 50 O.R.	0	111 960	280 000	100 000	0	0	491 960
Campo de Futebol do Porto da Cruz 2002-05	TOTAL	0	60 000	100 000	400 000	50 000	0	610 000
	CAP. 50 O.R.	0	60 000	100 000	400 000	50 000	0	610 000
SECTOR: CULTURA	TOTAL	4 152 154	8 936 484	5 410 000	3 600 000	830 000	0	23 008 638
	CAP. 50 O.R.	4 152 154	8 936 484	5 410 000	3 600 000	830 000	0	23 008 638
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS CULTURAIS SE: SREST N.º Projectos: 5	TOTAL	4 152 154	8 936 484	5 410 000	3 600 000	830 000	0	23 008 638
	CAP. 50 O.R.	4 152 154	8 936 484	5 410 000	3 600 000	830 000	0	23 008 638
Centro Cultural da Ponta do Sol COFIN - POP III 2000-05	TOTAL	1 422	1 276 416	950 000	600 000	300 000	0	3 127 838
	CAP. 50 O.R.	1 422	1 276 416	950 000	600 000	300 000	0	3 127 838

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Biblioteca e Arquivo da RAM	TOTAL	4 145 704	7 540 050	4 250 000	1 850 000	0	0	17 785 754
COFIN - POP III - FCN 1992-04	CAP. 50 O.R.	4 145 704	7 540 050	4 250 000	1 850 000	0	0	17 785 754
Museu de História da Madeira	TOTAL	0	88 018	70 000	1 200 000	530 000	0	1 888 018
COFIN - POP III 2001-03	CAP. 50 O.R.	0	88 018	70 000	1 200 000	530 000	0	1 888 018
Arquivo Fotográfico da Madeira	TOTAL	0	32 000	70 000	30 000	0	0	132 000
1999-03	CAP. 50 O.R.	0	32 000	70 000	30 000	0	0	132 000
Museu de Artes Decorativas	TOTAL	5 028	0	70 000	0	0	0	75 028
2001-03	CAP. 50 O.R.	5 028	0	70 000	0	0	0	75 028
SECTOR: SAÚDE	TOTAL	1 708 163	10 268 112	13 390 000	14 470 000	3 900 000	100 000	43 836 275
	CAP. 50 O.R.	1 708 163	10 268 112	13 390 000	14 470 000	3 900 000	100 000	43 836 275
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE	TOTAL	1 703 085	8 495 640	10 070 000	9 470 000	2 770 000	100 000	32 608 725
SE: SREST N.º Projectos: 17	CAP. 50 O.R.	1 703 085	8 495 640	10 070 000	9 470 000	2 770 000	100 000	32 608 725
Centro de Saúde e Segurança Social da Ribeira Brava	TOTAL	0	698 797	1 500 000	2 200 000	750 000	0	5 148 797
COFIN - POP III 2001-05	CAP. 50 O.R.	0	698 797	1 500 000	2 200 000	750 000	0	5 148 797
Centro de Saúde do Campanário	TOTAL	1 636 042	232 750	230 000	0	0	0	2 098 792
1998-03	CAP. 50 O.R.	1 636 042	232 750	230 000	0	0	0	2 098 792
Centro de Saúde do Caniçal	TOTAL	0	334 500	700 000	300 000	0	0	1 334 500
COFIN - POP III 2001-04	CAP. 50 O.R.	0	334 500	700 000	300 000	0	0	1 334 500
Centro de Saúde do Monte	TOTAL	1 731	950 000	370 000	155 000	0	0	1 476 731
COFIN - POP III 2000-04	CAP. 50 O.R.	1 731	950 000	370 000	155 000	0	0	1 476 731
Centro de Saúde e Segurança Social de São Roque	TOTAL	0	376 684	600 000	300 000	0	0	1 276 684
COFIN - POP III 2001-04	CAP. 50 O.R.	0	376 684	600 000	300 000	0	0	1 276 684
Centro Cívico do Falal	TOTAL	0	789 237	300 000	200 000	100 000	0	1 389 237
2001-05	CAP. 50 O.R.	0	789 237	300 000	200 000	100 000	0	1 389 237
Centro Cívico do Estreito da Calheta	TOTAL	0	617 500	280 000	100 000	50 000	0	1 047 500
2001-05	CAP. 50 O.R.	0	617 500	280 000	100 000	50 000	0	1 047 500
Centro Cívico da Fajã da Ovelha	TOTAL	63 392	711 000	70 000	235 000	0	0	1 079 392
2000-04	CAP. 50 O.R.	63 392	711 000	70 000	235 000	0	0	1 079 392
Centro Cívico da Serra D'Água	TOTAL	1 920	842 600	750 000	200 000	0	0	1 794 520
2000-03	CAP. 50 O.R.	1 920	842 600	750 000	200 000	0	0	1 794 520
Centro Cívico do Jardim da Serra	TOTAL	0	679 700	1 000 000	400 000	300 000	0	2 379 700
2000-04	CAP. 50 O.R.	0	679 700	1 000 000	400 000	300 000	0	2 379 700
Centro de Saúde da Ponta do Sol	TOTAL	0	406 450	800 000	800 000	400 000	100 000	2 506 450
COFIN - POP III 2002-06	CAP. 50 O.R.	0	406 450	800 000	800 000	400 000	100 000	2 506 450
Remodelação do Centro de Saúde da Santa - Porto Moniz	TOTAL	0	304 000	250 000	350 000	200 000	0	1 104 000
COFIN - POP III 2002-05	CAP. 50 O.R.	0	304 000	250 000	350 000	200 000	0	1 104 000
Centro Cívico da Ilha	TOTAL	0	446 500	600 000	300 000	100 000	0	1 446 500
2002-05	CAP. 50 O.R.	0	446 500	600 000	300 000	100 000	0	1 446 500
Centro Cívico da Água de Pena	TOTAL	0	282 978	450 000	400 000	50 000	0	1 182 978
2002-05	CAP. 50 O.R.	0	282 978	450 000	400 000	50 000	0	1 182 978
Centro de Saúde e Segurança Social de Santo António	TOTAL	0	822 944	1 500 000	2 000 000	500 000	0	4 822 944
COFIN - POP III 2002-04	CAP. 50 O.R.	0	822 944	1 500 000	2 000 000	500 000	0	4 822 944
N Centro de Saúde de Câmara de Lobos (Remodelação/Ampliação)	TOTAL	0	0	70 000	30 000	0	0	100 000
2003-04	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	30 000	0	0	100 000

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
N Centro de Saúde de São Vicente COFIN - POP III 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	600 000 600 000	1 500 000 1 500 000	320 000 320 000	0 0	2 420 000 2 420 000
ESTRUTURAS HOSPITALARES	TOTAL	0	1 128 472	2 820 000	5 000 000	1 130 000	0	10 078 472
SE: SREST N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	0	1 128 472	2 820 000	5 000 000	1 130 000	0	10 078 472
Estruturas de Apoio ao Hospital da Cruz de Carvalho 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	453 458 453 458	70 000 70 000	3 500 000 3 500 000	130 000 130 000	0 0	4 153 458 4 153 458
Remodelação do Hospital João de Almada COFIN - POP III 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	675 014 675 014	2 750 000 2 750 000	1 500 000 1 500 000	1 000 000 1 000 000	0 0	5 925 014 5 925 014
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	5 078	644 000	500 000	0	0	0	1 149 078
SE: SREST N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	5 078	644 000	500 000	0	0	0	1 149 078
Aquisição de Terrenos para Infra-estruturas de Saúde 1999-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 078 5 078	644 000 644 000	500 000 500 000	0 0	0 0	0 0	1 149 078 1 149 078
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL	9 467 718	24 802 770	39 780 000	28 515 000	10 705 000	1 575 000	114 845 488
SE: SREST N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	9 467 718	24 802 770	39 780 000	28 515 000	10 705 000	1 575 000	114 845 488
RENOVAÇÃO URBANA	TOTAL	0	97 157	3 430 000	4 230 000	1 335 000	90 000	9 182 157
SE: SREST N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	0	97 157	3 430 000	4 230 000	1 335 000	90 000	9 182 157
Jardim Público do Torreão COFIN - POP III 2002-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	97 157 97 157	1 250 000 1 250 000	530 000 530 000	0 0	0 0	1 877 157 1 877 157
N Arranjo Urbanístico de São Roque 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	450 000 450 000	500 000 500 000	190 000 190 000	0 0	1 140 000 1 140 000
N Revitalização do Monte 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	900 000 900 000	1 000 000 1 000 000	380 000 380 000	0 0	2 280 000 2 280 000
N Renovação e Requalificação de Áreas Degradadas COFIN - INTERREG 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	140 000 140 000	200 000 200 000	60 000 60 000	0 0	400 000 400 000
N Parque e Jardim Público de Machico 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	490 000 490 000	1 000 000 1 000 000	205 000 205 000	0 0	1 695 000 1 695 000
N Recuperação do Solar do Ribeirinho - Machico 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	1 000 000 1 000 000	500 000 500 000	90 000 90 000	1 790 000 1 790 000
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	TOTAL	1 273 501	178 500	560 000	240 000	0	0	2 252 001
SE: SREST N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	1 273 501	178 500	560 000	240 000	0	0	2 252 001
Planos Directores Municipais, Especiais, Sectoriais e de Urbanização e de Pormenor 1992-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	952 684 952 684	98 000 98 000	280 000 280 000	120 000 120 000	0 0	0 0	1 450 684 1 450 684
Elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) 1997-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	320 817 320 817	80 500 80 500	280 000 280 000	120 000 120 000	0 0	0 0	801 317 801 317
EQUIPAMENTO SÓCIO - CULTURAL	TOTAL	230 524	3 982 717	7 000 000	7 990 000	2 620 000	380 000	22 203 241
SE: SREST N.º Projectos: 17	CAP. 50 O.R.	230 524	3 982 717	7 000 000	7 990 000	2 620 000	380 000	22 203 241
Edifício Sede do Santacruzense 1999-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	123 088 123 088	242 149 242 149	30 000 30 000	250 000 250 000	0 0	0 0	645 237 645 237
Centro Cultural da Ribeira Grande Marroços - Machico 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 766 1 766	915 000 915 000	150 000 150 000	70 000 70 000	0 0	0 0	1 136 766 1 136 766
Centro Cultural e Paroquial de Santana 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 581 3 581	1 025 800 1 025 800	250 000 250 000	110 000 110 000	0 0	0 0	1 389 381 1 389 381
Casa Paroquial do Caniçal 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	101 960 101 960	230 000 230 000	100 000 100 000	0 0	0 0	431 960 431 960

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Recuperação de Edifícios de Interesse Público em Zonas Rurais 1999-04	TOTAL	102 089	73 880	350 000	150 000	0	0	675 969
	CAP. 50 O.R.	102 089	73 880	350 000	150 000	0	0	675 969
Centro Cívico de Santa Maria Maior 2001-05	TOTAL	0	133 000	70 000	300 000	180 000	0	683 000
	CAP. 50 O.R.	0	133 000	70 000	300 000	180 000	0	683 000
Centro Cívico do Porto da Cruz 2001-05	TOTAL	0	450 133	1 000 000	600 000	400 000	0	2 450 133
	CAP. 50 O.R.	0	450 133	1 000 000	600 000	400 000	0	2 450 133
Centro Cívico do Caniçal 2001-05	TOTAL	0	749 945	1 200 000	400 000	200 000	0	2 549 945
	CAP. 50 O.R.	0	749 945	1 200 000	400 000	200 000	0	2 549 945
Centro Cívico de Santo António 2001-05	TOTAL	0	0	700 000	400 000	200 000	0	1 300 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	700 000	400 000	200 000	0	1 300 000
Sede do Grupo "Flores de Maio" no Porto da Cruz 2002-04	TOTAL	0	165 850	300 000	100 000	0	0	565 850
	CAP. 50 O.R.	0	165 850	300 000	100 000	0	0	565 850
Casa do Povo da Fajã da Ovelha 2002-04	TOTAL	0	50 000	250 000	100 000	50 000	0	450 000
	CAP. 50 O.R.	0	50 000	250 000	100 000	50 000	0	450 000
Casa da Música de Machico 2001-04	TOTAL	0	75 000	260 000	400 000	0	0	735 000
	CAP. 50 O.R.	0	75 000	260 000	400 000	0	0	735 000
N Centro Cívico do Caniço 2003-06	TOTAL	0	0	750 000	1 500 000	1 000 000	380 000	3 630 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	750 000	1 500 000	1 000 000	380 000	3 630 000
N Centro Cívico da Quinta Grande (Inclui Centro de Saúde) 2003-05	TOTAL	0	0	730 000	1 500 000	320 000	0	2 550 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	730 000	1 500 000	320 000	0	2 550 000
N Centro Cívico da Ponta do Pargo 2003-05	TOTAL	0	0	350 000	1 140 000	150 000	0	1 640 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	350 000	1 140 000	150 000	0	1 640 000
N Centro Cívico do Arco de São Jorge 2003-05	TOTAL	0	0	280 000	870 000	120 000	0	1 270 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	280 000	870 000	120 000	0	1 270 000
N Casa da Cultura e Pousada da Juventude - Santana 2003-03	TOTAL	0	0	100 000	0	0	0	100 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	0	0	0	100 000
EQUIPAMENTO RELIGIOSO	TOTAL	669 078	907 998	1 080 000	1 485 000	470 000	100 000	4 712 076
	SE: SREST N.º Projectos: 5	669 078	907 998	1 080 000	1 485 000	470 000	100 000	4 712 076
Construção da Igreja da Nazaré 1997-04	TOTAL	550 763	214 410	70 000	35 000	0	0	870 173
	CAP. 50 O.R.	550 763	214 410	70 000	35 000	0	0	870 173
Beneficiação, Conservação e Restauro de Equipamento Religioso 1999-04	TOTAL	118 315	378 150	350 000	150 000	0	0	996 465
	CAP. 50 O.R.	118 315	378 150	350 000	150 000	0	0	996 465
Projecto da Igreja do Jardim da Serra 2002-06	TOTAL	0	68 430	100 000	500 000	400 000	100 000	1 168 430
	CAP. 50 O.R.	0	68 430	100 000	500 000	400 000	100 000	1 168 430
Consolidação das Torres da Igreja de Santo António 2002-03	TOTAL	0	247 008	400 000	0	0	0	647 008
	CAP. 50 O.R.	0	247 008	400 000	0	0	0	647 008
N Construção da Igreja das Feiteiras 2003-05	TOTAL	0	0	160 000	800 000	70 000	0	1 030 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	160 000	800 000	70 000	0	1 030 000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	891 177	2 708 900	7 500 000	0	0	0	11 100 077
	SE: SREST N.º Projectos: 1	891 177	2 708 900	7 500 000	0	0	0	11 100 077
Aquisição de Terrenos para Infra-estruturas Urbanísticas e de Ordenamento do Território 1998-03	TOTAL	891 177	2 708 900	7 500 000	0	0	0	11 100 077
	CAP. 50 O.R.	891 177	2 708 900	7 500 000	0	0	0	11 100 077
VALORIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA DA RAM	TOTAL	966 217	11 513 658	14 490 000	9 770 000	3 510 000	635 000	40 884 875
	SE: SREST N.º Projectos: 22	966 217	11 513 658	14 490 000	9 770 000	3 510 000	635 000	40 884 875
Ligação Pedonal entre a Praia da Lagoa e Fajã da Areia - Porto da Cruz 2001-04	TOTAL	0	136 500	120 000	55 000	0	0	311 500
	CAP. 50 O.R.	0	136 500	120 000	55 000	0	0	311 500

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Lin.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
Construção de Pontão de Apoio Náutico na Foz da Ribeira da Boaventura COFIN - POP III - FCN 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	7 183 7 183	1 602 000 1 602 000	1 200 000 1 200 000	650 000 650 000	100 000 100 000	0 0	3 559 183 3 559 183
Infra-estruturas de Protecção Marítima e de Apoio na Foz da Ribeira da Boaventura COFIN - POP III - FCN 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 451 600 1 451 600	210 000 210 000	100 000 100 000	0 0	0 0	1 761 600 1 761 600
Protecção Marginal no Paul do Mar 1997-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	645 524 645 524	321 778 321 778	120 000 120 000	50 000 50 000	0 0	0 0	1 137 302 1 137 302
Construção do Quebra Mar do Seixal e Ponta Delgada COFIN - FCN 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	221 107 221 107	983 295 983 295	880 000 880 000	100 000 100 000	0 0	0 0	2 184 402 2 184 402
Protecção Marítima do Cais do Seixal COFIN - POP III - FCN 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 200 6 200	2 446 955 2 446 955	1 680 000 1 680 000	500 000 500 000	0 0	0 0	4 633 155 4 633 155
Protecção Marginal do Jardim do Mar 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	16 081 16 081	216 690 216 690	4 000 000 4 000 000	2 000 000 2 000 000	0 0	0 0	6 232 771 6 232 771
Piscinas e Zona Balnear do Caniçal COFIN - FCN 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 544 2 544	1 559 300 1 559 300	750 000 750 000	400 000 400 000	80 000 80 000	0 0	2 791 844 2 791 844
Complexo Balnear dos Reis Magos 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 250 2 250	345 350 345 350	480 000 480 000	100 000 100 000	0 0	0 0	927 600 927 600
Zona Balnear do Garajau COFIN - INTERREG 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	20 112 20 112	123 650 123 650	260 000 260 000	200 000 200 000	110 000 110 000	100 000 100 000	813 762 813 762
Acessos e Requalificação da Praia da Prainha 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	140 000 140 000	150 000 150 000	90 000 90 000	55 000 55 000	435 000 435 000
Acesso Pedonal entre o Cais do Porto da Cruz e o Complexo Balnear do Penedo 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	36 250 36 250	280 000 280 000	250 000 250 000	120 000 120 000	0 0	686 250 686 250
Obras do Plano Frente Mar - Machico 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	129 140 129 140	750 000 750 000	200 000 200 000	50 000 50 000	0 0	1 129 140 1 129 140
Obras do Plano Frente Mar - Câmara de Lobos COFIN - POP III 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 538 210 1 538 210	560 000 560 000	300 000 300 000	100 000 100 000	0 0	2 498 210 2 498 210
Estudos e Projectos de Obras do Litoral COFIN - INTERREG 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	45 216 45 216	366 000 366 000	400 000 400 000	240 000 240 000	0 0	0 0	1 051 216 1 051 216
Frente Mar do Caniçal e Passeio Marítimo até à Ribeira do Natal 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	42 500 42 500	280 000 280 000	1 000 000 1 000 000	1 000 000 1 000 000	120 000 120 000	2 442 500 2 442 500
Zona Balnear e Protecção Marítima em São Vicente COFIN - INTERREG 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	47 500 47 500	600 000 600 000	600 000 600 000	400 000 400 000	0 0	1 647 500 1 647 500
Enrocamento de Protecção à Praia da Ponta do Sol COFIN - POP III 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	107 000 107 000	400 000 400 000	1 400 000 1 400 000	1 000 000 1 000 000	240 000 240 000	3 147 000 3 147 000
Infra-estruturas de Valorização e de Apoio Náutico e Balnear no Litoral 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	59 940 59 940	350 000 350 000	150 000 150 000	0 0	0 0	559 940 559 940
N Zona Balnear do Calhau da Lapa (Campanário) COFIN - INTERREG 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	280 000 280 000	470 000 470 000	400 000 400 000	120 000 120 000	1 270 000 1 270 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

169

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euro)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
N Ampliação do Solário e Enrocamento de Protecção na Ribeira Brava 2003-05	TOTAL	0	0	100 000	750 000	60 000	0	910 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	750 000	60 000	0	910 000
N Prolongamento do Enrocamento e Solário até à Praceta 24 de Julho (Calheta) 2003-04	TOTAL	0	0	650 000	105 000	0	0	755 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	650 000	105 000	0	0	755 000
CANALIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E LIMPEZA DE RIBEIRAS E CÖRREGÖS SE: SREST N.º Projectos: 9	TOTAL	5 437 221	5 413 849	5 720 000	4 800 000	2 770 000	370 000	24 511 061
	CAP. 50 O.R.	5 437 221	5 413 849	5 720 000	4 800 000	2 770 000	370 000	24 511 061
Canalização da Ribeira de Santa Luzia a Montante da Ponte da Fundoa COFIN - POP III 2000-06	TOTAL	0	252 000	410 000	500 000	260 000	170 000	1 592 000
	CAP. 50 O.R.	0	252 000	410 000	500 000	260 000	170 000	1 592 000
Canalização da Ribeira do Faial COFIN - POP III 1999-05	TOTAL	0	397 000	1 400 000	600 000	200 000	0	2 597 000
	CAP. 50 O.R.	0	397 000	1 400 000	600 000	200 000	0	2 597 000
Canalização da Ribeira de Machico 2000-05	TOTAL	1 512 041	2 200 700	2 100 000	1 000 000	500 000	0	7 312 741
	CAP. 50 O.R.	1 512 041	2 200 700	2 100 000	1 000 000	500 000	0	7 312 741
Canalização da Ribeira da Boaaventura (Santa Cruz) COFIN - POP III 2001-06	TOTAL	0	502 000	410 000	500 000	350 000	100 000	1 862 000
	CAP. 50 O.R.	0	502 000	410 000	500 000	350 000	100 000	1 862 000
Construção de Bacias de Retenção nas Principais Ribeiras do Funchal COFIN - POP III 2000-06	TOTAL	0	197 905	70 000	800 000	500 000	100 000	1 667 905
	CAP. 50 O.R.	0	197 905	70 000	800 000	500 000	100 000	1 667 905
Regularização de Ribeiras 1995-05	TOTAL	1 292 046	481 500	570 000	500 000	500 000	0	3 343 546
	CAP. 50 O.R.	1 292 046	481 500	570 000	500 000	500 000	0	3 343 546
Canalização da Ribeira do Massapez e Estruturas de Apoio à E.R. 108 Porto da Cruz COFIN - FCN 2001-05	TOTAL	0	1 142 735	110 000	200 000	45 000	0	1 497 735
	CAP. 50 O.R.	0	1 142 735	110 000	200 000	45 000	0	1 497 735
Canalização da Ribeira de Santa Cruz COFIN - POP III 2002-05	TOTAL	0	240 000	250 000	200 000	170 000	0	860 000
	CAP. 50 O.R.	0	240 000	250 000	200 000	170 000	0	860 000
Canalização da Ribeira de Santo António a Montante da Estrada da Circunvalação 2000-05	TOTAL	2 633 134	0	400 000	500 000	245 000	0	3 778 134
	CAP. 50 O.R.	2 633 134	0	400 000	500 000	245 000	0	3 778 134
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	2 030 708	918 727	2 104 120	4 115 645	1 136 000	1 085 000	11 391 200
	CAP. 50 O.R.	1 442 937	788 277	1 616 820	3 737 445	996 000	805 000	9 467 879
DESENVOLVIMENTO NO DOMÍNIO DOS RECURSOS NATURAIS, ENERGIA E AMBIENTE SE: LREX N.º Projectos: 4	TOTAL	1 829 650	468 727	1 034 120	715 645	386 000	556 000	4 790 142
	CAP. 50 O.R.	1 041 879	338 177	546 820	337 645	246 000	356 000	2 866 821
Modernização e Consolidação das Infra-estruturas da Qualidade COFIN - POE 1998-06	TOTAL	1 419 037	255 000	687 300	330 000	330 000	500 000	3 521 337
	CAP. 50 O.R.	841 294	255 000	383 300	220 000	220 000	330 000	2 249 594
PAUER-Projecto de Avaliação e Utilização de Energias Renováveis COFIN - POP III 2001-04	TOTAL	156 673	198 727	260 200	297 440	0	0	913 040
	CAP. 50 O.R.	156 673	68 277	129 300	82 440	0	0	436 690
Formação Profissional COFIN - POP III - FSE 1998-06	TOTAL	53 940	15 000	59 500	56 000	56 000	56 000	296 440
	CAP. 50 O.R.	43 912	15 000	26 300	26 000	26 000	26 000	163 212
N Ordenamento e Dinâmica Costeira COFIN - INTERREG 2003-04	TOTAL	0	0	27 120	32 205	0	0	59 325
	CAP. 50 O.R.	0	0	7 920	9 405	0	0	17 325

QUADRO III - 4

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
INFRA-ESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA PENTEADA	TOTAL	401 058	450 000	1 070 000	3 400 000	750 000	530 000	6 601 058
SE: SREST	CAP. 50 O.R.	401 058	450 000	1 070 000	3 400 000	750 000	530 000	6 601 058
N.º Projectos: 2								
Infra-estruturas do Madeira Tecnopolo - 2.ª e 3.ª fases COFIN - POP III 1996-06	TOTAL	401 058	450 000	1 000 000	1 800 000	500 000	500 000	4 651 058
	CAP. 50 O.R.	401 058	450 000	1 000 000	1 800 000	500 000	500 000	4 651 058
Jardim da Biodiversidade - Tecnopolo COFIN - POP III 2000-06	TOTAL	0	0	70 000	1 600 000	250 000	30 000	1 950 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	1 600 000	250 000	30 000	1 950 000
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	4 564	339 215	530 000	242 000	170 000	0	1 285 779
	CAP. 50 O.R.	4 564	339 215	530 000	242 000	170 000	0	1 285 779
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	TOTAL	4 564	339 215	530 000	242 000	170 000	0	1 285 779
SE: SREST	CAP. 50 O.R.	4 564	339 215	530 000	242 000	170 000	0	1 285 779
N.º Projectos: 2								
Sistema de Informação Geográfica COFIN - INTERREG 1996-05	TOTAL	4 564	339 215	350 000	150 000	100 000	0	943 779
	CAP. 50 O.R.	4 564	339 215	350 000	150 000	100 000	0	943 779
N Sistemas de Gestão de Planeamento Territorial COFIN - INTERREG 2003-05	TOTAL	0	0	180 000	92 000	70 000	0	342 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	180 000	92 000	70 000	0	342 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	864 213	1 123 724	1 550 000	350 000	0	0	3 887 937
	CAP. 50 O.R.	864 213	1 123 724	1 550 000	350 000	0	0	3 887 937
INSTALAÇÕES E ACÇÕES NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	359 434	699 224	1 050 000	350 000	0	0	2 458 658
SE: SREST	CAP. 50 O.R.	359 434	699 224	1 050 000	350 000	0	0	2 458 658
N.º Projectos: 4								
Beneficiação e Remodelação de Edifícios Públicos 1995-04	TOTAL	359 434	699 224	1 050 000	350 000	0	0	2 458 658
	CAP. 50 O.R.	359 434	699 224	1 050 000	350 000	0	0	2 458 658
ACÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SREST	TOTAL	504 779	424 500	500 000	0	0	0	1 429 279
SE: SREST	CAP. 50 O.R.	504 779	424 500	500 000	0	0	0	1 429 279
N.º Projectos: 2								
Acções de Formação, Aperfeiçoamento e Informatização de Serviços da SREST 1990-03	TOTAL	442 484	416 700	300 000	0	0	0	1 159 184
	CAP. 50 O.R.	442 484	416 700	300 000	0	0	0	1 159 184
Divulgação Pública de Investimentos Comparticipados Pela União Europeia COFIN - POP III 1999-03	TOTAL	62 295	7 800	200 000	0	0	0	270 095
	CAP. 50 O.R.	62 295	7 800	200 000	0	0	0	270 095

QUADRO III - 5

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	17 345 808	12 601 101	16 396 400	13 879 869	9 629 878	0	69 853 056
	CAP. 50 O.R.	7 639 116	8 414 840	12 022 400	12 334 869	9 629 878	0	50 041 103
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	17 345 808	12 601 101	13 316 400	12 179 869	9 629 878	0	65 073 056
	CAP. 50 O.R.	7 639 116	8 414 840	10 047 400	12 079 869	9 629 878	0	47 811 103
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	3 080 000	1 700 000	0	0	4 780 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 975 000	255 000	0	0	2 230 000
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	791 747	275 336	233 000	275 400	150 000	0	1 725 483
	CAP. 50 O.R.	791 747	148 143	119 950	275 400	150 000	0	1 485 240
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA SRAS	TOTAL	791 747	125 697	100 000	125 400	0	0	1 142 844
SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	791 747	125 697	100 000	125 400	0	0	1 142 844
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da SRAS	TOTAL	791 747	125 697	100 000	125 400	0	0	1 142 844
COFIN - POPRAM - FSE 1994-04	CAP. 50 O.R.	791 747	125 697	100 000	125 400	0	0	1 142 844
QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CENTRO HOSPITALAR DO FUNCHAL	TOTAL	0	149 639	133 000	150 000	150 000	0	582 639
SE: CHF N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	22 446	19 950	150 000	150 000	0	342 396
Qualificação e Formação Profissional do Pessoal do CHF	TOTAL	0	149 639	133 000	150 000	150 000	0	582 639
COFIN - POPRAM - FSE 2000-05	CAP. 50 O.R.	0	22 446	19 950	150 000	150 000	0	342 396
SECTOR: SAÚDE	TOTAL	11 805 948	9 648 081	10 549 317	8 374 244	8 300 000	0	48 677 511
	CAP. 50 O.R.	1 689 068	5 981 737	8 045 650	8 374 244	8 300 000	0	33 390 700
PROGRAMAS REGIONAIS PARA A SAÚDE	TOTAL	263 511	572 370	389 050	74 244	0	0	1 299 175
SE: SRAS N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	263 511	572 370	389 050	74 244	0	0	1 299 175
Projectos de Prevenção da Doença (GS) 1997-04	TOTAL	44 364	392 937	137 800	13 894	0	0	588 995
	CAP. 50 O.R.	44 364	392 937	137 800	13 894	0	0	588 995
Projectos de Investigação e Qualidade da Saúde (GS) 2001-04	TOTAL	78 945	67 826	71 250	10 470	0	0	228 491
	CAP. 50 O.R.	78 945	67 826	71 250	10 470	0	0	228 491
Implementação do Cartão de Utente (GS) 1997-04	TOTAL	140 202	111 607	50 000	49 880	0	0	351 689
	CAP. 50 O.R.	140 202	111 607	50 000	49 880	0	0	351 689
Prevenção da Toxicod dependência (SRPT) 2003-03	TOTAL	0	0	130 000	0	0	0	130 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	130 000	0	0	0	130 000
PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO PRECOZE E PROMOÇÃO DA SAÚDE	TOTAL	341 492	498 000	1 055 000	0	0	0	1 894 492
SE: CRS N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	36 472	498 000	1 055 000	0	0	0	1 589 472
Equipamento para o Programa de Diagnóstico Precoce e Promoção da Saúde 2000-03	TOTAL	113 960	249 000	190 000	0	0	0	552 960
	CAP. 50 O.R.	36 472	249 000	190 000	0	0	0	475 472
Cuidados de Saúde na Comunidade e Saúde Pública 2001-03	TOTAL	227 532	249 000	100 000	0	0	0	576 532
	CAP. 50 O.R.	0	249 000	100 000	0	0	0	349 000
Promoção da Saúde e Prevenção das Doenças 2000-03	TOTAL	0	0	765 000	0	0	0	765 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	765 000	0	0	0	765 000

QUADRO III - 5

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
BENEFICIAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS DO CENTRO REGIONAL DE SAÚDE SE: CRS N.º Projectos: 1	TOTAL	1 111 027	1 790 432	1 200 000	0	0	0	4 101 459	
	CAP. 50 O.R.	596 113	1 790 432	1 200 000	0	0	0	3 586 545	
Beneficiação de Estruturas Físicas do Centro Regional de Saúde 2000-03		TOTAL	1 111 027	1 790 432	1 200 000	0	0	4 101 459	
		CAP. 50 O.R.	596 113	1 790 432	1 200 000	0	0	3 586 545	
EQUIPAMENTO DE INOVAÇÃO E DE SUBSTITUIÇÃO PARA CENTROS DE SAÚDE E OUTROS SERVIÇOS DO CRS SE: CRS N.º Projectos: 1	TOTAL	490 897	708 000	630 000	0	0	0	1 828 897	
	CAP. 50 O.R.	102 313	708 000	630 000	0	0	0	1 440 313	
Equipamento de Inovação e de Substituição para Centros de Saúde e Outros Serviços do CRS 2001-03		TOTAL	490 897	708 000	630 000	0	0	1 828 897	
		CAP. 50 O.R.	102 313	708 000	630 000	0	0	1 440 313	
AMPLIAÇÃO, RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESTRUTURAS HOSPITALARES SE: CHF N.º Projectos: 7	TOTAL	9 599 022	6 079 199	7 275 267	8 300 000	8 300 000	0	39 553 488	
	CAP. 50 O.R.	1 690 660	2 412 935	4 771 600	8 300 000	8 300 000	0	25 475 195	
Infra-estruturas de Apoio 1994-05		TOTAL	3 269 795	1 122 295	1 200 000	1 500 000	1 500 000	0	8 592 090
		CAP. 50 O.R.	477 928	1 122 295	1 200 000	1 500 000	1 500 000	0	5 800 223
Modernização dos Meios Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica 1994-05		TOTAL	2 886 100	1 309 344	1 400 000	1 750 000	1 750 000	0	9 095 444
		CAP. 50 O.R.	661 481	0	1 400 000	1 750 000	1 750 000	0	5 561 481
Modernização dos Serviços de Apoio às Áreas Médicas 1994-05		TOTAL	1 593 714	374 198	374 100	375 000	375 000	0	3 092 012
		CAP. 50 O.R.	128 291	0	374 100	375 000	375 000	0	1 252 391
Acolhimento e Atendimento de Doentes 1994-05		TOTAL	773 596	280 574	500 000	650 000	650 000	0	2 854 170
		CAP. 50 O.R.	20 296	0	500 000	650 000	650 000	0	1 820 296
Implementação do Plano Director do Centro Hospitalar do Funchal COFIN - POP III - FEDER 1995-05		TOTAL	1 072 191	1 870 492	1 916 667	2 100 000	2 100 000	0	9 059 350
		CAP. 50 O.R.	399 038	561 148	575 000	2 100 000	2 100 000	0	5 735 186
Remodelação do Hospital Dr. João de Almada COFIN - POP III - FEDER 1997-05		TOTAL	3 626	561 148	1 660 000	1 700 000	1 700 000	0	5 624 774
		CAP. 50 O.R.	3 626	168 344	498 000	1 700 000	1 700 000	0	4 069 970
Equipamento para o Desenvolvimento dos Serviços e Tecnologias 2000-05		TOTAL	0	561 148	224 500	225 000	225 000	0	1 235 648
		CAP. 50 O.R.	0	561 148	224 500	225 000	225 000	0	1 235 648
SECTOR: SEGURANÇA SOCIAL		TOTAL	468 596	112 230	112 250	149 639	0	0	842 715
		CAP. 50 O.R.	468 596	112 230	112 250	149 639	0	0	842 715
ESTRUTURAS E ACÇÕES DE APOIO SOCIAL SE : GS N.º Projectos: 1	TOTAL	468 596	112 230	112 250	149 639	0	0	842 715	
	CAP. 50 O.R.	468 596	112 230	112 250	149 639	0	0	842 715	
Apoio a Famílias e a Instituições Particulares de Solidariedade Social 1997-04		TOTAL	468 596	112 230	112 250	149 639	0	842 715	
		CAP. 50 O.R.	468 596	112 230	112 250	149 639	0	842 715	

QUADRO III - 5

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	893 547	1 080 148	1 081 833	1 183 591	1 179 878	0	5 418 997
		CAP. 50 O.R.	426 054	687 344	429 550	1 083 591	1 179 878	0	3 806 417
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE NA RAM		TOTAL	893 547	1 080 148	1 081 833	1 183 591	1 179 878	0	5 418 997
SE: SRAS N.º Projectos: 3		CAP. 50 O.R.	426 054	687 344	429 550	1 083 591	1 179 878	0	3 806 417
RISM - Rede Integrada da Saúde da Madeira (CHF)		TOTAL	152 797	561 148	498 833	900 000	900 000	0	3 012 778
COFIN - POP III - FEDER 2000-05		CAP. 50 O.R.	28 377	168 344	149 650	900 000	900 000	0	2 146 371
RISM - Rede Integrada de Saúde da Madeira (CRS)		TOTAL	740 750	519 000	433 000	283 591	279 878	0	2 256 219
COFIN - POP III - FEDER 2000-05		CAP. 50 O.R.	397 677	519 000	129 900	183 591	279 878	0	1 510 046
N Gestão Informática da Prescrição de Medicamentos (CRS) 2003-03		TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	3 385 969	1 485 386	4 420 000	3 896 995	0	0	13 188 350
		CAP. 50 O.R.	3 263 650	1 485 386	3 315 000	2 451 995	0	0	10 516 031
PROTECÇÃO CIVIL		TOTAL	138 795	412 971	1 675 000	2 650 000	0	0	4 876 766
SE: SRPC N.º Projectos: 5		CAP. 50 O.R.	16 476	412 971	570 000	1 205 000	0	0	2 204 447
Aquisição de Equipamento de Socorro 2000-04		TOTAL	126 505	403 570	250 000	400 000	0	0	1 180 075
		CAP. 50 O.R.	10 091	403 570	250 000	400 000	0	0	1 063 661
Construção do Campo Escola 2000-04		TOTAL	0	0	100 000	500 000	0	0	600 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	500 000	0	0	600 000
Desenvolvimento de Estudos Técnicos 2000-04		TOTAL	12 290	9 401	25 000	50 000	0	0	96 691
		CAP. 50 O.R.	6 385	9 401	25 000	50 000	0	0	90 786
N SICOSEDMA - Sistema Integrado de Comunicações de Segurança, de Emergência e Defesa da Madeira 2003-04		TOTAL	0	0	1 100 000	900 000	0	0	2 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	165 000	135 000	0	0	300 000
N SEMAR - CAM (Socorro Costeiro) 2003-04		TOTAL	0	0	200 000	800 000	0	0	1 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	120 000	0	0	150 000
APOIO AO SOCORRO E EMERGÊNCIA		TOTAL	3 247 174	1 072 415	2 745 000	1 246 995	0	0	8 311 584
SE: GS N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	3 247 174	1 072 415	2 745 000	1 246 995	0	0	6 311 584
Apoio à Construção de Quartéis de Bombeiros 1998-04		TOTAL	3 247 174	1 072 415	1 245 000	1 246 995	0	0	6 811 584
		CAP. 50 O.R.	3 247 174	1 072 415	1 245 000	1 246 995	0	0	6 811 584
N Apoio às Associações de Bombeiros 2003-03		TOTAL	0	0	1 500 000	0	0	0	1 500 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 500 000	0	0	0	1 500 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

FIDAR 2003

175

QUADRO III - 6

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO FIDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	207 482 681	74 268 905	73 112 407	67 230 483	58 219 196	69 021 844	549 335 516
	CAP. 50 O.R.	102 983 614	45 410 148	45 869 818	38 351 704	26 810 761	31 670 270	291 096 315
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	207 482 681	74 268 905	70 935 412	64 060 106	55 604 206	66 382 654	538 733 964
	CAP. 50 O.R.	102 983 614	45 410 148	45 024 818	36 521 822	25 545 616	30 401 495	285 887 513
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	2 176 995	3 170 377	2 614 990	2 639 190	10 601 552
	CAP. 50 O.R.	0	0	845 000	1 829 882	1 265 145	1 268 775	5 208 802
SECTOR: EDUCAÇÃO	TOTAL	18 202 009	7 416 296	6 280 000	12 776 652	8 254 407	12 316 149	65 245 513
	CAP. 50 O.R.	18 202 009	7 476 296	6 280 000	12 776 652	8 254 407	12 316 149	65 305 513
DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL ESCOLAR	TOTAL	5 290 885	4 406 771	3 360 000	4 793 250	3 483 434	7 719 755	29 054 095
SE: DRPRE N.º Projectos: 8	CAP. 50 O.R.	5 290 885	4 406 771	3 360 000	4 793 250	3 483 434	7 719 755	29 054 095
Apoio à Construção e Reapetrechamento de Escolas Particulares 1994-06	TOTAL	3 291 802	2 113 931	1 600 000	1 747 000	1 211 000	4 426 000	14 389 733
	CAP. 50 O.R.	3 291 802	2 113 931	1 600 000	1 747 000	1 211 000	4 426 000	14 389 733
Centro Coordenador da Rede Regional Escolar 1994-06	TOTAL	152 158	50 862	60 000	93 750	82 688	86 822	526 280
	CAP. 50 O.R.	152 158	50 862	60 000	93 750	82 688	86 822	526 280
Ampliação e Reapetrechamento de Estabelecimentos de 1.º Infância 1994-06	TOTAL	247 414	126 083	130 000	177 500	165 375	173 644	1 020 016
	CAP. 50 O.R.	247 414	126 083	130 000	177 500	165 375	173 644	1 020 016
Equipamento Escolar - Informático COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	960 046	1 328 505	900 000	1 900 000	1 390 871	1 410 000	7 889 422
	CAP. 50 O.R.	960 046	1 328 505	900 000	1 900 000	1 390 871	1 410 000	7 889 422
Equipamento Escolar - Laboratórios Científicos COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	255 719	311 243	250 000	380 000	297 500	298 245	1 792 707
	CAP. 50 O.R.	255 719	311 243	250 000	380 000	297 500	298 245	1 792 707
Equipamento Escolar Básico COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	242 930	200 249	220 000	249 000	214 000	100 000	1 226 179
	CAP. 50 O.R.	242 930	200 249	220 000	249 000	214 000	100 000	1 226 179
Equipamento Escolar Técnico COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	140 816	105 898	50 000	186 000	122 000	1 225 044	1 829 758
	CAP. 50 O.R.	140 816	105 898	50 000	186 000	122 000	1 225 044	1 829 758
Redimensionamento, Modernização e Ampliação de Infra-estruturas Escolares de 1.º Ciclo e Educação Pré-escolar 2001-03	TOTAL	0	170 000	150 000	60 000	0	0	380 000
	CAP. 50 O.R.	0	170 000	150 000	60 000	0	0	380 000
EDUCAÇÃO DIGITAL	TOTAL	65 826	1 321 000	850 000	2 657 015	1 670 973	1 496 394	8 061 208
SE: DRPRE N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	65 826	1 321 000	850 000	2 657 015	1 670 973	1 496 394	8 061 208
REI XXI - Rede Escolar Escolar Integrada Séc XXI COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	65 826	719 079	600 000	1 756 055	1 371 694	1 296 875	5 809 529
	CAP. 50 O.R.	65 826	719 079	600 000	1 756 055	1 371 694	1 296 875	5 809 529
Madeira - EDU - Sítio da Educação COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	0	601 921	250 000	900 960	299 279	199 519	2 251 679
	CAP. 50 O.R.	0	601 921	250 000	900 960	299 279	199 519	2 251 679
CENTRO DE AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA ESCOLARES	TOTAL	0	0	150 000	336 387	0	0	486 387
SE: DRE N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	336 387	0	0	486 387
N Centro de Audiovisuais e Multimédia Escolares COFIN - INTERREG III-B 2003-04	TOTAL	0	0	150 000	336 387	0	0	486 387
	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	336 387	0	0	486 387



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

176

QUADRO III - 6

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
FORMAÇÃO DE PROFESSORES		TOTAL	1 160 703	192 273	250 000	0	0	0	1 602 976
SE: DRE	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 160 703	192 273	250 000	0	0	0	1 602 976
Metodologias		TOTAL	382 339	55 351	50 000	0	0	0	487 690
COFIN - POP III - FSE 1996-03		CAP. 50 O.R.	382 339	55 351	50 000	0	0	0	487 690
Áreas Técnicas e Tecnológicas		TOTAL	330 623	47 138	100 000	0	0	0	477 761
COFIN - POP III - FSE 1995-03		CAP. 50 O.R.	330 623	47 138	100 000	0	0	0	477 761
Projectos de Inovação Educacional		TOTAL	447 741	89 784	100 000	0	0	0	637 525
COFIN - POP III - FSE 1996-03		CAP. 50 O.R.	447 741	89 784	100 000	0	0	0	637 525
EDUCAÇÃO PERMANENTE		TOTAL	398 450	59 856	210 000	0	0	0	668 306
SE: DRE	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	398 450	59 856	210 000	0	0	0	668 306
Ações de Educação Permanente		TOTAL	398 450	59 856	210 000	0	0	0	668 306
COFIN - POP III - FSE 1989-03		CAP. 50 O.R.	398 450	59 856	210 000	0	0	0	668 306
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL		TOTAL	1 298 226	199 520	210 000	840 000	525 000	525 000	3 597 746
SE: DREER	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 298 226	199 520	210 000	840 000	525 000	525 000	3 597 746
Formação Profissional de Pessoal Docente e Técnico		TOTAL	955 043	149 640	150 000	650 000	400 000	400 000	2 704 683
COFIN - POP III - FSE 1994-06		CAP. 50 O.R.	955 043	149 640	150 000	650 000	400 000	400 000	2 704 683
Formação Contínua		TOTAL	163 072	24 940	30 000	120 000	75 000	75 000	488 012
1994-06		CAP. 50 O.R.	163 072	24 940	30 000	120 000	75 000	75 000	488 012
Programa Regional de Apoio aos Sobredotados		TOTAL	180 111	24 940	30 000	70 000	50 000	50 000	405 051
COFIN - POP III - FSE 1997-06		CAP. 50 O.R.	180 111	24 940	30 000	70 000	50 000	50 000	405 051
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES		TOTAL	6 355 857	738 077	750 000	1 950 000	1 350 000	1 350 000	12 493 934
SE: DREER	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	6 355 857	798 077	750 000	1 950 000	1 350 000	1 350 000	12 553 934
Formação Pré-Profissional de Deficientes		TOTAL	347 208	49 880	50 000	150 000	100 000	100 000	797 088
1989-06		CAP. 50 O.R.	347 208	49 880	50 000	150 000	100 000	100 000	797 088
Formação Profissional de Deficientes		TOTAL	4 777 571	432 157	500 000	1 500 000	1 000 000	1 000 000	9 209 728
COFIN - POP III - FSE 1994-06		CAP. 50 O.R.	4 777 571	492 157	500 000	1 500 000	1 000 000	1 000 000	9 269 728
Integração Profissional de Deficientes		TOTAL	1 231 078	256 040	200 000	300 000	250 000	250 000	2 487 118
COFIN - POP III - FSE 1994-06		CAP. 50 O.R.	1 231 078	256 040	200 000	300 000	250 000	250 000	2 487 118
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES		TOTAL	3 632 062	498 799	500 000	2 200 000	1 225 000	1 225 000	9 280 861
SE: DREER	N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	3 632 062	498 799	500 000	2 200 000	1 225 000	1 225 000	9 280 861
Instalação de Centros Psico-Pedagógicos		TOTAL	1 191 643	99 760	100 000	400 000	250 000	250 000	2 291 403
1994-06		CAP. 50 O.R.	1 191 643	99 760	100 000	400 000	250 000	250 000	2 291 403
Equipamento de Estabelecimentos de Ensino e de Apoio		TOTAL	2 333 940	258 902	200 000	1 050 000	500 000	500 000	4 842 842
1987-06		CAP. 50 O.R.	2 333 940	258 902	200 000	1 050 000	500 000	500 000	4 842 842
Adaptações Habitacionais		TOTAL	46 623	15 437	30 000	170 000	100 000	100 000	462 060
1997-06		CAP. 50 O.R.	46 623	15 437	30 000	170 000	100 000	100 000	462 060



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

177

QUADRO III - 6

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Instalação de Centros de Actividades Ocupacionais 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	59 856 59 856	122 201 122 201	120 000 120 000	130 000 130 000	125 000 125 000	125 000 125 000	682 057 682 057
Criação de Centros de Emprego Protegido 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	2 499 2 499	50 000 50 000	450 000 450 000	250 000 250 000	250 000 250 000	1 002 499 1 002 499
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	139 129 533 34 630 466	33 038 939 6 908 304	30 172 000 6 750 000	41 438 274 15 451 994	41 299 656 12 046 317	48 312 140 13 931 644	333 390 542 90 518 725
IMPLEMENTAÇÃO, CONTROLO E AVALIAÇÃO DE ACÇÕES FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: DRFP N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	21 623 906 21 623 906	2 590 043 2 590 043	2 400 000 2 400 000	5 580 766 5 580 766	3 990 383 3 990 383	3 990 383 3 990 383	40 175 481 40 175 481
Implementação, Controlo e Avaliação de Acções de Formação Profissional COFIN - POP III - FSE 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	21 623 906 21 623 906	2 590 043 2 590 043	2 400 000 2 400 000	5 580 766 5 580 766	3 990 383 3 990 383	3 990 383 3 990 383	40 175 481 40 175 481
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTRÉM SE: Fundo Autónomo FSE N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	102 480 023 305 075	25 608 749 14 944	22 772 000 15 000	25 050 620 17 920	27 552 430 16 460	32 757 960 29 928	236 221 782 399 327
Programas por Iniciativa de Outrém COFIN - POP III - FSE 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	102 480 023 305 075	25 608 749 14 944	22 772 000 15 000	25 050 620 17 920	27 552 430 16 460	32 757 960 29 928	236 221 782 399 327
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA PROFISSIONAL DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA SE: EPHTM N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 292 321 10 797 189	3 101 825 3 101 825	3 180 000 3 180 000	8 402 065 8 402 065	7 453 541 7 453 541	8 198 895 8 198 895	42 628 647 41 133 515
Acções de Formação Profissional na EHTM para Jovens Fora do Sistema de Ensino COFIN - POP III - FSE 1999-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 292 321 10 797 189	3 101 825 3 101 825	3 150 000 3 150 000	8 372 065 8 372 065	7 453 541 7 453 541	8 198 895 8 198 895	42 568 647 41 073 515
N Programa Operativo Interreg III B COFIN - INTERREG III-B 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	30 000 30 000	30 000 30 000	0 0	0 0	60 000 60 000
PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO SE: SRE N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 112 578 283 591	542 274 5 444	740 000 175 000	1 123 439 269 859	1 073 692 256 323	2 050 592 498 128	6 642 575 1 488 345
Programa "Leonardo da Vinci" COFIN - POP III - FSE 1995-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	346 340 89 873	139 567 4 892	160 000 40 000	254 800 63 700	239 004 59 751	478 008 119 502	1 617 719 377 718
Programa de Iniciativa Comunitária Emprego - Equal COFIN - POP III - FSE 1996-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	509 926 137 334	267 640 160	320 000 80 000	503 839 125 959	474 684 118 671	949 376 237 344	3 025 465 699 468
Outros Programas Comunitários COFIN - POP III - FSE 1996-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	256 312 56 384	135 067 392	160 000 40 000	254 800 63 700	239 004 59 751	478 008 119 502	1 523 191 339 729
N Outros Programas Comunitários COFIN - Interreg III B 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 15 000	110 000 16 500	121 000 18 150	145 200 21 780	476 200 71 430
FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: DRFP N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	178 488 178 488	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	328 488 328 488
Construção de Infra-estruturas para Formação Profissional COFIN - POP III - FSE 2001-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	178 488 178 488	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	328 488 328 488



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

178

QUADRO III - 6

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POPRAM III - COMPONENTE FSE SE: DIRFP N.º Projectos: 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 415 270 1 415 270	397 759 397 759	230 000 230 000	511 384 511 384	382 610 382 610	382 610 382 610	3 319 633 3 319 633
Monitorização do Subprograma COFIN - POP III - FSE 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	530 906 530 906	199 519 199 519	100 000 100 000	323 836 323 836	223 836 223 836	223 836 223 836	1 601 933 1 601 933
Funcionamento da Comissão de Gestão COFIN - POP III - FSE 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	309 539 309 539	99 760 99 760	90 000 90 000	114 508 114 508	102 254 102 254	102 254 102 254	818 315 818 315
Estudos, Publicidade e Promoção COFIN - POP III - FSE 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	574 825 574 825	98 480 98 480	40 000 40 000	73 040 73 040	56 520 56 520	56 520 56 520	899 385 899 385
AÇÕES A REALIZAR NO ÂMBITO DO CONSERVATÓRIO ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA SE: CEPAM N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	205 435 205 435	619 801 619 801	700 000 600 000	770 000 670 000	847 000 747 000	931 700 831 700	4 073 936 3 673 936
Ações de Formação no Âmbito do CEPAM 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	205 435 205 435	619 801 619 801	700 000 600 000	770 000 670 000	847 000 747 000	931 700 831 700	4 073 936 3 673 936
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL CAP. 50 O.R.	49 097 105 49 097 105	24 819 028 24 819 028	28 324 318 28 324 318	0 0	0 0	0 0	102 240 451 102 240 451
AÇÕES DE FOMENTO DESPORTIVO SE: IDRAM N.º Projectos: 9	TOTAL CAP. 50 O.R.	49 097 105 49 097 105	24 819 028 24 819 028	28 324 318 28 324 318	0 0	0 0	0 0	102 240 451 102 240 451
Apoio aos Clubes Participantes em Competição Nacional e Internacional de Futebol (I e II Liga) e Campeonato da Liga de Clubes de Basquetebol Masculino 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	17 511 472 17 511 472	5 719 965 5 719 965	8 167 276 8 167 276	0 0	0 0	0 0	31 398 713 31 398 713
Promoção e Desenvolvimento das Modalidades Desportivas Amadoras 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	14 075 342 14 075 342	7 174 413 7 174 413	7 173 452 7 173 452	0 0	0 0	0 0	28 423 207 28 423 207
Apoio aos Transportes Aéreos e Marítimos Inerentes à Competição Nacional e Internacional 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 234 187 5 234 187	2 877 208 2 877 208	3 000 000 3 000 000	0 0	0 0	0 0	11 111 395 11 111 395
Apoio aos Atletas de Alta Competição, Clubes em Competição Regional, Recreação e Lazer e Organização de Eventos Desportivos 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 722 238 4 722 238	4 147 005 4 147 005	4 320 194 4 320 194	0 0	0 0	0 0	13 189 437 13 189 437
Apoio a Obras de Melhoramento das Infra-estruturas do IDRAM 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 457 716 5 457 716	683 940 683 940	320 000 320 000	0 0	0 0	0 0	6 461 656 6 461 656
Apetrechamento de Infra-estruturas Desportivas 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	909 629 909 629	196 387 196 387	250 000 250 000	0 0	0 0	0 0	1 356 016 1 356 016
Construção de Infra-estruturas e Arrelvamentos de Campos de Futebol 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	187 047 187 047	24 219 24 219	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	361 266 361 266
Apoio à Construção de Infra-estruturas Desportivas por Clubes/Associações 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	313 627 313 627	3 943 396 3 943 396	4 940 896 4 940 896	0 0	0 0	0 0	9 197 919 9 197 919
Participação no Capital de Sociedades Anónimas Desportivas 1991-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	685 847 685 847	52 495 52 495	2 500 2 500	0 0	0 0	0 0	740 842 740 842



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

179

QUADRO III - 6

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
SECTOR: CULTURA	TOTAL	236 151	49 880	100 000	0	0	0	386 031
	CAP. 50 O.R.	236 151	49 880	100 000	0	0	0	386 031
EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES	TOTAL	236 151	49 880	100 000	0	0	0	386 031
SE: DRE	CAP. 50 O.R.	236 151	49 880	100 000	0	0	0	386 031
N.º Projectos: 1								
Edição de Publicações 1988-03	TOTAL	236 151	49 880	100 000	0	0	0	386 031
	CAP. 50 O.R.	236 151	49 880	100 000	0	0	0	386 031
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	687 343	6 354 025	3 545 387	6 225 917	3 567 149	3 586 145	23 965 966
	CAP. 50 O.R.	687 343	4 536 986	2 410 500	5 602 090	2 927 725	2 930 739	19 095 383
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	TOTAL	687 343	6 354 025	3 495 387	6 225 917	3 567 149	3 586 145	23 915 966
SE: SRE	CAP. 50 O.R.	687 343	4 536 986	2 360 500	5 602 090	2 927 725	2 930 739	19 045 383
N.º Projectos: 9								
Info - Acesso (NESI)	TOTAL	0	645 943	350 000	981 790	551 196	531 196	3 060 125
COFIN - POP III - FEDER - FSE 2000-06	CAP. 50 O.R.	0	645 943	350 000	981 790	551 196	531 196	3 060 125
Info-Conteúdos (NESI)	TOTAL	547 680	2 349 971	600 000	776 682	563 642	563 642	5 401 617
COFIN - POP III - FEDER - FSE 2000-06	CAP. 50 O.R.	547 680	2 349 971	600 000	776 682	563 642	563 642	5 401 617
Info-Escola Conectiva (NESI)	TOTAL	139 663	0	400 000	2 911 734	863 519	863 519	5 178 435
COFIN - POP III - FEDER 2000-06	CAP. 50 O.R.	139 663	0	400 000	2 911 734	863 519	863 519	5 178 435
Formação do Pessoal do NESI	TOTAL	0	9 976	5 000	14 952	9 976	9 976	49 880
COFIN - POP III - FSE 2002-06	CAP. 50 O.R.	0	9 976	5 000	14 952	9 976	9 976	49 880
Criação de Infocentros (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	247 728	319 585	0	0	0	567 313
COFIN - POP III - FEDER 2002-03	CAP. 50 O.R.	0	135 126	130 000	0	0	0	265 126
Fomento da Utilização de PC e Internet - "Uma Família um Computador" (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	2 191 504	1 358 613	1 540 759	1 578 816	1 617 812	8 287 504
COFIN - POP III - FEDER 2002-06	CAP. 50 O.R.	0	873 635	750 000	916 932	939 392	962 406	4 442 365
Fomento da Utilização de PCs e Internet - Cidadãos com Necessidades Especiais (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	154 073	122 290	0	0	0	276 363
COFIN - POP III - FEDER 2002-03	CAP. 50 O.R.	0	66 783	35 000	0	0	0	101 783
Fomento da Utilização de PC e Internet - Telecomunicações (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	95 552	339 399	0	0	0	434 951
COFIN - POP III - FEDER 2002-03	CAP. 50 O.R.	0	95 552	90 000	0	0	0	185 552
Fomento da Utilização de PC e Internet - Um Computador para todos (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	659 278	500	0	0	0	659 778
COFIN - POP III - FEDER 2002-03	CAP. 50 O.R.	0	360 000	500	0	0	0	360 500
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
SE: DRE	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
N.º Projectos: 1								
Tecnologias de Informação e Comunicação	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
COFIN - POP III - FSE 2003-03	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

181

QUADRO III - 6

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
N Espaço de Restauração e Congressos COFIN - POP III - FEDER 2003-03	TOTAL	0	0	300 000	0	0	0	300 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	0	0	0	300 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	130 540	164 604	90 000	50 000	10 000	0	445 144
	CAP. 50 O.R.	130 540	164 604	90 000	50 000	10 000	0	445 144
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO	TOTAL	130 540	164 604	90 000	50 000	10 000	0	445 144
SE: SRE N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	130 540	164 604	90 000	50 000	10 000	0	445 144
Acções de Formação no âmbito da DRAE COFIN - POP III - FSE 1998-03	TOTAL	130 156	74 820	50 000	0	0	0	254 976
	CAP. 50 O.R.	130 156	74 820	50 000	0	0	0	254 976
Formação Especializada de Inspectores de Educação (DIRE) COFIN - POP III - FSE 2001-05	TOTAL	384	89 784	40 000	50 000	10 000	0	190 168
	CAP. 50 O.R.	384	89 784	40 000	50 000	10 000	0	190 168



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

183

QUADRO III - 7

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	64 946 924	32 909 294	41 560 740	4 473 456	3 708 736	5 601 863	153 201 013
	CAP. 50 O.R.	64 946 924	32 909 294	39 364 649	2 755 247	1 911 966	3 776 563	145 664 843
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	64 946 924	32 909 294	41 077 140	4 449 456	3 708 736	5 601 863	152 693 413
	CAP. 50 O.R.	64 946 924	32 909 294	38 881 249	2 731 247	1 911 966	3 776 563	145 157 243
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	483 600	24 000	0	0	507 600
	CAP. 50 O.R.	0	0	483 600	24 000	0	0	507 600
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	751 719	4 016 459	4 042 128	3 335 946	3 489 264	5 382 391	21 017 907
	CAP. 50 O.R.	751 719	4 016 459	1 846 237	1 617 737	1 692 494	3 557 091	13 481 737
PROJECTOS DE INFORMAÇÃO REGIONAL	TOTAL	0	7 108	72 711	79 227	97 510	0	256 556
SE: SRPF N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	0	7 108	72 711	79 227	97 510	0	256 556
Base de Dados de Legislação (DRI) 1999-03	TOTAL	0	7 108	7 482	0	0	0	14 590
	CAP. 50 O.R.	0	7 108	7 482	0	0	0	14 590
Sistema Integrado de Contas Regionais nos Arquipélagos Atlânticos (DRE) COFIN - POP III - FEDER 2002-05	TOTAL	0	0	40 629	79 227	97 510	0	217 366
	CAP. 50 O.R.	0	0	40 629	79 227	97 510	0	217 366
N Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (DRE) COFIN - POP III - FEDER 2003-03	TOTAL	0	0	24 600	0	0	0	24 600
	CAP. 50 O.R.	0	0	24 600	0	0	0	24 600
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL	TOTAL	0	0	24 000	24 000	0	0	48 000
SE: DRE N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	24 000	24 000	0	0	48 000
N Ultraperiferia e Coesão Económica, Social e Territorial COFIN - POP III - FEDER 2003-04	TOTAL	0	0	24 000	24 000	0	0	48 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	24 000	24 000	0	0	48 000
MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDÓGENA	TOTAL	0	356 775	200 000	0	0	0	556 775
SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	356 775	200 000	0	0	0	556 775
Apoio ao Associativismo no Âmbito do Desenvolvimento 2002-03	TOTAL	0	356 775	200 000	0	0	0	556 775
	CAP. 50 O.R.	0	356 775	200 000	0	0	0	556 775
GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS 2000 - 2006 (POPRAM III)	TOTAL	538 257	2 963 016	2 999 934	2 195 210	2 307 439	2 348 196	13 352 052
SE: IFC N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	538 257	2 963 016	899 980	658 563	692 232	704 459	6 456 507
Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	275 496	1 347 399	1 903 414	1 978 233	2 152 812	2 193 569	9 850 923
	CAP. 50 O.R.	275 496	1 347 399	571 024	593 470	645 844	658 071	4 091 303
Estudos, Informação e Publicidade COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL	231 806	224 000	176 200	187 049	124 699	124 699	1 068 453
	CAP. 50 O.R.	231 806	224 000	52 860	56 115	37 410	37 410	639 600
Sistema de Informação COFIN - POP III - FEDER 2001-06	TOTAL	30 955	1 391 617	920 320	29 928	29 928	29 928	2 432 676
	CAP. 50 O.R.	30 955	1 391 617	276 096	8 978	8 978	8 978	1 725 603
GESTÃO A ACOMPANHAMENTO DO REGIME DE INCENTIVOS ÀS MICROEMPRESAS	TOTAL	181 085	25 651	17 001	0	0	0	223 737
SE: IFC N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	181 085	25 651	17 001	0	0	0	223 737
Regime de Incentivos às Microempresas 1998-03	TOTAL	181 085	25 651	17 001	0	0	0	223 737
	CAP. 50 O.R.	181 085	25 651	17 001	0	0	0	223 737

QUADRO III - 7

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DIVERSAS E REDES DE COOPERAÇÃO SE: IFC N.º Projectos: 1	TOTAL	0	236 800	88 482	259 375	259 375	259 375	1 103 407
	CAP. 50 O.R.	0	236 800	26 545	77 813	77 813	77 813	496 782
Acções de Acompanhamento Diversas e Redes de Cooperação COFIN 2002-06		TOTAL	0	236 800	88 482	259 375	259 375	1 103 407
		CAP. 50 O.R.	0	236 800	26 545	77 813	77 813	496 782
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SE: IFC N.º Projectos: 1	TOTAL	16 006	46 899	40 000	48 134	24 940	74 820	250 799
	CAP. 50 O.R.	16 006	46 899	6 000	48 134	24 940	74 820	216 799
No Âmbito do Fundo de Coesão COFIN 1998-06		TOTAL	16 006	46 899	40 000	48 134	24 940	250 799
		CAP. 50 O.R.	16 006	46 899	6 000	48 134	24 940	216 799
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL	16 371	380 210	600 000	730 000	800 000	2 700 000	5 226 581
	CAP. 50 O.R.	16 371	380 210	600 000	730 000	800 000	2 700 000	5 226 581
No Âmbito do Programa INTERREG III B - Espaço Madeira, Açores e Canárias COFIN - POP III - FEDER 2001-06		TOTAL	16 371	380 210	600 000	730 000	800 000	5 226 581
		CAP. 50 O.R.	16 371	380 210	600 000	730 000	800 000	5 226 581
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	645 853	1 792 717	1 782 522	1 137 510	219 472	5 797 546
		CAP. 50 O.R.	645 853	1 792 717	1 782 522	1 137 510	219 472	5 797 546
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS SE: SRPF N.º Projectos: 2	TOTAL	85 079	0	45 000	0	0	0	130 079
	CAP. 50 O.R.	85 079	0	45 000	0	0	0	130 079
Formação e Aperfeiçoamento Profissional do Pessoal Afecto a GS, DRE, DRI e DRPF 1998-03		TOTAL	85 079	0	40 000	0	0	125 079
		CAP. 50 O.R.	85 079	0	40 000	0	0	125 079
N Formação e Aperfeiçoamento Profissional do Pessoal Afecto à Inspeção Regional de Finanças COFIN - POP III - FSE 2003-03		TOTAL	0	0	5 000	0	0	5 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	5 000
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL SE: DRIJ N.º Projectos: 1	TOTAL	70 176	120 000	100 000	0	0	0	290 176
	CAP. 50 O.R.	70 176	120 000	100 000	0	0	0	290 176
No Domínio da Informática COFIN - POP III - FSE 1998-03		TOTAL	70 176	120 000	100 000	0	0	290 176
		CAP. 50 O.R.	70 176	120 000	100 000	0	0	290 176
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIRECÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA SE: DRI N.º Projectos: 4	TOTAL	490 598	1 672 717	1 207 522	1 137 510	219 472	219 472	4 947 291
	CAP. 50 O.R.	490 598	1 672 717	1 207 522	1 137 510	219 472	219 472	4 947 291
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos 1994-04		TOTAL	406 012	1 041 291	838 230	838 230	0	3 123 763
		CAP. 50 O.R.	406 012	1 041 291	838 230	838 230	0	3 123 763
GEDAP - Gestão Electrónica de Documentos da Administração Pública COFIN - POP III - FEDER 2000-03		TOTAL	0	332 896	99 760	0	0	432 656
		CAP. 50 O.R.	0	332 896	99 760	0	0	432 656
RIGRAM - Rede Integrada do Governo Regional da RAM COFIN - POP III - FEDER 2000-06		TOTAL	73 862	189 543	149 532	164 604	114 724	806 989
		CAP. 50 O.R.	73 862	189 543	149 532	164 604	114 724	806 989



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

185

QUADRO III - 7

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
SEG - Serviço Electrónico do Governo COFIN - POP III - FEDER 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 724 10 724	108 987 108 987	120 000 120 000	134 676 134 676	104 748 104 748	104 748 104 748	583 883 583 883
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL SE: DRI N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	430 000 430 000	0 0	0 0	0 0	430 000 430 000
N Remodelação e Ampliação das Instalações da DRI 2003-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	430 000 430 000	0 0	0 0	0 0	430 000 430 000
SECTOR: APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	TOTAL	63 549 352	27 100 118	35 736 090	0	0	0	126 385 560
	CAP. 50 O.R.	63 549 352	27 100 118	35 736 090	0	0	0	126 385 560
APOIO À CONSTRUÇÃO E RENOVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E RELIGIOSO SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 378 991 1 378 991	1 245 000 1 245 000	0 0	0 0	0 0	2 623 991 2 623 991
Apoio à Construção e Renovação do Património Religioso 2002-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 378 991 1 378 991	1 245 000 1 245 000	0 0	0 0	0 0	2 623 991 2 623 991
PROGRAMA DE COOPERAÇÃO COM A ADERAM SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	162 061 162 061	300 000 300 000	0 0	0 0	0 0	462 061 462 061
Programa de Cooperação com a ADERAM 2002-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	162 061 162 061	300 000 300 000	0 0	0 0	0 0	462 061 462 061
APOIO FINANCEIRO ÀS AUTARQUIAS LOCAIS SE: DRPF N.º Projectos: 11	TOTAL CAP. 50 O.R.	63 549 352 63 549 352	25 559 066 25 559 066	34 191 090 34 191 090	0 0	0 0	0 0	123 299 508 123 299 508
Câmara Municipal da Calheta	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 584 990 5 584 990	1 945 312 1 945 312	2 619 500 2 619 500	0 0	0 0	0 0	10 149 802 10 149 802
Câmara Municipal de Câmara de Lobos	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 559 088 6 559 088	3 895 202 3 895 202	5 325 000 5 325 000	0 0	0 0	0 0	15 779 290 15 779 290
Câmara Municipal do Funchal	TOTAL CAP. 50 O.R.	16 523 977 16 523 977	4 284 551 4 284 551	6 211 390 6 211 390	0 0	0 0	0 0	27 019 918 27 019 918
Câmara Municipal de Machico	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 637 987 4 637 987	2 311 562 2 311 562	3 711 100 3 711 100	0 0	0 0	0 0	10 660 649 10 660 649
Câmara Municipal da Ponta do Sol	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 643 330 4 643 330	1 770 733 1 770 733	2 050 000 2 050 000	0 0	0 0	0 0	8 464 063 8 464 063
Câmara Municipal do Porto Moniz	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 000 933 2 000 933	1 568 030 1 568 030	1 420 550 1 420 550	0 0	0 0	0 0	4 989 513 4 989 513
Câmara Municipal do Porto Santo	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 104 738 3 104 738	1 344 260 1 344 260	1 991 100 1 991 100	0 0	0 0	0 0	6 440 098 6 440 098
Câmara Municipal da Ribeira Brava	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 452 774 5 452 774	1 551 183 1 551 183	2 555 800 2 555 800	0 0	0 0	0 0	9 559 757 9 559 757
Câmara Municipal de Santana	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 601 974 3 601 974	1 799 532 1 799 532	2 274 000 2 274 000	0 0	0 0	0 0	7 675 506 7 675 506
Câmara Municipal de Santa Cruz	TOTAL CAP. 50 O.R.	7 370 562 7 370 562	3 486 195 3 486 195	3 985 000 3 985 000	0 0	0 0	0 0	14 841 757 14 841 757
Câmara Municipal de São Vicente	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 068 999 4 068 999	1 602 506 1 602 506	2 047 650 2 047 650	0 0	0 0	0 0	7 719 155 7 719 155



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

187

QUADRO III - B

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	283 553 473	89 140 106	131 836 515	107 743 660	84 784 690	58 964 525	766 022 969
		CAP. 50 O.R.	263 890 725	86 593 178	118 873 810	96 859 245	78 267 942	62 362 614	706 847 514
TOTAL DOS PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	283 553 473	89 140 106	124 106 254	100 757 378	82 403 248	67 454 083	747 414 542
		CAP. 50 O.R.	263 890 725	86 593 178	112 366 611	90 680 463	76 630 250	61 536 422	691 697 649
TOTAL DOS PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	7 730 261	6 986 282	2 381 442	1 510 442	18 608 427
		CAP. 50 O.R.	0	0	6 507 199	6 178 782	1 637 692	826 192	15 149 865
SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA		TOTAL	94 749 536	25 139 514	29 375 851	28 604 621	21 995 859	21 852 887	221 718 268
		CAP. 50 O.R.	84 103 217	23 019 557	24 141 918	22 449 123	15 904 111	15 675 976	185 293 902
APOIOS À AGRICULTURA MADEIRENSE		TOTAL	37 233 847	10 801 079	15 679 935	16 193 857	16 591 231	14 777 405	111 277 354
SE: DRA N.º Projectos: 5		CAP. 50 O.R.	27 467 149	8 850 713	11 145 502	10 583 359	10 980 733	9 166 907	78 194 363
Acções de Apoio à Agricultura Madeirense 1994-03		TOTAL	5 411 962	1 281 390	382 000	0	0	0	7 075 352
		CAP. 50 O.R.	5 411 962	1 281 390	382 000	0	0	0	7 075 352
Agricultura e Desenvolvimento Rural - Apoios no Âmbito do PAR COFIN - POP III - FEOGA-O 2001-06		TOTAL	90 223	3 880 799	7 815 810	5 610 497	5 610 497	5 610 497	28 618 323
		CAP. 50 O.R.	90 223	3 880 799	7 815 810	5 610 497	5 610 497	5 610 497	28 618 323
Comparticipação em Projectos da Administração Pública Regional no Âmbito do PAR COFIN - POP III - FEOGA-O 1997-06		TOTAL	31 731 662	2 600 488	5 334 433	7 480 664	7 480 664	7 480 664	62 108 575
		CAP. 50 O.R.	21 964 964	650 122	800 000	1 870 166	1 870 166	1 870 166	29 025 584
Plano de Desenvolvimento Agrícola e Rural - PDRU COFIN - PDRU - FEOGA-G 2002-06		TOTAL	0	781 866	400 000	1 202 696	1 500 070	1 686 244	5 570 876
		CAP. 50 O.R.	0	781 866	400 000	1 202 696	1 500 070	1 686 244	5 570 876
Reestruturação do Sector da Banana 2002-05		TOTAL	0	2 256 536	1 747 692	1 900 000	2 000 000	0	7 904 228
		CAP. 50 O.R.	0	2 256 536	1 747 692	1 900 000	2 000 000	0	7 904 228
ORIENTAÇÃO, FOMENTO E MELHORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL		TOTAL	14 202 771	2 788 206	1 755 000	766 948	317 973	329 548	20 160 446
SE: DRA N.º Projectos: 8		CAP. 50 O.R.	14 202 771	2 788 206	1 755 000	766 948	317 973	329 548	20 160 446
Planos de Desenvolvimento Agrícola 1976-03		TOTAL	9 928 088	1 317 354	750 000	0	0	0	11 995 442
		CAP. 50 O.R.	9 928 088	1 317 354	750 000	0	0	0	11 995 442
Campanha de Calagens 1990-03		TOTAL	1 105 960	165 938	100 000	0	0	0	1 371 898
		CAP. 50 O.R.	1 105 960	165 938	100 000	0	0	0	1 371 898
Inspeção Fitossanitária 1990-04		TOTAL	788 774	274 338	100 000	165 000	0	0	1 328 112
		CAP. 50 O.R.	788 774	274 338	100 000	165 000	0	0	1 328 112
Campanha de Desratização 1996-03		TOTAL	1 198 497	922 776	600 000	0	0	0	2 721 273
		CAP. 50 O.R.	1 198 497	922 776	600 000	0	0	0	2 721 273
Poseima - Medidas Agrícolas (R. n.º 1453/01) 1993-06		TOTAL	957 183	3 385	100 000	541 948	252 973	264 548	2 120 037
		CAP. 50 O.R.	957 183	3 385	100 000	541 948	252 973	264 548	2 120 037
Campanha de Desinfestação de Solos 1997-03		TOTAL	51 281	49 880	30 000	0	0	0	131 161
		CAP. 50 O.R.	51 281	49 880	30 000	0	0	0	131 161
Reestruturação da Vinha na RAM (IVM) 1993-03		TOTAL	172 988	29 596	50 000	0	0	0	252 584
		CAP. 50 O.R.	172 988	29 596	50 000	0	0	0	252 584
Protecção Integrada contra Pragas das Tipuanas e Jacarandás 2002-06		TOTAL	0	24 939	25 000	60 000	65 000	65 000	239 939
		CAP. 50 O.R.	0	24 939	25 000	60 000	65 000	65 000	239 939



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

188

QUADRO III - 8

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE APROVISIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE REGA SE: DRA N.º Projectos: 2	TOTAL	2 427 315	1 045 508	920 000	0	0	0	5 192 823
	CAP. 50 O.R.	2 427 315	1 045 508	920 000	0	0	0	5 192 823
Cobertura ou Resguardo de Tanques 1990-03	TOTAL	171 028	99 760	20 000	0	0	0	290 788
	CAP. 50 O.R.	171 028	99 760	20 000	0	0	0	290 788
Obras de Hidráulica Agrícola 1994-03	TOTAL	2 256 287	1 745 748	900 000	0	0	0	4 902 035
	CAP. 50 O.R.	2 256 287	1 745 748	900 000	0	0	0	4 902 035
APETRECHAMENTO ESPECIAL DOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS SE: SRARIN N.º Projectos: 2	TOTAL	6 508 589	467 152	740 000	0	0	0	7 715 741
	CAP. 50 O.R.	6 508 589	467 152	740 000	0	0	0	7 715 741
Mecanização Agrícola (DRA) 1989-03	TOTAL	6 064 724	314 223	600 000	0	0	0	6 978 947
	CAP. 50 O.R.	6 064 724	314 223	600 000	0	0	0	6 978 947
Centros de Formação Agrária 1994-03	TOTAL	443 865	152 929	140 000	0	0	0	736 794
	CAP. 50 O.R.	443 865	152 929	140 000	0	0	0	736 794
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS SE: DRF N.º Projectos: 12	TOTAL	7 213 088	1 516 758	1 671 500	197 500	0	0	10 598 846
	CAP. 50 O.R.	7 213 088	1 516 758	1 671 500	197 500	0	0	10 598 846
Plano de Repovoamento Florestal e Correção Torrencial 1988-03	TOTAL	4 201 724	498 949	803 000	0	0	0	5 503 673
	CAP. 50 O.R.	4 201 724	498 949	803 000	0	0	0	5 503 673
Recuperação de Espaços Verdes no Jardim Botânico 1994-03	TOTAL	455 757	97 923	105 000	0	0	0	658 680
	CAP. 50 O.R.	455 757	97 923	105 000	0	0	0	658 680
Controlo Sanitário de Povoamentos Florestais da RAM 2001-04	TOTAL	0	0	1 000	58 000	0	0	59 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 000	58 000	0	0	59 000
Medidas de Acompanhamento - Agro-ambientais COFIN - FEOGA-G 1995-04	TOTAL	214 488	65 445	22 000	93 000	0	0	394 933
	CAP. 50 O.R.	214 488	65 445	22 000	93 000	0	0	394 933
Recuperação e Sinalização de Veredas 1997-03	TOTAL	200 886	157 593	125 000	0	0	0	483 479
	CAP. 50 O.R.	200 886	157 593	125 000	0	0	0	483 479
Racionalização do Regime Silvo-pastoril 1995-03	TOTAL	1 863 155	581 404	305 500	0	0	0	2 750 059
	CAP. 50 O.R.	1 863 155	581 404	305 500	0	0	0	2 750 059
Fomento Cinegético 1993-03	TOTAL	207 635	64 507	30 000	0	0	0	302 142
	CAP. 50 O.R.	207 635	64 507	30 000	0	0	0	302 142
Repopoamento Piscícola 1994-03	TOTAL	69 443	937	15 000	0	0	0	85 380
	CAP. 50 O.R.	69 443	937	15 000	0	0	0	85 380
Diversificação de Espécies Florestais e de Luta Contra a Desertificação na Ilha do Porto Santo 2002-04	TOTAL	0	50 000	5 000	46 500	0	0	101 500
	CAP. 50 O.R.	0	50 000	5 000	46 500	0	0	101 500
Melhoramento das Infra-estruturas Florestais e de Vigilância 2003-03	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
Operação Verde 2003-03	TOTAL	0	0	200 000	0	0	0	200 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	0	0	0	200 000
Inventário Florestal 2003-03	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

189

QUADRO III - B

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS SE: DRA N.º Projectos: 1	TOTAL	8 083 239	1 993 424	1 500 000	0	0	0	11 576 663
	CAP. 50 O.R.	8 083 239	1 993 424	1 500 000	0	0	0	11 576 663
Apoio às Casas do Povo 1988-03	TOTAL	8 083 239	1 993 424	1 500 000	0	0	0	11 576 663
	CAP. 50 O.R.	8 083 239	1 993 424	1 500 000	0	0	0	11 576 663
MELHORIA DAS ESTRUTURAS DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA SE: DR Pecuária N.º Projectos: 5	TOTAL	1 802 821	631 600	640 000	971 114	0	0	4 045 535
	CAP. 50 O.R.	1 802 821	631 600	640 000	971 114	0	0	4 045 535
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Bovinos e Cavalos 1995-04	TOTAL	1 135 474	400 000	400 000	570 000	0	0	2 505 474
	CAP. 50 O.R.	1 135 474	400 000	400 000	570 000	0	0	2 505 474
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Ovinos e Caprinos 1995-04	TOTAL	667 347	200 000	150 000	235 000	0	0	1 252 347
	CAP. 50 O.R.	667 347	200 000	150 000	235 000	0	0	1 252 347
Serviço de Apoio às Explorações de Ovinos 2001-04	TOTAL	0	3 000	20 000	6 000	0	0	29 000
	CAP. 50 O.R.	0	3 000	20 000	6 000	0	0	29 000
Instalação de Sistema de Rega no Centro de Ovinicultura 2001-04	TOTAL	0	4 300	50 000	160 114	0	0	214 414
	CAP. 50 O.R.	0	4 300	50 000	160 114	0	0	214 414
Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo 2002-03	TOTAL	0	24 300	20 000	0	0	0	44 300
	CAP. 50 O.R.	0	24 300	20 000	0	0	0	44 300
LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA SE: DR Pecuária N.º Projectos: 1	TOTAL	2 390 833	129 010	393 466	0	0	0	2 913 309
	CAP. 50 O.R.	2 390 833	129 010	393 466	0	0	0	2 913 309
Laboratório Regional de Veterinária 1994-03	TOTAL	2 390 833	129 010	393 466	0	0	0	2 913 309
	CAP. 50 O.R.	2 390 833	129 010	393 466	0	0	0	2 913 309
PROGRAMA DE RASTREIO E CONTROLO NO DOMÍNIO VETERINÁRIO SE: DR Pecuária N.º Projectos: 4	TOTAL	134 291	202 101	286 450	42 772	0	0	665 614
	CAP. 50 O.R.	134 291	202 101	286 450	42 772	0	0	665 614
Programa de rastreio de Zoonoses na RAM 1999-04	TOTAL	13 817	110 000	60 000	40 000	0	0	223 817
	CAP. 50 O.R.	13 817	110 000	60 000	40 000	0	0	223 817
Controlo de Carraças na Ilha do Porto Santo 2001-04	TOTAL	9 352	3 750	5 000	2 772	0	0	20 874
	CAP. 50 O.R.	9 352	3 750	5 000	2 772	0	0	20 874
Unidade Laboratorial para o Rastreio da BSE 2001-03	TOTAL	111 122	77 255	21 450	0	0	0	209 827
	CAP. 50 O.R.	111 122	77 255	21 450	0	0	0	209 827
PIF - Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Funchal 2001-03	TOTAL	0	11 096	200 000	0	0	0	211 096
	CAP. 50 O.R.	0	11 096	200 000	0	0	0	211 096
PROTECÇÃO DAS FLORESTAS SE: DRF N.º Projectos: 1	TOTAL	39 166	78 439	100 000	0	0	0	217 605
	CAP. 50 O.R.	39 166	78 439	100 000	0	0	0	217 605
Prevenção de Incêndios Florestais 1999-03	TOTAL	39 166	78 439	100 000	0	0	0	217 605
	CAP. 50 O.R.	39 166	78 439	100 000	0	0	0	217 605
VALORIZAÇÃO AGRO-INDUSTRIAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SE: DRA N.º Projectos: 1	TOTAL	0	0	500 000	0	0	0	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	0	0	0	500 000
Transformação de Banana e Outros Frutos COFIN - INTERREG III B 2003-03	TOTAL	0	0	500 000	0	0	0	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	0	0	0	500 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

190

QUADRO III - 8

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
PROGRAMAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DO VINHO MADEIRA		TOTAL	1 733 303	424 437	1 199 500	1 505 500	1 125 000	2 285 477	8 274 217
SE: IVM	N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	853 602	254 846	500 000	950 500	643 750	1 720 064	4 932 842
Plano Promocional do Vinho da Madeira		TOTAL	905 787	199 519	200 000	250 000	250 000	457 211	2 262 517
COFIN - POPRAM III - FEDER 1994-06		CAP. 50 O.R.	113 242	29 928	70 000	87 500	87 500	150 048	538 218
Redimensionamento do Laboratório do IVM 1996-06		TOTAL	204 772	34 916	35 000	50 000	50 000	315 000	689 688
		CAP. 50 O.R.	189 174	34 916	35 000	50 000	50 000	315 000	674 090
Beneficiação e Arranjo do Edifício Sede 1997-06		TOTAL	622 744	190 002	150 000	550 000	450 000	1 209 266	3 172 012
		CAP. 50 O.R.	551 266	190 002	150 000	550 000	450 000	1 209 266	3 100 534
N	Ampliação e Adaptação do Museu do IVM	TOTAL	0	0	670 000	450 000	375 000	305 000	1 800 000
COFIN - INTERREG III B 2003-06		CAP. 50 O.R.	0	0	100 500	67 500	56 250	45 750	270 000
N	Plano de Desenvolvimento Vitícola 2003-03	TOTAL	0	0	100 000	0	0	0	100 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	0	0	0	100 000
N	Cadastro Vitivinícola da RAM 2003-04	TOTAL	0	0	44 500	205 500	0	0	250 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	44 500	205 500	0	0	250 000
ORGANIZAÇÃO DE MERCADOS E SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS E SILVÍCOLAS		TOTAL	12 980 273	4 261 800	3 990 000	8 926 930	3 961 655	4 459 457	38 580 115
SE: SRARN	N.º Projectos: 10	CAP. 50 O.R.	12 980 273	4 261 800	3 990 000	8 926 930	3 961 655	4 459 457	38 580 115
Construção e Melhoria de Matadouros (DRA) 1989-04		TOTAL	3 261 894	994 296	700 000	1 130 550	0	0	6 086 740
		CAP. 50 O.R.	3 261 894	994 296	700 000	1 130 550	0	0	6 086 740
Mercado Abastecedor do Funchal (DRA) 1989-06		TOTAL	3 445 985	651 142	500 000	1 111 400	1 027 400	899 450	7 635 377
		CAP. 50 O.R.	3 445 985	651 142	500 000	1 111 400	1 027 400	899 450	7 635 377
Centrais de Acondicionamento e Armazenagem de Frutos e Produtos Hortícolas (DRA) 1992-06		TOTAL	4 762 762	2 165 990	600 000	1 517 750	2 214 775	2 828 401	14 089 678
		CAP. 50 O.R.	4 762 762	2 165 990	600 000	1 517 750	2 214 775	2 828 401	14 089 678
Adega de São Vicente (IVM) 1995-03		TOTAL	486 453	153 176	200 000	0	0	0	839 629
		CAP. 50 O.R.	486 453	153 176	200 000	0	0	0	839 629
Acções de Informação de Mercados Agrícolas e Promoção de Produtos Regionais (DRA) 1993-06		TOTAL	1 023 179	242 196	250 000	365 430	276 980	289 106	2 446 891
		CAP. 50 O.R.	1 023 179	242 196	250 000	365 430	276 980	289 106	2 446 891
Incentivos à Produção de Produtos Regionais (DRA) 1996-06		TOTAL	0	0	410 000	200 000	200 000	200 000	1 010 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	410 000	200 000	200 000	200 000	1 010 000
Mercados, Exposições e Feiras de Produtos Pecuários Regionais (DR Pecuária) 2001-06		TOTAL	0	0	75 000	242 500	242 500	242 500	802 500
		CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	242 500	242 500	242 500	802 500
Centro de Abate da Madeira (DRA) 2002-04		TOTAL	0	0	1 000 000	3 299 700	0	0	4 299 700
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	3 299 700	0	0	4 299 700
Organização de Mercados (DRA) 2002-04		TOTAL	0	55 000	55 000	229 600	0	0	339 600
		CAP. 50 O.R.	0	55 000	55 000	229 600	0	0	339 600
N	Unidade de Apoio ao Comércio Agrícola dos Canhas (DRA) 2003-04	TOTAL	0	0	200 000	830 000	0	0	1 030 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	830 000	0	0	1 030 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

191

QUADRO III - 8

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
SECTOR: PESCA	TOTAL	8 079 199	2 021 618	2 150 000	4 200 000	869 940	640 000	17 960 757
	CAP. 50 O.R.	8 079 199	2 021 618	2 150 000	4 200 000	869 940	640 000	17 960 757
APOIO À FROTA PESQUEIRA E À INDÚSTRIA	TOTAL	6 131 538	184 000	200 000	200 000	0	0	6 715 538
SE: DR Pescas N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	6 131 538	184 000	200 000	200 000	0	0	6 715 538
Apoio à Frota Pesqueira e à Indústria 1987-04	TOTAL	6 131 538	184 000	200 000	200 000	0	0	6 715 538
	CAP. 50 O.R.	6 131 538	184 000	200 000	200 000	0	0	6 715 538
EQUIPAMENTO DOS PORTOS DE PESCA	TOTAL	1 947 661	1 837 618	1 950 000	4 000 000	869 940	640 000	11 245 219
SE: DR Pescas N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	1 947 661	1 837 618	1 950 000	4 000 000	869 940	640 000	11 245 219
Lota do Funchal Construção, Maquinária e Equipamentos COFIN - POPRAM III - IFOP 1997-05	TOTAL	218 748	180 000	250 000	300 000	45 000	0	993 748
	CAP. 50 O.R.	218 748	180 000	250 000	300 000	45 000	0	993 748
Lota do Caniçal Construção, Maquinária e Equipamentos COFIN - POPRAM III - IFOP 1997-05	TOTAL	1 728 913	771 117	300 000	300 000	50 000	0	3 150 030
	CAP. 50 O.R.	1 728 913	771 117	300 000	300 000	50 000	0	3 150 030
Entrepasto Frigorífico do Porto Santo Construção, Maquinária e Equipamentos COFIN - POPRAM III - IFOP 2001-06	TOTAL	0	0	200 000	200 000	100 000	25 000	525 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	200 000	100 000	25 000	525 000
Modernização das Lotas COFIN - POPRAM III - IFOP 2002-05	TOTAL	0	200 000	150 000	150 000	24 940	0	524 940
	CAP. 50 O.R.	0	200 000	150 000	150 000	24 940	0	524 940
Modernização do Entrepasto Frigorífico do Porto Novo COFIN - POPRAM III - IFOP 2002-06	TOTAL	0	311 501	400 000	200 000	50 000	40 000	1 001 501
	CAP. 50 O.R.	0	311 501	400 000	200 000	50 000	40 000	1 001 501
Modernização do Entrepasto Frigorífico do Funchal COFIN - POPRAM III - IFOP 2002-06	TOTAL	0	375 000	250 000	250 000	100 000	75 000	1 050 000
	CAP. 50 O.R.	0	375 000	250 000	250 000	100 000	75 000	1 050 000
N Entrepasto Frigorífico do Caniçal COFIN - POPRAM III 2003-06	TOTAL	0	0	400 000	2 600 000	500 000	500 000	4 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	2 600 000	500 000	500 000	4 000 000
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	1 475 639	96 401	86 000	175 000	150 000	0	1 983 040
	CAP. 50 O.R.	1 475 639	96 401	86 000	175 000	150 000	0	1 983 040
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	1 475 639	96 401	86 000	175 000	150 000	0	1 983 040
SE: SRARN N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 475 639	96 401	86 000	175 000	150 000	0	1 983 040
Acções de Formação Profissional no Sector das Pescas COFIN - POP III - FSE 1995-05	TOTAL	1 475 639	70 000	50 000	150 000	150 000	0	1 895 639
	CAP. 50 O.R.	1 475 639	70 000	50 000	150 000	150 000	0	1 895 639
Formação Profissional no Sector da Pecuária COFIN - POP III - FSE 2000-04	TOTAL	0	26 401	25 000	25 000	0	0	76 401
	CAP. 50 O.R.	0	26 401	25 000	25 000	0	0	76 401
N Formação e Intercâmbio Técnico (DRF) 2003-03	TOTAL	0	0	11 000	0	0	0	11 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	11 000	0	0	0	11 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

192

QUADRO III - 8

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO		TOTAL	65 950 315	9 946 935	32 583 644	24 101 139	26 600 000	27 400 000	186 582 033
		CAP. 50 O.R.	57 289 930	9 946 935	25 955 794	20 047 222	26 600 000	27 400 000	167 239 881
PROMOÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DE HABITAÇÃO SOCIAL		TOTAL	65 950 315	9 946 935	32 583 644	24 101 139	26 600 000	27 400 000	186 582 033
SE: IHM N.º Projectos: 7		CAP. 50 O.R.	57 289 930	9 946 935	25 955 794	20 047 222	26 600 000	27 400 000	167 239 881
Construção / Aquisição / Grande Reparação de Fogos		TOTAL	30 668 160	5 680 361	18 793 095	14 288 710	15 000 000	15 500 000	99 930 326
COFIN - POP III - FEDER		CAP. 50 O.R.	27 543 076	5 680 361	12 165 245	10 234 793	15 000 000	15 500 000	86 123 475
1994-06									
Infra-estruturas Complementares à Habitação		TOTAL	1 670 654	177 536	683 834	227 585	250 000	250 000	3 259 609
COFIN - POP III - FEDER		CAP. 50 O.R.	1 179 053	177 536	683 834	227 585	250 000	250 000	2 768 008
1994-06									
Apoio a Municípios		TOTAL	17 600 443	1 262 281	3 570 461	2 618 887	3 800 000	3 800 000	32 652 072
1994-06		CAP. 50 O.R.	16 312 432	1 262 281	3 570 461	2 618 887	3 800 000	3 800 000	31 364 061
Habitação a Custos Controlados		TOTAL	3 143 499	1 091 736	3 546 879	4 654 512	4 700 000	5 000 000	22 136 626
1994-06		CAP. 50 O.R.	2 523 593	1 091 736	3 546 879	4 654 512	4 700 000	5 000 000	21 516 720
Apoio a Particulares		TOTAL	9 997 895	1 710 192	3 896 500	2 000 000	2 500 000	2 500 000	22 604 587
1994-06		CAP. 50 O.R.	7 844 200	1 710 192	3 896 500	2 000 000	2 500 000	2 500 000	20 450 892
Estudos e Projectos		TOTAL	72 016	0	40 000	0	0	0	112 016
1994-03		CAP. 50 O.R.	66 515	0	40 000	0	0	0	106 515
Aquisição de Terrenos		TOTAL	2 797 648	24 829	2 052 875	311 445	350 000	350 000	5 886 797
COFIN - POP III - FEDER		CAP. 50 O.R.	1 821 061	24 829	2 052 875	311 445	350 000	350 000	4 910 210
1994-06									
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE		TOTAL	94 624 967	48 628 770	62 758 740	46 895 862	34 390 372	18 588 252	305 886 963
		CAP. 50 O.R.	94 268 923	48 201 799	61 691 733	46 220 862	33 965 372	18 163 252	302 511 941
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E GESTÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS		TOTAL	1 679 379	1 935 013	2 594 281	2 726 949	1 261 442	1 280 442	11 477 506
SE: SRARN N.º Projectos: 25		CAP. 50 O.R.	1 323 335	1 508 042	1 527 274	2 051 949	836 442	855 442	8 102 484
Investigação da Fauna e da Flora (DRF)		TOTAL	24 750	22 471	5 762	0	0	0	52 983
1999-03		CAP. 50 O.R.	24 750	22 471	5 762	0	0	0	52 983
Conservação de Espécies Vegetais Prioritárias e Raras da Madeira		TOTAL	138 546	494 431	100 000	180 968	0	0	913 945
Reg. CE N.º 1973/92 (DRF)		CAP. 50 O.R.	138 546	494 431	100 000	180 968	0	0	913 945
COFIN - P. LIFE									
1999-04									
Recuperação da Floresta Laurissilva das Funduras		TOTAL	50 658	498 798	160 000	205 310	0	0	914 766
Reg. CE N.º 1973/92 (DRF)		CAP. 50 O.R.	50 658	498 798	160 000	205 310	0	0	914 766
COFIN - P. LIFE									
2000-04									
Centro de Informação da Conservação da Natureza - Protecção do Núcleo dos Dragoeiros das Neves (PNM)		TOTAL	424 512	39 904	25 000	100 000	300 000	300 000	1 189 416
1995-06		CAP. 50 O.R.	288 175	39 904	25 000	100 000	300 000	300 000	1 053 079
Medidas de Recuperação do Habitat Terrestre na Deserta Grande (PNM)		TOTAL	391 063	39 905	35 000	100 000	100 000	100 000	765 968
1996-06		CAP. 50 O.R.	364 172	39 905	35 000	100 000	100 000	100 000	739 077
Protecção e Recuperação da Laurissilva (PNM)		TOTAL	278 479	28 993	25 000	100 000	100 000	100 000	632 472
1998-06		CAP. 50 O.R.	256 976	28 993	25 000	100 000	100 000	100 000	610 969
Reserva Natural das Selvagens (PNM)		TOTAL	61 786	59 436	35 000	75 000	75 000	75 000	381 222
1998-06		CAP. 50 O.R.	42 822	59 436	35 000	75 000	75 000	75 000	362 258



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

194

QUADRO III - 8

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
N	OGAMP - Ordenamento e Gestão de Áreas Marinhas Protegidas (DR Ambiente) COFIN - INTERREG III B 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	14 500 14 500	500 500	0 0	0 0	15 000 15 000
	N	Planos de Gestão da Rede NATURA 2000 da RAM (DR Ambiente) 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	55 000 55 000	30 000 30 000	50 000 50 000
N	Ecofisiologia Comparada de Espécies Nativas e Invasoras nas Ilhas: Madeira, Canárias e Açores (DR Florestas) COFIN - INTERREG III B 2003-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	40 000 40 000
	AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL		TOTAL	0	4 901	709 500	86 500	0	0
	SE: SRARN N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	0	4 901	709 500	86 500	0	0	800 901
	Recuperação de Áreas com Riscos de Erosão 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	27 500 27 500	0 0	0 0	47 500 47 500
	Medidas de Valorização da Qualidade da Paisagem 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	4 901 4 901	20 000 20 000	59 000 59 000	0 0	0 0	83 901 83 901
	Tampão Verde (SRA) 2001-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	669 500 669 500	0 0	0 0	0 0	669 500 669 500
PROMOÇÃO DA CULTURA AMBIENTAL E FOMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FLORESTA		TOTAL	136 665	123 560	64 500	2 500	0	0	327 225
	SE: DRF N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	136 665	123 560	64 500	2 500	0	0	327 225
	Promoção e Extensão Florestal 1999-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	25 184 25 184	0 0	20 000 20 000	2 500 2 500	0 0	0 0	47 684 47 684
	Construção e Melhoramento de Infra-estruturas de Lazer em Parques Florestais 1999-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	111 481 111 481	123 560 123 560	44 500 44 500	0 0	0 0	0 0	279 541 279 541
EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL		TOTAL	170 698	1 924 994	1 492 500	498 775	0	0	4 086 967
	SE: SRARN N.º Projectos: 8	CAP. 50 O.R.	170 698	1 924 994	1 492 500	498 775	0	0	4 086 967
	Campanha de Sensibilização Ambiental no âmbito do Projecto "Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha da Madeira" (DR Ambiente) COFIN - FUNDO DE COESÃO 2000-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	95 320 95 320	317 329 317 329	400 000 400 000	0 0	0 0	0 0	812 649 812 649
	Base de Dados do Ambiente (DR Ambiente) 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 998 4 998	59 009 59 009	50 000 50 000	3 736 3 736	0 0	0 0	117 743 117 743
	Actividades de Educação Ambiental (DR Ambiente) 2001-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 754 10 754	45 867 45 867	75 000 75 000	0 0	0 0	0 0	131 621 131 621
	Sistema Regional de Informação Ambiental (DR Ambiente) 2002-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	12 927 12 927	100 000 100 000	6 380 6 380	0 0	0 0	119 307 119 307
	Sistema de Educação Ambiental Digital (DR Ambiente) 2002-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	38 958 38 958	100 000 100 000	115 500 115 500	0 0	0 0	254 458 254 458
	Rede de Lojas do Ambiente (DR Ambiente) 2002-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	10 000 10 000	0 0	0 0	60 000 60 000
	Rede de Centros de Recursos Ambientais da Macaronésia (DR Ambiente) COFIN - INTERREG III B 2002-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	904 904	217 500 217 500	363 159 363 159	0 0	0 0	581 563 581 563



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

195

QUADRO III - B

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Sistema de Informação das Actividades da SRARN - Balcão Verde COFIN - POSI 2001-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	59 626 59 626	1 450 000 1 450 000	500 000 500 000	0 0	0 0	0 0	2 009 626 2 009 626
CONTROLO DE QUALIDADE DO AMBIENTE	TOTAL	21 215	393 812	737 329	688 063	0	0	1 840 419
SE: DR Ambiente N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	21 215	393 812	737 329	688 063	0	0	1 840 419
Inspecção Ambiental 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 115 4 115	0 0	30 000 30 000	13 000 13 000	0 0	0 0	47 115 47 115
Inventário de Emissões Atmosféricas 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 397 1 397	5 335 5 335	10 000 10 000	137 459 137 459	0 0	0 0	154 191 154 191
Monitorização de Impactes Ambientais 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	200 200	119 328 119 328	50 000 50 000	56 102 56 102	0 0	0 0	225 630 225 630
Redes de Estações de Controlo da Poluição Atmosférica COFIN - POP III 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	15 084 15 084	265 024 265 024	410 000 410 000	361 973 361 973	0 0	0 0	1 052 081 1 052 081
Avaliação da Qualidade das Águas Costeiras, Doces Superficiais e Subterrâneas da RAM 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	419 419	4 125 4 125	237 329 237 329	119 529 119 529	0 0	0 0	361 402 361 402
COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E INSTITUCIONAL	TOTAL	213 378	144 649	156 375	2 625	0	0	517 027
SE: DR Ambiente N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	213 378	144 649	156 375	2 625	0	0	517 027
Cooperação Técnica e Científica com o CEDE 1998-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	213 378 213 378	144 649 144 649	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	508 027 508 027
N GESEMP RUP - Acções de Cooperação com Regiões Ultraperiféricas COFIN - INTERREG III B 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	6 375 6 375	2 625 2 625	0 0	0 0	9 000 9 000
SANEAMENTO BÁSICO - RESÍDUOS SÓLIDOS	TOTAL	86 250 057	40 206 169	47 649 168	25 356 050	14 358 930	15 207 810	229 028 184
SE: DR/RSB N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	86 250 057	40 206 169	47 649 168	25 356 050	14 358 930	15 207 810	229 028 184
Sistema Integrado de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos Incluindo ETRS da Meia Serra COFIN - FUNDO DE COESÃO 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	86 250 057 86 250 057	40 206 169 40 206 169	41 449 168 41 449 168	14 556 050 14 556 050	14 358 930 14 358 930	15 207 810 15 207 810	212 028 184 212 028 184
Estação de Transferência da Zona Oeste 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 000 1 000 000	2 970 000 2 970 000	0 0	0 0	3 970 000 3 970 000
Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 000 1 000 000	1 780 000 1 780 000	0 0	0 0	2 780 000 2 780 000
Equipamento de Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos 2000-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	2 000 000 2 000 000	0 0	0 0	0 0	2 000 000 2 000 000
Estação de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 000 1 000 000	2 825 000 2 825 000	0 0	0 0	3 825 000 3 825 000
Estação de Transferência da Zona Leste 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 000 1 000 000	2 825 000 2 825 000	0 0	0 0	3 825 000 3 825 000
Selagem do Aterro do Porto Santo 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	400 000 400 000	0 0	0 0	600 000 600 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

197

QUADRO III - 8

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total
Destino Final de Águas Residuais do Porto da Cruz	TOTAL	0	0	100 000	500 000	900 000	0	1 500 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	500 000	900 000	0	1 500 000
2001-05								
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Santana	TOTAL	0	0	300 000	1 200 000	0	0	1 500 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	1 200 000	0	0	1 500 000
2001-04								
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Machico	TOTAL	0	0	150 000	1 850 000	2 000 000	0	4 000 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	1 850 000	2 000 000	0	4 000 000
2001-05								
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias da Calheta e Arco da Calheta	TOTAL	0	0	50 000	700 000	2 000 000	1 250 000	4 000 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	700 000	2 000 000	1 250 000	4 000 000
2001-06								
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de São Vicente	TOTAL	0	0	200 000	1 000 000	800 000	0	2 000 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	1 000 000	800 000	0	2 000 000
2001-05								
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia da Ponta Delgada	TOTAL	0	0	50 000	100 000	500 000	850 000	1 500 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	100 000	500 000	850 000	1 500 000
2001-06								
Laboratório de Controlo de Qualidade de Águas Residuais	TOTAL	10 161	8 425	30 000	0	0	0	48 586
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	10 161	8 425	30 000	0	0	0	48 586
2001-03								
Programa de Monitorização Ambiental dos Sistemas de Destino Final em Câmara de Lobos, Funchal, Caniço e Santa Cruz	TOTAL	0	14 575	40 000	0	0	0	54 575
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	14 575	40 000	0	0	0	54 575
2001-03								
Digitalização de Sistemas	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
2001-03								
Destino Final de Águas Residuais no Concelho da Ribeira Brava	TOTAL	0	0	150 000	1 800 000	2 000 000	0	3 950 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	1 800 000	2 000 000	0	3 950 000
2002-05								
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Gaula	TOTAL	0	0	400 000	1 000 000	750 000	0	2 150 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	1 000 000	750 000	0	2 150 000
2002-05								
Destino Final de Águas Residuais no Seixal	TOTAL	0	0	150 000	1 000 000	350 000	0	1 500 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	1 000 000	350 000	0	1 500 000
2003-05								
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia do Paul do Mar	TOTAL	0	0	100 000	0	0	0	100 000
COFIN - POP III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	0	0	0	100 000
2003-03								
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	18 673 817	2 590 070	4 062 400	3 717 158	728 639	378 639	30 170 723
	CAP. 50 O.R.	18 673 817	2 590 070	4 098 485	3 717 158	728 639	378 639	30 136 808
PROGRAMA DE LUTA BIOLÓGICA	TOTAL	12 127 922	1 078 267	1 000 000	0	0	0	14 206 189
SE: DRA	CAP. 50 O.R.	12 127 922	1 078 267	1 000 000	0	0	0	14 206 189
N.º Projectos: 1								
Programa de Luta Biológica	TOTAL	12 127 922	1 078 267	1 000 000	0	0	0	14 206 189
1994-03	CAP. 50 O.R.	12 127 922	1 078 267	1 000 000	0	0	0	14 206 189
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO NO DOMÍNIO DA AGRICULTURA	TOTAL	249 589	515 821	782 400	939 755	0	0	2 487 565
SE: SRARN	CAP. 50 O.R.	249 589	515 821	748 485	939 755	0	0	2 453 650
N.º Projectos: 13								
Centros de Desenvolvimento Agrícola e Experimental (DRA)	TOTAL	1 362	135 174	50 000	0	0	0	186 536
1996-03	CAP. 50 O.R.	1 362	135 174	50 000	0	0	0	186 536



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2003

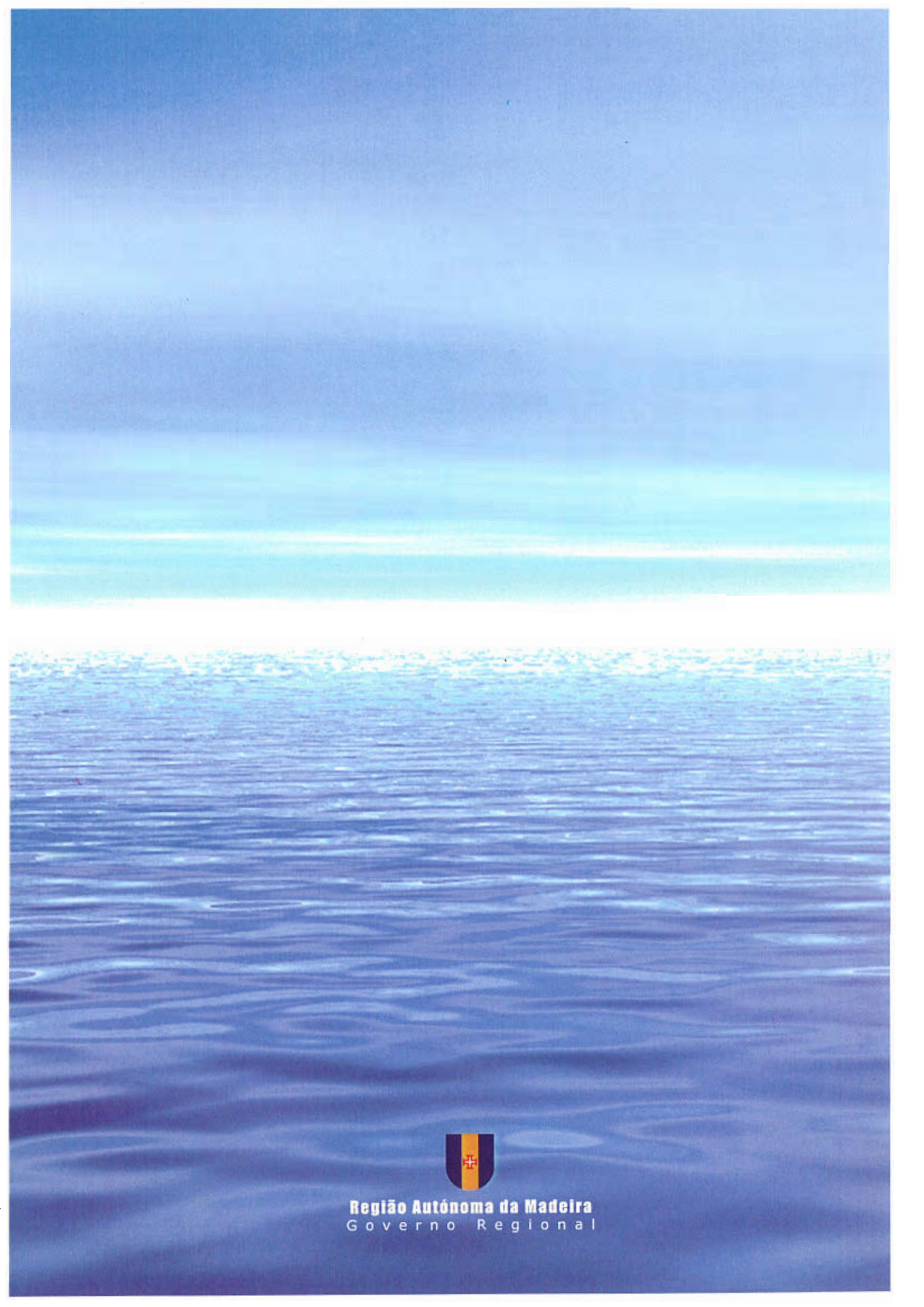
199

QUADRO III - B

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2001	Execução prevista em 2002	2003	2004	2005	Anos seguintes	Total	
Estudos Biológicos e Pescarias de Pelxe-Espada-Preto	TOTAL	0	8 800	50 000	70 000	50 000	0	178 800	
	CAP. 50 O.R.	0	8 800	50 000	70 000	50 000	0	178 800	
COFIN - POP III 2002-05									
Programa de Recolha de Dados (PMN) (R. n.º 1543/00)	TOTAL	0	290 000	270 000	328 616	229 000	229 000	1 346 616	
	CAP. 50 O.R.	0	290 000	270 000	328 616	229 000	229 000	1 346 616	
COFIN - OIC 2002-06									
N Marinova	TOTAL	0	0	775 000	100 738	0	0	875 738	
	CAP. 50 O.R.	0	0	775 000	100 738	0	0	875 738	
COFIN - INTERREG III B 2003-04									
AQUACULTURA		TOTAL	4 918 571	418 553	200 000	260 000	149 639	149 639	6 096 402
SE: DR Pescas N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	4 918 571	418 553	200 000	260 000	149 639	149 639	6 096 402
Aquacultura - Unidade de Produção na Bala d'Abra 1994-04		TOTAL	2 375 460	198 553	100 000	100 000	0	0	2 774 013
		CAP. 50 O.R.	2 375 460	198 553	100 000	100 000	0	0	2 774 013
Centro de Aquacultura da Calheta 1995-06		TOTAL	2 543 111	220 000	100 000	160 000	149 639	149 639	3 322 389
		CAP. 50 O.R.	2 543 111	220 000	100 000	160 000	149 639	149 639	3 322 389
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	0	716 798	799 880	49 880	49 880	104 747	1 721 185
		CAP. 50 O.R.	0	716 798	799 880	49 880	49 880	104 747	1 721 185
ASSISTÊNCIA TÉCNICA - IFOP		TOTAL	0	49 880	49 880	49 880	49 880	104 747	304 267
SE: DR Pescas N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	0	49 880	49 880	49 880	49 880	104 747	304 267
Gestão e Acompanhamento do POPRAM III - MARRAM		TOTAL	0	49 880	49 880	49 880	49 880	104 747	304 267
COFIN - POP III 2002-06		CAP. 50 O.R.	0	49 880	49 880	49 880	49 880	104 747	304 267
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA SRARN		TOTAL	0	231 639	200 000	0	0	0	431 639
SE: SRARN N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	0	231 639	200 000	0	0	0	431 639
Parcelar Agrícola 2002-03		TOTAL	0	149 639	150 000	0	0	0	299 639
		CAP. 50 O.R.	0	149 639	150 000	0	0	0	299 639
Eventos de Sensibilização e Divulgação 2002-03		TOTAL	0	82 000	50 000	0	0	0	132 000
		CAP. 50 O.R.	0	82 000	50 000	0	0	0	132 000
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS		TOTAL	0	435 279	350 000	0	0	0	785 279
SE: SRARN N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	0	435 279	350 000	0	0	0	785 279
Gestão de Equipamento Mecânico 2002-03		TOTAL	0	335 279	250 000	0	0	0	585 279
		CAP. 50 O.R.	0	335 279	250 000	0	0	0	585 279
Substituição de Viaturas 2002-03		TOTAL	0	100 000	100 000	0	0	0	200 000
		CAP. 50 O.R.	0	100 000	100 000	0	0	0	200 000
INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS		TOTAL	0	0	200 000	0	0	0	200 000
SE: SRARN N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	0	0	0	200 000
N Adaptação da Construção do ex-Laboratório para Instalação de Serviços Administrativos (DR. Pecuária) 2003-03		TOTAL	0	0	200 000	0	0	0	200 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	0	0	0	200 000



Região Autónoma da Madeira
Governo Regional